

ÍNDICE

Editorial	3-6
DOSSIÊ – Unificação da Itália 1861-2011	7-175
Maria Luisa Cusati, <i>Maria Pia di Savoia Regina di Portogallo. Un cinque ottobre importante</i>	11
Manuel G. Simões, <i>Antero, Eça e a Unificação de Itália</i>	25
Francesca Di Giuseppe, <i>Idee di Nazione nell'Europa post-napoleonica. Il Risorgimento e la Questione iberica</i>	31
Mario G. Losano, <i>Alle origini della geopolitica italiana. Il generale Giacomo Durando (1807-1894)</i>	47
Ernesto Rodrigues, <i>A Sombra de Carlos Alberto</i>	65
Lúisa Cymbron, <i>À margem do Risorgimento. As primeiras óperas de Verdi e o mundo da ópera em Portugal</i>	77
Viola Fiorentino, <i>La ricezione dell'ode Il cinque maggio nel Portogallo e nel Brasile del XIX secolo</i>	95
Carlos Loures, <i>Nota sobre Garibaldi e as Camisas ideológicas</i>	109
Marco Gomes, <i>Ecos na imprensa portuguesa 1. Entre a apologia e dissensão. A República Romana de 1849 na imprensa portuguesa</i>	115
Carmine Cassino, <i>Ecos na imprensa portuguesa 2. 1860 - prós e contras nella stampa periodica portoghese</i>	131
Mauro La Mancusa, <i>Prove di liberalismo. Maria Pia e Umberto di Savoia nel Portogallo del 1862</i>	141
Paulo Archer de Carvalho, <i>Risorgimento, insorgimento, Antero (ingressos à felicitação a Umberto de Itália, 1862)</i>	153

ARTIGOS

- Roberto Mulinacci, *Come il Portogallo è diventato un'isola. La letteratura portoghese in traduzione italiana* 179
Andrea Ragusa, *Antero e Leopardi, poetas da lua* 187

PINA MARTINS. O AUTOR E A SUA OBRA

- João Bigotte Chorão, *Pina Martins e a literatura italiana* 207
Artur Anselmo, *Pina Martins e a história do livro* 213
Aires A. Nascimento, *J. V. de Pina Martins em convívio com os clássicos* 221

OBRA ABERTA

- Franco Buffoni, *Roma* 235

RECENSÕES

- Raffaele Sardo, *La bestia* (Ugo Rufino) 241
Vera Margarida Coimbra de Matos, *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas* (Manuel Ferro) 243
Editou-se... (Paola D'Agostino) 249
Aníbal Pinto de Castro *in memoriam* (Manuel Ferro) 251

IL SESTO NUMERO DELLA RIVISTA di *Estudos Italianos em Portugal* coincide quest'anno con la ricorrenza delle celebrazioni del 150° Anniversario dell'unificazione italiana. Per il nostro Istituto di Cultura, a conclusione ormai degli eventi e delle molteplici manifestazioni dedicati all'Unità d'Italia, presentare questo nuovo numero significa fare un omaggio allo sforzo di molti studiosi che hanno contribuito alla realizzazione della rivista, centrando l'attenzione sugli aspetti comparatistici delle storie d'Italia e del Portogallo in un momento tanto importante della costruzione degli Stati nazionali in Europa.

Per questo motivo, in qualità di Direttore dell'IIC di Lisbona, rivolgo un sincero ringraziamento a tutti gli studiosi che, in questa occasione, hanno offerto attraverso le loro ricerche spunti di riflessione per approfondire aspetti politici e questioni storiche, culturali, linguistiche ed antropologiche, mettendo in risalto, più che le differenze, gli intrecci problematici della storia delle due Penisole.

Per il nostro Istituto è motivo di soddisfazione constatare come la rivista *Estudos Italianos em Portugal*, nel suo appuntamento annuale, offra un importante contributo scientifico a questo momento celebrativo, che coincide anche con l'allargamento del proprio Comitato Scientifico a eminenti esponenti della Cultura portoghese, consolidando in questo

modo la sua proiezione verso mete più ambite e nuove sfide culturali.

Un sincero ringraziamento va da parte di questo Istituto di Cultura alla Prof.ssa Rita Marnoto, il cui impegno profuso nel lavoro di redazione rappresenta un ulteriore tassello della sua intensa attività scientifica nella diffusione della Cultura e della Lingua Italiana in Portogallo.

LIDIA RAMOGIDA

O SEXTO NÚMERO DA REVISTA *Estudos Italianos em Portugal* coincide este ano com as celebrações do Aniversário dos 150 anos da Unificação italiana. Para o nosso Instituto de Cultura, concluir os eventos e as múltiplas manifestações dedicadas à Unidade de Itália, com a apresentação deste novo número significa homenagear o esforço de muitos estudiosos que contribuíram para a realização da revista, focando a atenção sobre os aspectos comparativos das histórias de Itália e de Portugal, num momento tão importante da construção dos Estados Nacionais da Europa.

Por este motivo, nesta ocasião, na qualidade de Directora do IIC de Lisboa, dirijo um sincero agradecimento a todos os estudiosos que contribuíram através das suas pesquisas, para o aprofundamento de aspectos políticos e questões históricas, culturais, linguísticas e antropológicas, evidenciando, mais que as diferenças, os enredos problemáticos da história das duas Penínsulas.

Para o nosso Instituto, è motivo de satisfação constatar como a revista *Estudos Italianos em Portugal*, no seu encontro anual, oferece um importante contributo científico a este momento comemorativo, que coincide também com o alargamento do seu Comité Científico a eminentes expoentes da Cultura Portuguesa, consolidando deste modo a sua projecção para metas mais amplas e para novos desafios culturais.

Um sincero agradecimento é dado da parte deste Instituto de Cultura à Professora Rita Marnoto, cujo empenho profuso no trabalho de redacção representa uma ulterior peça da sua intensa actividade científica na difusão da Cultura e da Língua Italiana em Portugal.

LIDIA RAMOGIDA

DOSSIÊ

UNIFICAÇÃO DA ITÁLIA 1861-2011

NO ANO EM QUE SE COMEMORAM os 150 anos da proclamação do Reino de Itália, levada a cabo por Vittorio Emanuele II a 17 de Março de 1861, a revista Estudos Italianos em Portugal associa-se às celebrações desse momento histórico com um dossiê temático onde se encontra reunido um conjunto de estudos dedicado a vários aspectos das relações culturais, históricas e literárias entre os dois países.

Poucos eventos de repercussão europeia suscitaram tanta atenção e foram acolhidos com tanto interesse, no Portugal do século XIX, como a Unificação da Itália. Os factores que para isso concorreram são de ordem muito diversa, entre análise distanciada e pura adesão emocional, ou entre motivações que afundam as suas raízes em tempos remotos e circunstâncias decorrentes do complexo quadro epocal. Essa recepção envolveu um vasto horizonte onde se entrecruzam ideais cívicos, convicções ideológicas, objectivos diplomáticos, estratégias político-militares, tendências literárias, opções culturais e artísticas. É muito ampla, a plataforma onde se movimentam e se entrecruzam escritores e agitadores, exilados e combatentes, aventureiros e religiosos, difusores de ideários avançados e defensores da ordem pré-existente.

As ligações da monarquia portuguesa à casa de Sabóia remontavam à fundação da nacionalidade, pois o primeiro Rei português, D. Afonso Henriques, uniu-se por matrimónio a Mahaut, filha de Amedeo III. No século XVI, foi uma filha do Rei D.

Manuel, a Princesa D. Beatriz, a deixar Portugal para desposar o Duque Carlos III, a quem deu nove filhos. Esseselos são reforçados com a dinastia de Bragança, através do casamento de D. Maria Francisca de Sabóia Nemours com D. Afonso VI e depois com D. Pedro II, ao que se acrescenta, em 1862, o casamento do Rei D. Luís I com D. Maria Pia de Sabóia. Mas quando, em Abril de 1849, Carlo Alberto chega ao Porto, meta do seu exílio, a adesão à causa italiana e a solidariedade emocional e humana para com o malogrado Rei da Sardenha, falecido três meses depois, ficam ao rubro. Entretanto, no Teatro de S. João ouvia-se o coro dos escravos de Nabucco, numa temporada operática que nesse ano foi dominada por Verdi.

Na verdade, desde há algum tempo que, por convicção ou por necessidade, combatentes italianos se iam juntando às hostes portuguesas, em particular às da facção liberal. Muitos deles traziam na bagagem novos ideários, que eram acolhidos com fervor. Esse movimento foi acompanhado pela passagem por Portugal de representantes de associações italianas que, de forma mais ou menos discreta, iam organizando estruturas de apoio e difusão das suas ideias. Da mesma feita, mas em sentido inverso, também houve portugueses que partiram para Itália a fim de colocarem o seu braço armado ora ao serviço da defesa dos Estados Pontifícios, ora, mais frequentemente, ao serviço da causa da Unificação.

A sintonia que, de diferentes modos, assim se vai gerando, é bem ilustrada, no campo da literatura, pelo renovado interesse merecido por autores que ganharam novo fulgor, em Itália, à luz do espírito risorgimental, como é o caso de Dante, Maquiavel ou Tasso. À tradução da sua obra, junta-se a de autores italianos do século XIX, com relevo, evidentemente, para Manzoni. Contudo, um dos fóros privilegiados da difusão e da apresentação crítica de todos os acontecimentos envolvidos pela empresa da Unificação, bem como do debate, não raro bastante aceso, travado entre ópticas diferenciadas, é a imprensa. Na tensão entre formatações factuais, pontos de vista e alinhamentos, ficam

contidas páginas fundamentais para a história do jornalismo português.

O conjunto de ensaios que se reúne neste dossiê é também mais um contributo para o desvanecimento da ideia de que as relações culturais, artísticas e literárias entre Portugal e Itália, no século XIX, tiveram um impacto secundário. Nas suas páginas, ficam contidos sinais evidentes de um dinamismo relacional que se oferece ao investigador como campo de trabalho profícuo, que lhe reserva descobertas seguramente inovadoras.

RITA MARNOTO

MARIA PIA DI SAVOIA REGINA DI PORTOGALLO UN CINQUE OTTOBRE IMPORTANTE

MARIA LUISA CUSATI*

Il cinque ottobre 1862 giungeva in vista di Lisbona la corvetta *Bartolomeu Dias* con a bordo Maria Pia di Savoia, già divenuta Regina di Portogallo il ventisette settembre grazie al matrimonio celebrato a Genova per procura, con il Principe Carignano di Savoia che rappresentava il Re D. Luís. Il fratello Umberto, erede al trono d'Italia, l'accompagnava nel viaggio verso la sua nuova patria.

Per il giorno seguente, sei ottobre, era previsto l'arrivo della giovane Regina al Terreiro do Paço, porta d'ingresso alla città, con il brigantino reale. Nel fastoso quanto effimero padiglione eretto per accoglierla si sarebbe realizzata la cerimonia di consegna delle chiavi della città. Tra le decorazioni del padiglione facevano bella mostra di se i versi che per l'occasione aveva composto António Feliciano de Castilho:

*da bella Italia estrella soberana
sejaes bem vinda à praia lusitana*

* Professore di Letteratura Portoghese e Brasiliana. Ha svolto la sua attività a Napoli tra l'Università degli Studi di Napoli L'Orientale e l'Università degli Studi Suor Orsola Benincasa. Ha sempre orientato i suoi interessi sia verso la lingua in diacronia e sincronia, sia verso la letteratura, principalmente dei secoli XVI-XVII. Ha pubblicato varie traduzioni, organizzato congressi per i quali ha curato la pubblicazione degli atti. E' Console onorario del Portogallo a Napoli.

filha de reis heroes,
de reis heroes origem

em nova Italia os ceus
throno de amor te erigem

Il corteo nuziale si sarebbe recato quindi alla Chiesa di S. Domingos, per la ratifica delle nozze, accompagnato dal tripudio del popolo entusiasta. I festeggiamenti si sarebbero protratti per tre giorni.

Così la piccola principessa Savoia, ancora quindicenne, iniziava la sua vita da Regina, al fianco di D. Luís, un Re buono, che avrebbe sempre coadiuvato.

Ancora il cinque ottobre, quarantotto anni dopo, D. Maria Pia, insieme alla nuora, la regina Madre D. Amélia¹, lasciava Lisbona per il rientro definitivo in Italia. Affrontava l'esilio, nel momento in cui il Portogallo vedeva concludersi la gloriosa e travagliata storia della sua monarchia.

Il suo stato di salute era precario. L'assassinio del figlio, il Re D. Carlos, e dell'amato nipote D. Luís Filipe, principe ereditario, l'avevano estremamente provata². Dopo pochi mesi, il cinque luglio 1911 Maria Pia moriva a Stupinigi volgendo lo sguardo, secondo quanto si racconta, verso il Portogallo³. Si chiudeva la vicenda terrena della piccola Savoia che

¹ Maria Amélia Luísa Helena de Orleans ebbe la sorte di iniziare e concludere la sua vita in esilio. Nata nel 1865 a Twickenham, nei dintorni di Londra, era figlia primogenita di Louis Filipe, Conte di Parigi, pretendente al trono di Francia costretto all'esilio dopo gli eventi del 1848.

² "Nunca vi tamanha dor. Sofreu mais com a morte do filho do que antes com a do marido. Não dormia e não havia quem a fizesse comer. Atravessava as salas como sonnambula. Parava em qualquer sitio, e ali ficava uma hora ou mais, falando só e fazendo gestos como uma louca", Vital Fontes, p. 49.

³ Negli ultimi momenti di vita, viene comunemente ricordato, chiese da che parte fosse il Portogallo per poter volgere lo sguardo in quella direzione. Aveva avuto coliche terribili che l'organismo molto provato non riuscì più a reggere.

aveva ancora una volta rinsaldato gli antichi legami tra la sua famiglia e il Portogallo⁴.

Maria Pia, figlia di Vittorio Emanuele II e di Maria Adelaide d'Asburgo, era rimasta presto orfana. Maria Adelaide, andata sposa ventenne nel 1842 era morta a soli 33 anni, il 20 gennaio 1855. Pochi giorni prima, il 12 gennaio, era morta anche la Regina Madre, Maria Teresa d'Asburgo Este. I cinque figlioli superstiti rimasero quindi senza la guida di una figura femminile e Maria Pia, la più piccola, crebbe a corte coccolata e viziata, abituata a comandare e ottenere il soddisfacimento di ogni desiderio⁵. La sua unica sorella, Maria Clotilde, era stata sacrificata alla ragion di Stato e data in sposa a Gerolamo Bonaparte, cugino dell'Imperatore Napoleone III, nel 1859⁶. Come era uso le sue nozze invece

⁴ Il primo legame tra la casa Savoia e il Regno di Portogallo risaliva a Mafalda o Mahaut, figlia di Amedeo III Conte di Savoia, che andò sposa al primo Re del Portogallo, Afonso Henriques nel 1146. Un successivo legame matrimoniale si ebbe nel XVI secolo, quando Beatriz, figlia del Re D. Manuel, sposò il Duca Carlo III di Savoia. Proprio all'ascendenza portoghese si deve l'apparizione del nome Emanuele tra i Savoia. La coppia ebbe nove figli due dei quali si chiamarono Emanuele e due Emanuele Filiberto. Ancora un legame con la famiglia Savoia si ebbe nel XVII secolo. Maria Francesca Elisabetta di Savoia Nemours, normalmente indicata come *Mademoiselle de Amale*, che era figlia di Carlo Amedeo di Savoia-Nemours conte di Amale, sposò il Re Afonso VI, menomato e malato. Questi nel 1667 lasciò la reggenza al fratello D. Pedro. Ottenuto l'annullamento del matrimonio, Maria Francesca sposò nel 1668 il cognato che salì al trono come D. Pedro II nel 1683. Nello stesso anno la Regina morì lasciando una unica figlia, Isabel.

⁵ La bella ed elegante Maria Adelaide ebbe otto figli: Clotilde, nata nel 1843 fu seguita da Umberto (1844-1900), Amedeo (1845-1890), Oddone (1846-1866), Maria Pia (1847-1911), Carlo Alberto (1851-1854), Vittorio Emanuele (1852) e ancora Vittorio Emanuele (1855). Morì poco dopo l'ultimo parto, molto provata nel corpo e nello spirito.

⁶ Maria Clotilde fu chiesta in sposa dal Principe Girolamo Bonaparte, cugino dell'Imperatore Napoleone III, all'epoca quarantenne. Il Re volle che la piccola principessa, quindicenne, decidesse. Consia del rilievo di questo legame in un momento dagli equilibri politici delicatissimi, Clotilde accettò. L'alleanza con la Francia ebbe importanza fondamentale nella formazione dell'Italia unita. Il matrimonio venne celebrato nel 1859, pochi giorni dopo la firma del trattato di alleanza con la Francia. La

erano state studiate a tavolino. Il Portogallo trovava importante un legame con la casa Savoia in piena ascesa, l'Italia trovava poco pericoloso un legame con il piccolo Portogallo⁷, all'epoca paese essenzialmente agricolo e considerato molto povero. Le nozze, ritenute un dovere per un monarca che era sul trono da un anno soltanto⁸, seguirono di poco la proclamazione dell'unità d'Italia e grande era l'entusiasmo per la conclusione della complessa vicenda storica italiana che ispirò molti poeti portoghesi. Già pochi giorni dopo l'arrivo in Portogallo della giovanissima Regina, il Principe Umberto, che l'aveva accompagnata, fu accolto a Coimbra dai versi di Antero de Quental recitati da Fialho de Machado nel *Theatro Académico* il 22 ottobre:

Italia e Portugal! que duas patrias!
 Ambas tam bellas, tam amadas ambas!
 Uma, a patria do berço; outra a das almas:
 uma, a das artes; outra a dos combates!

Oh! deixae que hoje, aqui, sobre o meu peito,
 as estreite, a final. — Ha quanto tempo
 eu quizera juntar-vos, pelas fronte,

Principessa fu molto apprezzata in Francia, ebbe tre figli e visse con grande equilibrio il suo difficile matrimonio fino alla separazione. Si ritirò nel 1878 a Moncalieri, alle porte di Torino, dove continuò, sempre ispirata da una profonda fede religiosa, a moltiplicare le sue opere di bene. Morì nel 1911, poco prima della sorella. E' sepolta a Superga. Se ne auspica la beatificazione.

⁷ Il Portogallo era stato anche il paese scelto dal Re Carlo Alberto per il suo esilio. Vi soggiornò ben poco, infatti andò in esilio, ad Oporto, il 23 marzo 1849. Giunse in quella città il 19 aprile e vi morì il 28 luglio dello stesso anno. Aveva 51 anni ma dimostrava ben più della sua età “[...] eppure quell'apparente vecchio ebbe la forza di compiere in soli ventisei giorni le 1500 miglia del viaggio da Novara a Oporto, spesso a cavallo, per alcuni tratti in carrozza, e parte per mare”, è il commento di Antonio Monti, p. 471.

⁸ D. Luís salì al trono nel 1861 alla morte del fratello D. Pedro V, un re molto amato che aveva regnato solo dal 1855.

beijar-vos, bem unidas, soluçando,
como quem, tendo pae, mãe encontrasse⁹.

In un periodo storicamente complesso l'evento stimolò poeti e scrittori sia italiani che portoghesi. Tra le iniziative editoriali portoghesi, ricordiamo la pubblicazione di *Coroa Poetica no consorcio de suas magestades fidelissimas o Senhor Rei D. Luiz e a Senhora Rainha D. Maria de Saboia*¹⁰ che, nel momento in cui il sovrano si apprestava ad affrontare la sua difficile missione di governo nella completezza della vita matrimoniale, affianca una attenta e particolareggiata biografia del sovrano ad una biografia laudatoria di Maria Pia, continuatrice dell'antico rapporto tra i re di Portogallo e la famiglia Savoia. Il primo¹¹ testo, di Rebello da Silva, si conclude con i migliori auspici: "Dois povos irmãos, duas raças antigas de reis, duas nações livres pelo heroísmo de suas armas abraçam-se, e repetem em presença da Europa, que as applaude, a saudação sincera e cordeal dos velhos tempos. Itália e Portugal, a pátria das letras e das artes, a pátria dos grandes navegadores e dos grandes descobrimentos, tornam a apertar depois de largos séculos os primeiros vínculos, que as uniram quasi ao sair do berço. [...] Quando os príncipes são queridos o povo é para elles uma segunda família. Não admira por isso, que o consórcio do Senhor D. Luiz excite no peito dos que o amam o mesmo entusiasmo, que a Augusta

⁹ Questi i primi versi della composizione, molto varia nel metro.

¹⁰ Pubblicata nel 1862, la raccolta, dedicata all'augusta coppia da Luis Breton y Vedra che firma anche l'ultima composizione intitolata ¡Salve, regia beldad!, ha come collaboratori, così dichiarati in frontespizio: António F. de Castilho, A. S. Cabedo, Camilo Castelo Branco, E. A. Vidal, Eusebio Arquerino, Gaetano Frascarelli, Jacinto Augusto de Sant'Anna e Vasconcellos, José Maria Latino Coelho, J. P. Bianchi, José Ramon Coelho, José da Silva Mendes Leal, Júlio de Castilho, **L., Luiz Augusto Palmeirim, Luiz Augusto Rebello da Silva, Manuel Pinheiro, Thomaz Ribeiro, Luiz Breton y Vedra.

¹¹ *Sua Magestade El-Rei o Senhor D.Luiz I*, pp. 7-25

Filha de Victor Manoel, a graciosa Rainha dos portuguezes, deve a tantos milhões de italianos, que a saudaram na despedida, formando ardentes votos pela sua ventura. Os júbilos espontâneos e unânimes servem de prémio aos bons, e de lição aos maus. Felizes os reis, que sempre assim encontram os súbditos ao seu lado para os acompanhar no luto e no regosijo. Metade da sua historia não precisa da posteridade para se gravar na memoria, porque principia escrevendo no coração de dois grandes e heróicos povos as suas primeiras páginas”¹².

La biografia della giovanissima Regina è a firma dello stesso Rebello da Silva¹³ che percorre gli eventi storici dell’ultimo scorcio di secolo, inquadra la difficile infanzia della giovanetta rimasta troppo presto orfana e afferma, “A nova pátria lhe estende os braços, e amorosa, rendida como terra do seu berço, junca-lhe os caminhos de palmas e boninas”. Conclude che “Ao alvorecer para esta monarchia o radioso dia da sua fundação um soberano guerreiro tinha a seu lado uma de vossas Avós, e no brando d’ella adivinhava a promessa das maravilhas, com que Deus lhe dilatou os annos e o império; agora que luctamos em diverso campo, não menos trabalhoso, o do progresso e da liberdade, e que renascem n’outro Anjo da mesma Família as sublimes perfeições da primeira rainha de Portugal, renascerão com ella também, assim o esperamos, as prosperidades, para esmaltar os annaes da terra adoptiva. Há coincidências na vida das nações, cuja significação só os annos revelam. Confiemos nos sorrisos da Providência. O espírito de Deus não está longe, quando os factos accusam a sua sombra!”¹⁴

Le composizioni che seguono intrecciano il portoghese all’italiano e allo spagnolo, e gli autori spesso sono

¹² *Ib.*, pp. 24-25

¹³ *Sua Magestade a Rainha a Senhora D. Maria de Saboya*, pp. 27-36

¹⁴ *Ib.*, pp. 35-36

indicati in maniera incompleta così da renderne difficile l'identificazione. Ma il grande entusiasmo che tanti espressero con ardenti auspici era dovuto anche alla difficile storia della famiglia Bragança che paventava difficoltà di successione dopo l'imprevista morte del giovane Re D. Pedro V, e alla situazione sociopolitica del Portogallo che, in condizioni di grave sofferenza economica, era attraversato da forti correnti innovative estremamente critiche nei riguardi della stessa istituzione monarchica.

Maria Pia ebbe difficoltà ad affrontare le novità legate alla sua nuova situazione. Il *Palácio da Ajuda*, che fu la sua prima residenza, venne ben presto arricchito con mobili, tappezzerie, oggetti di pregio di suo gusto, come ancor oggi si può verificare. Le sue spese vennero ben presto criticate e considerate eccessive per il bilancio di Stato certamente non troppo florido tanto da farle esclamare una frase, divenuta famosa, che lascia intravedere la sua abitudine al comando e alle decisioni senza appello: "Chi vuole regine, le paga!"

I Savoia regnarono da ben otto secoli, prima come conti e poi, dal XVIII secolo, come reali, e Maria Pia era ben consapevole di tale ascendenza. Il piccolo Portogallo con le sue straordinarie tradizioni e la sua splendida storia si presentava pieno di contraddizioni, di problemi che il Re D. Luís non intendeva affrontare in maniera risolutiva. La personalità del Re che avrebbe preferito dedicarsi alla letteratura e alle arti, si dimostrò di grande debolezza tanto da permettere a Fialho d'Almeida di affermare: "Maria Pia ensinou o marido a ser rei"¹⁵. Infatti, nonostante si fosse ben presto resa conto che non avrebbe avuto potere in Portogallo per la sua condizione di Regina consorte, intervenne con il suo piglio deciso in molti momenti particolarmente difficili e delicati. Si dedicò principalmente ai suoi doveri verso il popolo che in quegli anni viveva in condizioni di grande arretratezza e miseria.

¹⁵ Fialho d'Almeida, p. 174.

I documenti conservati sia in Portogallo¹⁶ che in Italia ci danno il senso di una grande sensibilità che la portava a dare seguito alle richieste di sostegno economico e di aiuto che le venivano dai sudditi. In ogni sua iniziativa era chiara una assoluta indifferenza ai livelli di spesa, sia quando ordinava i più bei mobili e ornamenti per la sua residenza, gli abiti e i gioielli più sfarzosi per le sue apparizioni in pubblico, sia quando concedeva aiuti e doni alla servitù e ai bisognosi. Ancora oggi sono vitali le istituzioni che sorsero grazie al suo impulso, come l'Ospedale che porta il suo nome nella città di Oporto, nato nel 1881 per assistere i bambini poveri e malati, oppure l'asilo infantile che, nel 1887¹⁷, fonda nella ben nota *Tapada da Ajuda* a Lisbona, una struttura in cui una cuoca, quattro assistenti e due medici avevano il compito di seguire amorevolmente cinquanta bambini dai tre ai cinque anni. Ma le sue iniziative benefiche furono tante, così da farle avere anche riconoscimenti internazionali¹⁸. Il suo legame con la città di Oporto fu particolarmente intenso. Non dimenticava

¹⁶ “Do volumoso acervo existente na Torre do Tombo sobre a casa Real-Real bolsinha de D. Maria Pia fazem parte numerosos elementos cuja análise é um valioso contributo para saber como funcionava e estava organizada toda a área de competência da Rainha. São milhares de documentos que testemunham as despesas do cofre, esmolas, gratificações, pensões, vencimentos dos professores de piano e desenho [...]” Pavão-Cerqueira, p. 63

¹⁷ E' l'anno della morte del Re d'Italia, Vittorio Emanuele. La regina darà il nome di suo padre all'asilo infantile tuttora esistente come *Centro de acolhimento Infantil Vitor Emanuel*.

¹⁸ Nel 1877 le fu attribuita una medaglia d'onore dalla società filantropica francese *L'Encouragement au Bien*. Il riconoscimento le venne dopo la modernissima iniziativa che servì a sollevare dalla miseria tante famiglie di agricoltori il cui lavoro era stato distrutto da inondazioni e tracimazioni che si ebbero nel difficile inverno nel 1886. Organizzò una commissione che ebbe il compito di raccogliere fondi destinati alla protezione degli agricoltori danneggiati da gravi eventi naturali. La commissione raccolse fondi che, per volontà della Regina, rimasero a costituire una riserva anche per situazioni analoghe future e già nel 1877 da quei fondi fu inviato un contributo che aiutasse le popolazioni del Nordest brasiliano danneggiate da una terribile siccità.

l'accoglienza riservata al nonno Carlo Alberto e la città non l'ha trascurata quando dette il suo nome all'innovativo ponte sul Douro progettato da Eiffel e all'Ospedale tuttora attivo.

Certamente difficile fu la sua vita matrimoniale. Dopo i primi anni in cui la nascita dei due figli garantì la continuità della dinastia, sempre più si andarono delineando le differenze di temperamento tra i due coniugi che sceglievano addirittura residenze diverse per i periodi di riposo.

La cura dei figli era un dovere che la impegnò sempre intensamente. Un episodio che si ricorda con grande considerazione, la vide gettarsi in mare per salvare il suo piccolo travolto da un'ondata violenta. Nel seguito anche questa sua dedizione fu ampiamente criticata, portando Ramalho Ortigão, in una lettera a D. Carlos, in quel momento (25 maggio 1883) reggente, ad affermare: “Em um esórdio sentimental que precede a exposição dos estudos de Vossa Alteza publicada no Comércio de Portugal, lêem-se as seguintes linhas: ‘Sua Majestade a Rainha quis especialmente tomar a seu cuidado, seguir dia a dia com grande discernimento, e extremo cuidado, a educação dos filhos’. Deplorável, sereníssimo senhor, profundamente deplorável semelhante intervenção!”¹⁹.

Il suo senso della famiglia era molto forte e, sempre che era possibile non mancava di partecipare agli eventi importanti per i Savoia²⁰. Sentiva fortemente il suo ruolo di madre

¹⁹ Ramalho Ortigão, II vol., pp. 49-50. E' la prima delle lettere inserite nel volume dedicato ai problemi del paese e della società, è indirizzata “A Sua Alteza o Sereníssimo Príncipe Senhor D. Carlos regente em nome do Rei”. Si apre con queste parole: “Senhor: É de interesse particular mas importantíssimo o assunto que ora nos traz por meio de carta aos pés interinamente reais de Vossa Alteza. [...] aproveitando para tal fim o momento presente, em que Vossa Alteza é o chefe temporário do sobredito Poder, como regente do reino na ausência em partes de cautela de seu augusto pai El-Rei nosso senhor, que Deus guarde por longos e dilatados anos”.

²⁰ Fra gli ultimi eventi familiari ai quali prese parte attiva, possiamo ricordare, nel 1901, il battesimo della principessa Jolanda, evento ricordato così nella Tribuna Illustrata della Domenica: “Mercoledì 5 giugno, alle 11 ant, fu rogato al Quirinale

conscia evidentemente di quanto le fosse mancata la guida materna. Come moglie sapeva bene quanto l'interesse del Re fosse vivo per le dame o le attrici che popolavano la sua vita notturna. A questo proposito si racconta che addirittura sceglieva i gioielli che poi era costretta a vedere indossati da altre donne ma ciò non limitò la sua partecipazione alla vita sociale del Re e neanche limitò l'attenzione che ebbe per il consorte nella sua lunga e dolorosa malattia. In tutti i modi cercò cure nella speranza di una guarigione, e quando ormai fu chiara l'impossibilità per la medicina dell'epoca di salvare la vita del Re si prodigò perché fosse assistito nel migliore dei modi, sempre presente al suo capezzale e attiva nel realizzare il suo ultimo grande desiderio, rivedere il mare²¹. Si spostarono quindi da Sintra a Cascais e qui il Re poteva vedere il mare spostandosi con la sua sedia a rotelle. Il 26 settembre morì il fratello, D. Augusto Conte di Coimbra, e poiché fu necessario nascondergli questo doloroso evento si evitò di porre segni di lutto sulla corvetta *Bartolomeu Dias* che si trovava nella baia. Negli ultimi giorni di vita del Re, ministri, sacerdoti e militari erano presenti a palazzo, l'annuncio della morte fu dato dalla Regina: “[...] um dia saiu do quarto a rainha, mais branca que nunca; parecia um espectro. Parou à porta e, encarando todos, disse: ‘O rei está morto. Viva o rei!’ ”²². Questa la testimonianza del maggiordomo Vital Fontes, un uomo che entrò molto giovane a servizio di Casa reale nel 1886, restandovi fino alla pensione, ci permette

l'atto di nascita della neonata principessa Jolanda. [...] Il giorno 15 avrà luogo poi la solenne cerimonia del battesimo della neonata. Per l'occasione saranno presenti tutti i principi della Casa Reale ed i loro parenti. Rivedremo fra essi S. M. la Regina-madre del Portogallo, che sarà madrina [...].”

²¹ “Aceita por fim D. Maria Pia já nada mais poder ser feito pelo marido senão respeitar-lhe a ultima vontade – o desejo de ver o mar. Praticamente em segredo, decide transporta-lo para Cascais numa carruagem adaptada para acolher a cadeira do doente”, Pavão/Cerqueira, p. 74.

²² Vital Fontes, p. 23.

di individuare alcuni aspetti della personalità della regina Maria Pia, tratti del carattere che solo la convivenza può far conoscere. La sua vita lavorativa a corte gli permise di seguire dalle quinte il difficile periodo che vide il Portogallo abbandonare la monarchia per vivere la nuova realtà repubblicana. Ci mostra così il mutare della società portoghese, i pregi e i difetti di tanti personaggi influenti che però egli presenta con il dovuto rispetto.

Della Regina Maria Pia dice: “Era uma princesa educada como as de Casa de Saboia, que todas sabiam ser rainhas. [...] Era muito nervosa, tanto que não supportava o ruído de qualquer coisa que caísse no chão, nem o bater de uma porta, nem gestos destemperados. Não usava perfumes porque lhe causavam dores de cabeça, enxaquecas. Os que a serviamos, tinhamos que usar de muito cuidado, de andar com ordem e respeito. E não que nos ralhasse. Não nos dirigia a palavra, mas sempre nos sorria ao passar.” (pp. 34-35), “Era muito decidida quando se tornava preciso. [...] Era muito irrequieta, gostava de viajar, ao estrangeiro, se podia; mas os ministros diziam que não havia dinheiro, e uma vez quase lho negaram para voltar de Itália. Contentava-se então em andar de Lisboa para Sintra.” (p. 37). Questi suoi spostamenti spesso erano visti con preoccupazione dalla servitù che doveva trasferire stoviglie ed accessori non presenti in tutte le residenze, a volte poi la Regina programmava pic-nic nei boschi di Sintra o cene sulla spiaggia di Estoril senza crearsi il problema dell’organizzazione ben complessa necessaria per la buona riuscita di tali eventi che la vedevano solo preoccupata dell’accoglienza agli ospiti. Fu anche la fautrice del primo ascensore visto in Portogallo che fece installare a Mafra. “Era capaz para subir dez pessoas, mas à custa doutros tantos homens que o puxavam à corda. [...]. Pensava em tudo aquela rainha de cabelo ruivo e de coração moreno, bondoso.” (p. 39).

Due anni prima della vedovanza Maria Pia aveva sofferto il gran dolore della la morte del padre, il Re Vittorio Emanuele II, ma altre sofferenze ben più gravi l'attendevano. Il Re Umberto, suo fratello, fu assassinato nel 1900 e poi, nel 1908 furono assassinati il figlio, Re D. Carlos, e il nipote erede al trono, D. Luís Filipe.



Maria Pia, con il costume tradizionale di Ovar, *Arquivo Nacional* [Lisboa], n.º 59, 22-2-1933.

La sua mente cominciò a cedere. Non accettò quest'ultimo, mostruoso evento²³. Seguì l'instaurarsi della Repubblica nel 1910 e il divieto di risiedere in Portogallo. La partenza dalla spiaggia di Ericeira sullo yacht *Amélia* fu l'ultimo dolore

²³ António Patrício scrive nel 1909 *O Fim*, azione drammatica in due quadri, nella quale presenta la figura della vecchia Regina, in preda alla sua follia nella residenza del *Palácio d'Ajuda* delineata nell'incombere di una nuova tragedia, lo sbarco del con-

in terra portoghese. La Regina D. Maria Pia, la Regina D. Amélia, l'Infante D. Afonso con il Re D. Manuel furono accompagnati fino a Gibilterra, qui si divisero. Maria Pia, imbarcata sulla corazzata *Regina Elena*, era attesa a San Rossore dal Re Vittorio Emanuele III. Giunta a Torino, vicina finalmente alla sorella Clotilde, la vide morire. Il dolore fu insopportabile e la seguì poco dopo, il 5 luglio 1911.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV. *Coroa Poetica no consorcio de Suas Magestades Fidelissimas O Senhor Rei D. Luiz e a Senhora Rainha D. Maria de Saboya*, Lisboa, Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1862.

Almeida, Fialho d', *Os Gatos*, Lisboa, Livraria Clássica, 1945, n. ed., 1.° vol.

Brandão, Raul, *Obras completas*, Lisboa, Jornal do Foro, Memorias, vol. I, 1969.

Fontes, Vital, *Servidor de Reis e de Presidentes*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, Lda, 1945.

Garcia, Emídio, *O Infante D. Afonso de Bragança*, 1939.

Ghisalberti, Alberto M., "Maria Pia di Savoia Regina di Portogallo", in *Relazioni storiche tra Italia e Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 483-488.

Monti, Antonio, "Carlo Alberto a Oporto", in *Relazioni storiche tra Italia e Portogallo. Memorie e documenti*, Roma, Reale Accademia d'Italia, 1940, pp. 469-482.

quistatore straniero che viene a prendere possesso del paese. La Regina rievoca la sua vita e la sua patria d'origine in versi allucinati mentre i segni del pericolo incombente vengono da lei interpretati come forieri di festa e allegria. Il secondo quadro vede uno Sconosciuto presentare l'audace progetto di resistere allo straniero opponendogli un simbolo forte: la vecchia Regina. L'illusione crolla miseramente sulle parole finali della Regina che chiaramente stigmatizzano un disagio infinito: "Ho fame!" Chiara allegoria della triste condizione del Portogallo oppresso, in quel periodo storico, principalmente dalle richieste inglesi in una continuità con altri momenti ed eventi passati ugualmente sconvolgenti. L'anno successivo segnerà la fine della monarchia e il lavoro rimarrà nell'oblio. Verrà proposto in teatro solo nel 1991.

Ortigão, Ramalho, *As Farpas*, Lisboa, Livraria Classica, s. d.

Pavão, José Manuel/João Cerqueira, *Maria Pia Rainha e mulher*, Mirândola, João Azevedo, 2007.

Rossi, Giuseppe Carlo, “Maria Pia di Savoia nei poeti portoghesi”, *Romana. Rivista mensile degli Istituti di Cultura Italiana all’Estero*, 5, n.º 8-9, 1941 [Firenze, Vallecchi], pp. 523-557.

Vittori, Giovanna, *Margherita di Savoia*, Edizione a beneficio dei ciechi tardivi e deficienti educabili dell’Istituto Serafico di Assisi, stampata a Pompei, con i tipi della Scuola Tipografica

Pontificia per i figli dei Carcerati fondata da Bartolo Longo, 1935.

ANTERO, EÇA E A UNIFICAÇÃO DE ITÁLIA

MANUEL G. SIMÕES*

A chamada “geração de 70”, que desde os anos de Coimbra se bateu sempre por uma revolução das mentalidades e pela introdução, em Portugal, da nova ideia que irradiava do centro da Europa, não podia ficar indiferente aos fermentos que agitaram os oito estados italianos e que viriam a confluir no Reino de Itália sob a égide de Vittorio Emanuele II da Sardenha, sagrado rei de Itália “por graça de Deus e vontade da nação” em 17 de Março de 1861. É certamente que os seus maiores animadores seguiam com ansiedade as vicissitudes por que passava o jovem Reino até à anexação dos territórios ainda sob o domínio da Áustria, como era o caso da região do Vêneto, ou do estado pontifício do Vaticano.

Por isso causou alguma surpresa, entre os críticos, a leitura do primeiro opúsculo redigido por Antero, apenas terminado o curso, uma espécie de panfleto que exibia o título intrigante de *Defesa da Carta Encyclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada opinião liberal: considerações sobre este documento* e publicado em Coimbra em 1865. A Carta encíclica referida por Antero é o documento em que Pio IX promulga o *Syllabus*, compêndio das doutrinas consideradas heréticas e condenadas pela Igreja, onde não faltavam todas

* Professor jubilado de Literatura Portuguesa e Brasileira da Universidade Ca' Foscari de Veneza. Poeta e ensaísta.

as inovações de carácter científico, filosófico e político dos novos tempos. Daí que a conclusão de Antero entrasse na lógica do seu pensamento, lógica que veiculava a imagem do Progresso, da Razão e da Evolução: “o maior revolucionário foi o Papa [...] porque foi ele quem achou a palavra da situação: o cristianismo e o mundo moderno são incompatíveis e inimigos”¹. O escândalo, provavelmente, residiu na leitura da *Defesa* como necessidade de polémica contra o pensamento liberal português, ou como refere Eduardo Lourenço, “Par la pensée, il était avec les militants et les rêveurs d’un monde nouveau, par le coeur, la parole morte prononcée au nom du Dieu vivant ébranlait en lui le rêveur d’absolu à jamais inconsolé de s’être séparé de l’ancienne Foi”².

De qualquer modo vislumbra-se aqui uma espécie de duplicidade que faz parte da aventura espiritual de Antero de Quental, e há motivos para supor que, com toda a probabilidade, Antero não partilhasse, no caso específico das peripécias que envolveram a unificação de Itália, nem a posição de Pio IX nem a de Garibaldi.

De facto, como é sabido, em Janeiro de 1866 Antero escreve a António de Azevedo Castelo Branco para lhe propor uma aventura que talvez pudesse ser *decisiva* para eles:

Tens naturalmente lido os jornais. Sabes do que vai por Itália, e dos alistamentos de voluntários I Garibaldinos. Ainda que o Congresso que se projecta desate tudo em boa ou má paz, aquela gente não desarma e, por conseguinte, não se morre de fome. Creio ser esta para nós uma boa ocasião de sairmos do absurdo sopa-vaca e arroz da vida ordinária. Queres ir? *Un bel morir tuta la vita onóra...*³

¹ Cit. de António José Saraiva, *A tertúlia ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, Gradiva, 1990, p. 188.

² E. Lourenço, *A noite intacta. (Dreperável Antero)*, Vila do Conde, Centro de Estudos Anterianos, 2000, p. 119.

³ Antero de Quental, *Cartas I [1852]-1881*, organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Comunicação, 1989, p. 61.

Em vez da Itália, foi Paris que o viu chegar no Inverno de 1867, com a intenção de cumprir o seu programa inicial de se fazer operário e de se alistar no “grande exército do proletariado”, ideia que iria fazer parte das suas frustrações e da questão conflitual que travava consigo próprio, mesmo considerando que o sentido de conflito é por natureza dinâmico. A estadia em Paris, porém, não podia resolver a sua constante inquietação, a sua necessidade de fugir ao marasmo (mas fugir para onde? – diz noutra carta ao amigo Alberto Sampaio, na mesma época). Entretanto a guerra italiana entre o Papa e Garibaldi continuava acesa, o que leva Antero, que então conduzia uma vida solitária e inactiva em Ponta Delgada, a endereçar ao mesmo Alberto Sampaio, em 1868, esta “extravagante” proposta, segundo as suas próprias palavras:

É ir assentar praça de voluntário nos Zuavos pontifícios, em Roma. No nosso estado, quando se procura a acção, deve ser uma acção estranha bastante, e nesse género parece-me que escolhi bem. Que humorismo profundo em todos os contrastes de uma tal vida! Ateus a montarem guarda ao Vaticano! Socialistas a defenderem o poder temporal do Papa! Que há de mais característico em todas as contradições expressivas do nosso tempo? Depois Roma... e o mundo originalíssimo de aventureiros que há dois anos não cessam, de todos os pontos da Cristandade, de correr para Roma. Espero que haverá no meio dela pelo menos uma dúzia de homens com quem nos agrada viver...⁴

Ora estes dois projectos contraditórios, programados a dois anos de distância, deixam supor um desejo de acção aparentemente sem uma análise profunda das motivações e das causas que conduziam ao teatro dos eventos, estranho para quem já em 1864 fechava as *Odes modernas* deste modo: “Se já desaba o tecto das Igrejas/ e o docel d’esses Tronos,/ é porque um outro céu maior nos cubra.../ O céu da Liberdade!”⁵.

⁴ *Ib.*, pp. 99-100.

⁵ Antero de Quental, *Odes modernas*, prefácio de Nuno Júdice, 3ª. ed., Lisboa, Ulmeiro, 1989, p. 197.

Antero explicará na mesma carta a Alberto Sampaio que se tratava duma tentativa “para durante alguns anos no silêncio dum ócio espiritual deixarmos cristalizar a nossa alma futura”⁶, isto é, na impossibilidade de se ligar à “vida ordinária”

É então indispensável atirar-me a qualquer coisa de violento e pela estranheza assaz atractivo para durante um ou dois anos me gastar este fermento de inquietação e revolta que não me deixa fazer nada do que a razão me diz ser bom e até necessário.⁷

No fim de contas, revelam-se aqui os reflexos do conflito insanável que uma indagação ontológica põe em evidência no itinerário existencial do autor dos *Sonetos* ou das *Causas da decadência dos povos peninsulares*.

Eça de Queiroz, por seu lado, parece ocupar-se pela primeira vez da questão italiana, ainda que indirectamente, ao traduzir e publicar no *Distrito de Évora*, aos 21 anos, fragmentos da *Viagem a Itália*, de Taine, e cujo primeiro segmento textual saiu no n.º 2, de 10 de Janeiro de 1867. Aqui louva Eça a análise social de *Voyage en Italie* e, ao mesmo tempo, o génio artístico de um povo de que o livro de H. Taine apresenta seguramente uma “imagem desta Itália que tanto tem sofrido, tão bela e tão desolada, dilacerada pelas revoluções, angustiada pelas tiranias, que hoje, enfim, está na véspera da liberdade e da Unidade”⁸. Fragmentos da mesma obra foram publicados no referido jornal eborense em 17-1, 7-2, 14-2, 21-2 e 4-8 daquele ano, sendo de salientar o comentário do então jovem escritor, antecedendo a última transcrição do livro de Taine: “A sociedade romana está de um dia para o outro a transformar-se de todo: a revolução bate às portas de Roma e há-de invadi-la, expulsando dos

⁶ Id., *Cartas I*, p. 100.

⁷ *Ib.*

⁸ Eça de Queiroz, *Prosas Esquecidas II*, ed. organizada por Alberto Machado da Rosa, Lisboa, Presença, 1965, p. 390.

seus redutos todos os germens do mal”⁹. É inegável, como se vê, o interesse de Eça de Queiroz pelos eventos que envolveram Garibaldi, de que encontramos uma referência no conto José Matias, com a curiosa transformação metonímica do onomástico em peça de vestuário (“um garibaldi”), frequente em *O crime do Padre Amaro* e noutras obras do Autor.

Mas outras referências atestam a solidariedade em relação à Itália unificada, aspecto que o romancista português seguia com a voz da razão. Àquele ano de 1867 faz remontar Eça o seu “encontro” com Fradique Mendes, depois deste, segundo o biógrafo, ter deixado o Quartier Latin para viajar por todo o mundo, e se ter envolvido em acontecimentos históricos de grande impacto: “Vestido com a camisa escarlate, acompanhara Garibaldi na conquista das Duas Sicílias; [...] fizera a campanha da Abissínia e recebia cartas de Mazzini”¹⁰, o que significa que o biógrafo de Fradique transpõe para este o que tinha sido um vago desejo, não concretizado, de um dos responsáveis pela criação do heterónimo, isto é, Antero de Quental.

E já depois da “presa di Roma”, em 20 de Setembro de 1870, não sem que Vittorio Emanuele tivesse oferecido ao Papa uma solução pacífica, recusada por este, em Maio de 1871 escreve Eça de Queiroz uma das suas temíveis farpas em que se refere a uma pastoral do bispo do Algarve, a qual terminava pedindo esmolas para o Papa. E comenta textualmente:

Esmolas! Esmolas! O papado quando tinha Roma, apresentava o estranho caso de um estado fundado unicamente sobre a mendicidade. Roma vivia das esmolas do Mundo. Papa, cardeais, clero e população eram todos mendigos de profissão. Mas hoje o Papa não tem Roma, e as esmolas continuam a tomar o caminho de Roma!¹¹

⁹ *Distrito de Évora*, nº. 60, de 4-8-1867. Ib., p. 417.

¹⁰ Eça de Queiroz, *A correspondência de Fradique Mendes*, Mem Martins, Europa-América, s.d., p. 20.

¹¹ Id., *Uma campanha alegre*. De “*As Farpas*”, vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1969, p. 55.

É evidente que Eça pretende atingir as relações entre a Igreja e a sociedade, condenando uma tradição secular que condicionava a vida social.

De teor completamente diferente, são as duas páginas cintilantes de Eça, de Setembro do mesmo ano, a propósito da visita a Lisboa de S.A.R. o príncipe Umberto de Savoia. Ao contrário do que tinha acontecido em Madrid, onde o príncipe aparecera em lugares públicos, a sua passagem por Lisboa passou despercebida, sem a inspiração, nas palavras de Eça, de ir tomar café ao Martinho. O cronista explica esta reserva como timidez, tranquilizando irónica e maliciosamente o príncipe: “Tínhamos em nossa honra entregá-lo, escorreito e são, ao único país legitimamente autorizado a devorá-lo – o belo país de Itália, Italia mater!”¹².

Mas o clero volta a estar sob a mira de Eça de Queiroz, como sucedeu frequentemente, desta vez na farpa de Julho de 1872, em que vituperou o prior de Belas pelo sermão político proferido do púlpito: “e a doutrina que ensinou foi que Vítor Manuel é um ladrão, e que é um ladrão o sr. de Bismarck. De resto Pio IX é Cristo”¹³. Eça considera que o sermão não foi uma crítica política mas uma difamação pessoal: “não analisou historicamente, juridicamente, os actos de Vítor Manuel e as ideias de Bismarck; não, chamou-lhes simplesmente ladrões”¹⁴. O Autor visava uma prática comum por parte do clero, que impunemente, e na sequência da encíclica *Respicientes* – onde se declarava “injusta, violenta, nula e inválida” a ocupação italiana e onde Pio IX proclamava a sua condição de prisioneiro, excomungando o rei de Itália -, se servia do púlpito para lançar anátemas de toda a ordem, atitude radical que terá contribuído não pouco para o anti-clericalismo de algumas figuras da “geração de 70”, em particular de Guerra Junqueiro.

¹² *Ib.*, p. 192.

¹³ *Ib.*, p. 166.

¹⁴ *Ib.*, p. 167.

IDEE DI NAZIONE NELL'EUROPA POST-NAPOLEONICA. IL RISORGIMENTO E LA QUESTIONE IBERICA

FRANCESCA DI GIUSEPPE*

Quando parliamo di Ottocento, di autodeterminazione dei popoli e della progressiva apertura degli Stati alle libertà individuali e nazionali, ci riferiamo innanzitutto a un'epocale mutazione degli equilibri politici, diplomatici e sociali del continente europeo (ma non solo, dato che tali alterazioni variarono l'intero assetto occidentale, con degli evidenti strascichi nel continente americano e perfino in Giappone)¹. Se tali trasformazioni ebbero una dimensione pressoché globale, l'Europa fu il laboratorio iniziale, il territorio toccato più da vicino dagli avvenimenti dell'Ottantanove francese e, dunque, costretto dal repentino crollo del sistema bonapartista a fare i conti con la ricostruzione.

In un simile contesto, la Penisola italiana e il Portogallo occuparono un posto solo apparentemente speculare. Il fatto

*Francesca Di Giuseppe è dottore di ricerca in Storia contemporanea. Si è occupata di relazioni internazionali nell'Europa del XIX secolo, dedicando una particolare attenzione ai rapporti tra l'Italia e il Portogallo. Ha collaborato con l'Istituto enciclopedico Treccani, per il quale ha redatto diverse voci biografiche di democratici italiani, con la cattedra di Storia del Risorgimento dell'Università La Sapienza e con l'Archivio di Stato di Roma. È consulente e redattrice di documentari storici per le reti televisive Rai e History Channel.

¹ Cfr. *Garibaldi, Mazzini e il Risorgimento nel risveglio dell'Asia e dell'Africa*, a cura di Giorgio Borsa e Paolo Beonio Brocchieri, Milano, Angeli, 1984.

che lo Stato lusitano avesse già determinato da secoli la sua struttura territoriale, mentre l'Italia, ancora divisa, vedesse significativamente alterate le sue frontiere a partire dal 1861, non impedì che all'interno di entrambe le realtà nazionali si sviluppasse un dibattito del tutto simile su cosa fosse una Nazione e quali le sue prerogative. Rispetto ai modelli che si affermarono dai primi anni dell'Ottocento, il Portogallo, infatti, occupava una posizione particolare. Il progressivo sviluppo dell'ideale delle grandi nazionalità – sostenuto in chiave economica da Friedrich List e dalla scuola storica degli economisti tedeschi e, in chiave filosofico-politica, da personaggi come l'inglese John Stuart Mill e l'italiano Giuseppe Mazzini – impose tra le letture possibili della Nazione quella che la identificava con un principio di espansione, aspettandosi dai movimenti patriottici “che fossero dei movimenti di *unificazione*”². L'affermarsi dell'idea che tra i requisiti di una Nazione ci fosse il “criterio della minima taglia”³ fece sì che, nella rilettura del contesto europeo operata da intellettuali e politologi *ante litteram* della prima metà del XIX secolo, l'esistenza di nazioni di piccole dimensioni fosse messa in discussione.

Lo faceva, ad esempio, il francese Elias Regnault nel 1832, quando, redigendo la voce *Nation* del *Dictionnaire politique* di Etienne Garnier-Pagès, affermava addirittura che l'esistenza di nazioni come il Portogallo avesse qualcosa di *ridicolo*⁴. Bisognava, dunque, dare risposte nuove a stimoli esterni e una parte dei liberali portoghesi cercò di farlo non solo sostenendo una nuova tipologia di istituzioni che rompesse con il passato assolutistico, ma anche mettendo in forse la struttura statale plurisecolare.

² Eric John Hobsbawm, *Nazioni e nazionalismi dal 1780*, Torino, Einaudi, 2002, 3.^a ed., p. 38.

³ *Ib.*, p. 37.

⁴ Elias Regnault, “Nation”, *Dictionnaire politique*, ed. Etienne Garnier-Pagès, Paris, Pagnerre, 1860, 6.^a ed., p. 625.

Non è azzardato, dunque, sostenere che gli impulsi della cosiddetta Questione iberica provenissero principalmente dall'estero (cosa che, inizialmente, rappresentò un fattore di forza per gli iberisti ma, in definitiva, fu una delle principali cause del loro fallimento).

Rivolgendo lo sguardo di là dalle loro frontiere, gli intellettuali lusitani ritrovarono vari modelli cui ispirarsi, ma certamente la Penisola italiana, impegnata in quegli anni nella lotta per la liberazione dagli austriaci e per l'unificazione nazionale, rappresentò una realtà imprescindibile per il dibattito iberista. Sia che si trattasse di propagandare l'unificazione con la Spagna, sia di avversarla, l'esempio italiano rappresentò un passaggio obbligato per le centinaia di opere uscite negli anni di maggior vigore di questa polemica (ossia dagli anni Cinquanta ai Settanta del XIX secolo)⁵; un modello per coloro che avrebbero visto volentieri, accanto a quella italiana, una Penisola iberica unificata e uno spauracchio per chi, invece, temeva che il successo degli unionisti nella Penisola vicina avrebbe favorito quello degli iberisti in patria.

L'idea di riunire in un solo Stato i due paesi della Penisola iberica non nacque, di certo, nel XIX secolo. L'iberismo, infatti, aveva alle spalle una lunga tradizione e uno scomodo precedente storico nei sessant'anni di unione seguiti alla scomparsa del re lusitano D. Sebastião e alla successione al trono di Filippo II di Spagna (1580- 1640). Tuttavia, l'iberismo acquisì nuova linfa grazie allo sviluppo del liberalismo. Se, infatti, dal XVI secolo in poi, i progetti di unione peninsulare si rifacevano alle tradizionali logiche successorie, l'iberismo ottocentesco perse questo carattere immanente e quasi accidentale, per dotarsi degli strumenti teorici consoni a una vera e propria teoria politica. Ciò avvenne, principalmente, grazie

⁵ Si conta che, dal 1852 al 1881, i pamphlet, gli articoli e gli scritti dedicati al tema iberista furono all'incirca centosessanta. Cfr. "Iberia", Innocêncio Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico português*, t. 10, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 34-48.

al suo inserimento nella dottrina liberale, che nella Penisola iberica, forse più che nel resto dell'Europa meridionale, ebbe uno sviluppo estremamente travagliato⁶. Di tale complessità risentì anche il dibattito iberista, le cui formulazioni si fecero interpreti delle diverse tradizioni politiche peninsulari⁷. Sarà, dunque, più corretto riferirsi a questo tipo di teorie utilizzando la formula "iberismo liberale" o "repubblicano", per distinguerlo dall'"iberismo dinastico" precedente.

Per risalire alla prima manifestazione dell'iberismo ottocentesco, è necessario far riferimento a un episodio avvenuto al di fuori delle frontiere iberiche. Il 24 febbraio 1848, nell'imminenza della vittoria dei rivoluzionari parigini, un corteo di circa 400 esuli spagnoli e portoghesi manifestò per le strade della capitale francese in favore del governo provvisorio appena instaurato. A unire i dimostranti, che si erano costituiti nel *Club democrático ibérico*, c'erano, oltre alla comune fede repubblicana, le loro convinzioni iberiste⁸. Una corrente, dunque, che rivelava fin dall'inizio il suo carattere radicale, giacché, nel suo sviluppo, rimarrà determinante l'imprinting dato dagli ideali del febbraio parigino e dai successivi rivolgimenti europei. Il carattere radicale e pragmatico del piano federalista è già perfettamente intuibile da quello che possiamo definire il manifesto di questa corrente, quattro pagine che fanno da introduzione agli *Estudos sobre a Reforma em Portugal* del portoghese José Félix Henriques Nogueira e che espongono con inedita lucidità il progetto

⁶ Joaquim Pedro de Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*, vol. 3, *Obras completas*, Lisboa, Guimaraes & C.^a Editores, 1954, p. 251. Si veda anche: Teodoro Martín Martín, "El iberismo. Una herencia de la izquierda decimonónica", *Cuatro ensayos de historia de España*, ed. Ignacio Sotelo/Teodoro Martín Martín/Antonio Heredia Soriano/Antonio Ruiz Salvador, Madrid, Cuadernos para el diálogo S.A., 1975, p. 58.

⁷ Fernando Catroga, "Nacionalismo e ecumenismo. A Questão ibérica na segunda metade do século XIX", *Revista de Cultura, História e Filosofia*, 6, 1985, pp. 89-110.

⁸ Si veda la nota indirizzata al governo provvisorio francese, riportata da *A Revolução de Setembro*, 3-4-1848. Cfr. Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva, 1990, pp. 89 ss.

politico in questione. L'autore, scrive Nogueira parlando in terza in persona,

Quisera que: [...] o governo do Estado fosse feito pelo povo e para o povo, sob a forma nobre, filosófica e prestigiosa da REPÚBLICA.

[...] Quisera que os interesses da localidade fossem atendidos primeiro do que tudo; que o território se dividisse para todos os efeitos em grandes e bem regidos municípios [...].

Quisera, por último, que Portugal, como povo pequeno e oprimido, [...], procurasse na FEDERAÇÃO com os outros povos peninsulares a força, a importância, e a verdadeira independência que lhe faltam na sua tão escarnecida nacionalidade.⁹

Repubblica, quindi, municipalismo e federazione con la Spagna. I federalisti proponevano, come faceva Henriques Nogueira e, in seguito, Antero de Quental e António Ennes, e Sixto Cámara, Francisco Pi y Margall e Fernando Garrido¹⁰ (per fare solo qualche esempio), di rivedere la divisione territoriale della Penisola seguendo il criterio autonomista e di inserire la federazione iberica nel contesto più ampio di una federazione democratica universale¹¹.

Questa visione delle relazioni internazionali riproduceva, dunque, molte delle convinzioni già espresse dal democratico italiano Giuseppe Mazzini¹². Alla sua base c'era, infatti,

⁹ José Félix Henriques Nogueira, "Estudos sobre a Reforma em Portugal", *Obra completa*, ed. António Campos Leal da Silva, t. I, Lisboa, IN-CM, 1976, pp. 22-23.

¹⁰ Cfr. Sixto Cámara, "A união ibérica", *Arquivo Universal*, 7, 14, 21, 28-2-1859 e 7, 14 21, 28-3-1859; Antero de Quental, *Portugal perante a Revolução de Espanha*, Lisboa, Typ. Portuguesa, 1868; António Ennes, *A guerra e a democracia. Considerações sobre a situação política da Europa*, Lisboa, Impr. de J.G. de Sousa e Neves, 1870; Fernando Garrido, *La república democrática federal universal*, Madrid, Impr. De Juan Iñiesta, 1881, 17.^a ed.; Francisco Pi y Margall, *Las Nacionalidades*, Madrid, Impr. y Librería de Eduardo Martínez, 1877.

¹¹ Cfr. Fernando Garrido, *La República democrática federal universal*, p. 220; María Victoria López Cordón, *op. cit.*, p. 121 e pp. 197 e ss.

¹² Maria Manuela Tavares Ribeiro, "Mazzini e il mazziniano in Portogallo", *Nuova Antologia*, 2227, 2003, pp. 229-255.

la convinzione di un'unità di fondo di tutto il genere umano (espressione che sia in Mazzini sia negli iberisti stava a significare la totalità delle popolazioni europee). In alcuni dei federalisti, tale verità si traduceva nell'elaborazione di una teoria che prefigurava come fine ultimo nientemeno che la fusione dell'umanità intera, senza che per questo venisse meno l'idea di autonomia delle nazioni all'interno di un organismo comunitario. Si riproducevano, così, nel dibattito iberista alcuni temi sviluppati dal repubblicano genovese e, in particolare, l'idea di Europa come ente mediatore tra Nazione e Umanità. L'idea mazziniana di "un organismo europeo articolato nelle singole nazionalità, ma concepito unitariamente"¹³ era, infatti, interamente condiviso dagli iberisti che, al pari di Mazzini, si pronunciavano contro l'attuale equilibrio europeo in quanto espressione delle ambizioni monarchiche, individuando nella proclamazione della Repubblica il principio atto a restituire all'Europa un giusto equilibrio geo-politico¹⁴.

Se andiamo ancora più in profondità, è possibile rilevare la presenza di elementi mazziniani non solo nella concezione europea dei federalisti iberisti ma, addirittura, in alcuni elementi della struttura statale da essi proposta. È il caso, di certo non trascurabile, del pensiero di Henriques Nogueira, il maggiore esponente di questa corrente e il principale divulgatore del pensiero democratico italiano in Portogallo¹⁵. Riprendendo il progetto di costituzione dello Stato portoghese

¹³ Carlo Morandi, *L'idea dell'unità politica d'Europa nel XIX e XX secolo*, Milano, Marzorati, 1948, p. 52.

¹⁴ Cfr. António Ennes, *A guerra e a democracia. Considerações sobre a situação política da Europa*, pp. 15, 21.

¹⁵ Si vedano le sue biografie di Giuseppe Mazzini, Guglielmo Pepe e Daniele Manin, inserite, rispettivamente, negli *Almanaques democráticos* del 1851, 1853 e 1854. José Félix Henriques Nogueira, "Almanaque democrático para 1852", "Almanaque democrático para 1854" e "Almanaque democrático para 1855", *Obra completa*, t. I, pp. 189-192, 249-254, 273-275.

contenuto negli *Estudos*, infatti, non si possono non cogliere le somiglianze con la Costituzione romana del 1849. Sono analogie che riguardano aspetti teorici generali che accomunavano il pensiero dei democratici di tutta Europa, come la forma di governo repubblicana, la Camera elettiva unica (ispirata al modello spagnolo del 1820), l'abolizione della pena di morte e l'istituzione di una guardia nazionale (fissati rispettivamente dal I principio fondamentale e dagli articoli 5 e 12 del Titolo I della Costituzione romana¹⁶ e presenti sia nell'introduzione degli *Estudos* che nei successivi capitoli dedicati alla proposta costituzionale di Nogueira¹⁷). Ma ritroviamo anche riferimenti più specifici all'esperienza romana, come l'affidamento del Potere esecutivo a un Triumvirato, nominato dall'Assemblea, la centralità dell'associazionismo nell'ordine sociale e l'insistenza su un concetto eminentemente mazziniano, ripetuto più volte nel corso dell'opera, secondo il quale ogni libertà era soggetta ai "direitos e deveres" del cittadino¹⁸.

L'affermazione che l'impianto teorico degli *Estudos* rimanda alle teorie unitariste di Giuseppe Mazzini almeno quanto a quelle della scuola federalista proudhoniana francese (alla quale solitamente viene associato¹⁹) potrebbe apparire piuttosto singolare, dato che Nogueira illustra i vantaggi che il Portogallo avrebbe acquisito decentralizzando i poteri e federandosi con la Spagna. È lo stesso portoghese, però, che nel

¹⁶ *Costituzione della Repubblica Romana*, Roma, Tipografia piazza di Monte Citorio num.119, 1849.

¹⁷ José Félix Henriques Nogueira, "Estudos sobre a Reforma em Portugal", pp. 22-23, 34-35, 38 e 52.

¹⁸ *Ib.*, pp. 30-31.

¹⁹ Ad es., Vitor de Sá, *A crise do liberalismo*, Lisboa, Horizonte, 1978, pp. 9-13 e 274-281; Vitor Neto, "Iberismo e municipalismo em J. F. Henriques Nogueira", *Revista de História das ideias*, 10, 1988, pp. 753-768; Fernando Catroga, "Nacionalistas e iberistas", *História de Portugal*, ed. José Mattoso, vol. 5, Lisboa, Círculo de leitores, 1993, pp. 563-565.

vivo della descrizione del suo progetto federalista, rimanda spesso al repubblicano italiano, parlando della federazione iberica come *Jovem Ibéria* e ribadendo che essa si sarebbe basata sui “*princípios essencialmente justos de igualdade dos direitos e deveres*”²⁰. Le differenze che, a prima vista, potrebbero apparire irriducibili tra un modello unitario e uno federalista appaiono molto meno marcate se si risale nuovamente al testo costituzionale romano. Il municipalismo temperato del repubblicano lusitano²¹ poteva, infatti, armonizzarsi senza eccessivi strappi teorici con le disposizioni dettate dai Principi fondamentali 5 e 6 della Costituzione romana, secondo i quali “I Municipii hanno tutti eguali diritti: la loro indipendenza non è limitata che dalle leggi di utilità generale dello Stato” e “La più equa distribuzione possibile degli interessi locali, in armonia coll’interesse politico dello Stato è la norma del riparto territoriale della Repubblica”²².

Oltre al mito del Mazzini rivoluzionario, dunque, i repubblicani lusitani conobbero e apprezzarono anche il Mazzini teorico, di cui ripresero l’idea di una futura federazione di nazioni. E, infine, il Mazzini statista, di cui, grazie alla mediazione di Nogueira, riuscirono a conciliare le teorie con i loro progetti di riforma dello Stato portoghese.

Passando all’altra corrente iberista, quella monarchica e centralista, l’influenza italiana prende spunto da diversi elementi, ma non è di certo minore. Nonostante il federalismo

²⁰ José Félix Henriques Nogueira, “Estudos sobre a Reforma em Portugal”, pp. 161-163.

²¹ Uno degli aspetti che permette a Nogueira di avvicinarsi alle teorie di Mazzini è che il municipalismo professato dal portoghese non richiede la decentralizzazione totale dei poteri, ma una forma temperata di federalismo. D’altro lato, come abbiamo visto, quello che Mazzini professa è un centralismo che rispetta l’autonomia locale. Dunque, le due visioni di Stato sono solo apparentemente inconciliabili. Cfr. José Félix Henriques Nogueira, *O Município no século XIX*, Lisboa, Typ. O Progresso, 1856, p. 5.

²² *Costituzione della Repubblica Romana*.

repubblicano fosse nato qualche anno prima, è posizione quasi unanimemente condivisa dalla storiografia sull'argomento quella che fa risalire la nascita dell'iberismo liberale alla data simbolica del 1852, anno in cui a Lisbona venne pubblicata, anonima, la prima edizione de *A Ibéria. Memoria escripta em lingua hespanhola por um philo-portuguez e traduzida em lingua portugueza por um philo-iberico*. Ciò è dovuto certamente all'impatto che quest'opera ebbe sull'opinione pubblica e al fatto che, per rispondere, contraddire o schierarsi dalla parte del suo autore, dal 1852 si moltiplicarono le pubblicazioni di argomento iberista, dando inizio alla polemica a cui ci stiamo riferendo.

L'autore de *A Ibéria*, il diplomatico spagnolo Sinibaldo de Mas (il suo nome apparve nelle successive edizioni dell'opera²³), sosteneva che, per rispondere in maniera adeguata ai mutamenti del XIX secolo – e, in particolare, allo sviluppo economico e all'affermarsi del principio costituzionale – fosse necessario fondere i due Stati iberici in una sola nazione, attraverso il matrimonio tra la principessa delle Asturie, la futura Isabella II, e il principe portoghese Pedro di Braganza²⁴. La corona del nuovo Stato, dunque, sarebbe passata al casato portoghese, visto come migliore interprete del principio liberale, rispetto alle tendenze restauratrici dei Borbone di Spagna²⁵. L'unione iberica, dunque, come strategia per allineare la Penisola ai progressi politici e, soprattutto, economici del resto d'Europa. Seppure ammantata

²³ De *A Ibéria*, opera di grande successo editoriale, si conoscono varie edizioni: le tre uscite in Portogallo tra il 1852 e nel 1855 per la Typografia Universal e la Typografia do Progresso, e poi, una pubblicata in Spagna per i tipi Rivadeneyra, nel 1854. Quella cui faremo riferimento in questo articolo è, principalmente, la seconda edizione portoghese, quella della Typografia Universal del 1853, Sinibaldo de Mas, *A Ibéria. Escripta originalmente em hespanhol por um philo-portuguez, traduzida e precedida de um prologo por um jornalista português*, Lisboa, Typ. Universal, 1853, 2.^a ed.

²⁴ *Ib.*, p. 32.

²⁵ *Ib.*, p. 55.

di una certa vaghezza politica, quest'opera era portatrice di una cultura di matrice liberal-moderata che, opponendosi sia all'estremismo dei radicali sia a quello degli assolutisti²⁶, vedeva nella monarchia costituzionale la maggiore assicurazione contro gli squilibri politici cui la Penisola iberica era incline. Sempre nella cornice di una maggiore compattezza politica, poi, è da interpretare la preferenza per un sistema amministrativo centralizzato, letto come maggiore garanzia dell'interesse comune, rispetto agli interessi localistici e come ulteriore elemento a favore dello sviluppo economico peninsulare²⁷. Monarchia costituzionale, fusione tra Stati e centralismo. Niente di più simile, insomma, a quello che, un decennio dopo, sarebbe stato realizzato dalla monarchia Savoia e dai suoi uomini di governo attraverso la fusione degli Stati preunitari nel Regno d'Italia. E, tuttavia, mentre de Mas scriveva la sua opera, l'Italia era ancora una realtà lontana e lo spagnolo non poteva fare altro che notarne la debolezza e stabilire un primo parallelo tra la Penisola italiana e quella iberica:

Se Napoleão invadiu a Itália e a organizou a seu modo [...], se a Áustria nos nossos dias humilha a Sardenha [...] se o reino lombardo-veneziano continúa entre as garras da águia imperial, e os francezes ainda estão em Roma; se a região italiana é, em fim, o juguete, a prêsa, ou o instrumento das grandes nações, porque lhe succede tudo isto, senão pela sua desunião e parcellamento? [...] Ó italianos, se haveis sido maltrados e infelizes, não culpeis a mais ninguém senão a vós mesmos. Uni-vos, constitui-vos em uma só nação, e sereis grandes e respeitados.²⁸

Inizialmente, dunque, il tema della debolezza italiana era servito a creare un ponte tra le due Penisole e ad affermare che “outra parte da Europa, ainda mais propria que a Itália para

²⁶ *Ib.*, p. 144.

²⁷ *Ib.*, p. 56.

²⁸ *Ib.*, pp. 23-24.

formar uma só nação, é a Península ibérica”²⁹. Il paragone stabilito da de Mas agli inizi degli anni Cinquanta si sarebbe rivelato duraturo, anche se non efficace. Meno di dieci anni dopo, infatti, la proclamazione del Regno d'Italia segnò la parziale ma significativa vittoria delle forze che avevano sostenuto l'unificazione. Il legame ideale stabilito dal capostipite dell'iberismo liberale ottocentesco subì, così, una frattura e da quell'iniziale critica agli italiani, colpevoli del loro declino, si passò all'ammirazione verso un popolo e, soprattutto, verso un casato che, scegliendo l'unione, avevano risollevato il destino di un'intera nazione.

Questo passaggio era evidente, ad esempio, in un altro pamphlet, opera dello spagnolo Pio Gullón e uscito nel 1861 con il titolo *La fusión ibérica*. Quest'autore, di tendenza liberal moderata, pubblicava il suo scritto proprio nell'anno della proclamazione del Regno d'Italia e, come dichiarava egli stesso, era stato ispirato dal ruolo moderatore che i Savoia avevano ricoperto nel processo di unificazione. Spinto da questo modello “hemos apartados la vista de nuestros amigos del Levante para volverla à nuestros hermanos de Occidente y por impulso general, instintivo, solemne, hemos gritado...¡Portugal!”³⁰.

Per i propugnatori dell'unione iberica monarchica e centralistica, il processo con il quale si era costituito lo Stato italiano, con l'iniziativa della monarchia savoiarda e l'estensione delle sue istituzioni liberali a tutta la Penisola, rappresentò un'importante prima conferma che il modello da loro proposto era realizzabile e aveva più di una possibilità di successo. E, infatti, agli occhi di Gullón, ancora più rilevante della proclamazione del Regno, era stato il riconoscimento dell'Italia da parte di alcuni Stati europei.

²⁹ *Ib.*

³⁰ Pio Gullón, *La fusión ibérica*, Madrid, Imprenta de Gabriel Alhambra, 1861, pp. 5-6.

Significativo, in proposito, è che, a giustificazione del suo disegno di unione peninsulare, Gullón, scrivesse che:

La unidad italiana acaba de ser reconocida por las dos potencias que ejercen mayor influencia en la politica internacional de los países civilizados: lo que ayer era simplemente un hecho consumado se convierte desde ahora en jurisprudencia europea [...] y renueva la gastada atmosfera oficial de las antiguas cancillerías, colocando junto á los pactos diplomáticos [...] el tratado de íntima y eterna alianza escrito por la misma Providencia para pueblos enteros; el derecho de amalgamarse, confundirse.³¹

Il riconoscimento italiano, dunque, come punto di non ritorno, frattura nel sistema europeo provocata dalla stessa diplomazia tradizionale che, affermavano gli unionisti, riconoscendo la legalità italiana non poteva poi negare ai restanti popoli gli stessi diritti. Quest'ipotesi inasprì la reazione della terza voce in capitolo in questa polemica, quella di coloro che si opponevano a qualsiasi ipotesi di unione con la Spagna, vedendo nello *statu quo* territoriale iberico la maggiore garanzia delle due nazionalità esistenti nella Penisola. I modelli di questa corrente erano, più che l'Italia, la Polonia e tutte le nazionalità in espansione, Stati come l'Olanda, i paesi baltici e il Belgio³²; nazioni che, nonostante le dimensioni, erano inserite a tutti gli effetti nel sistema europeo senza che nessuno, almeno nella diplomazia ufficiale, ne mettesse in discussione il diritto d'indipendenza.

Per gli anti-iberisti, il 1861 rappresentò un pericoloso segnale della possibile scomparsa della nazionalità lusitana, destinata a essere assorbita da quella spagnola come la toscana, la napoletana etc. erano state assorbite dai piemontesi. Furono proprio gli anti-iberisti a opporsi al riconoscimento del Regno italiano che, come affermava il Conte di Lavra-

³¹ *Ib.*, p. 43.

³² *Ib.*

dio, rappresentante portoghese a Londra, sarebbe stato “um suicídio nacional”³³. Come scriveva l'anonimo autore di *Um novo título de soberania e o seu reconhecimento*, riconoscendo l'Italia, il Portogallo “teria reconhecido o direito da Iberia seguir os mesmos passos, e dar-lhe-hia força para continuar a repetir – *la Iberia será*”³⁴.

Più ancora che nel 1861, però, la tendenza a sovrapporre gli avvenimenti italiani con quelli iberici si manifestò nel 1862, con le nozze tra la figlia di Vittorio Emanuele, Maria Pia, e il figlio di Maria II, D. Luís. È in questa occasione, infatti, che l'ammirazione verso il ruolo dei Savoia si trasformò in una vera e propria “sindrome piemontés”³⁵. L'alleanza tra le due nazioni, il carattere ancora non ben definito della politica estera italiana e le voci su un'ipotetica unione iberica guidata dalla dinastia portoghese, contribuirono, infatti, a rafforzare negli iberisti monarchici l'idea di un passaggio di testimone dal Piemonte al Portogallo, dai Savoia ai Braganza. Come osservava la principessa di Solms, moglie di Urbano Rattazzi e autrice dell'opuscolo pro-iberista *Le Mariage ou l'avenir du Portugal*,

Quand on examine attentivement la position du Piémont vis à vis de l'Italie il y a quelques années on est frappé de la similitude qui existe entre lui et le Portugal.

En effet, en Italie, une vaste péninsule s'étend, soumise à des gouvernements divers, habitée par un population aspirant à l'unité; au nord, dans un coin de cette langue de terre, est un petit Etat, médiocre par l'étendue, mais grand par les idées qui y fermentent. [...] Il grandit, il se développe, il s'allonge et bientôt il s'absorbe l'Italie tout entière qui devient alors un pays unanime.

³³ *Memórias do Conde de Lavradio*, ed. Ernesto de Campos de Andrade, vol. 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943, p. 60.

³⁴ [Anónimo] *Um novo título de soberania e o seu reconhecimento*, Lisboa, Typ. de J. De Carvalho, 1861, p. 16.

³⁵ Enriquez Martínez Ruiz, *La era isabelina y el sexenio democrático in História de España (1834-1874)*, ed. José María Jover Zamora, t. 34, Madrid, Espasa-Calpe, 1981, p. XCVI.

En Espagne, nous voyons également une vaste péninsule, dominée par un seul gouvernement clerical. [...] A l'ouest de cette nation, dans une portion du même territoire, est un peuple de même race, parlant la même langue, ayant les mêmes mœurs [...]. C'est de là que doit partir bientôt le signal de l'unité Ibérique³⁶.

Quest'opera, di cui il giorno del matrimonio tra D. Luís e Maria Pia furono distribuite migliaia di copie in tutte le piazze di Torino³⁷, ebbe fortissima risonanza in Portogallo, dove diversi giornali la recensirono, mettendone in risalto l'originalità rispetto ai precedenti scritti iberisti³⁸. Essa, dunque, entrò a pieno titolo all'interno della questione iberica e costituì una sorta di sguardo dall'esterno che, oltre a suggerire alcuni temi agli iberisti, scatenò la dura reazione di chi temeva l'alleanza con i Savoia e sosteneva che l'unione tra Spagna e Portogallo non fosse che un progetto straniero, del tutto estraneo agli interessi nazionali.

Non stupisce, quindi, che la “sindrome piemontés” acquisisse in quegli anni anche il significato di un timore sempre più insistente negli anti-iberisti e rafforzasse la linea interpretativa “dietrologica” che rinviava l'iberismo a un disegno franco-italiano per l'egemonia mediterranea. Fu questa, ad esempio, la lettura diffusa da alcuni periodici come *O Direito*, *A Gazeta de Portugal* e *O Commercio de Coimbra*. Secondo l'interpretazione data da questi giornali, il recente matrimonio costituiva solo il primo passo di un progetto più ampio che prevedeva “um papel destinado ao nosso pequeno Portugal”, ossia “conquistar a Hespanha, expulsar a dynastia da sr. D. Izabel II e pôr El-Rei D. Luiz I no throno de S. Fernando”³⁹. L'unione iberica, quindi, come idea “que nos vem

³⁶ Vicomte Mary de Tresserve, *Le Mariage ou l'avenir du Portugal*, Paris, s. ed., 1862, p. 25.

³⁷ *La Civiltà Cattolica*, vol. 4, s. 5, 11-10-1862, p. 237.

³⁸ *O Jornal do Commercio*, 12-8-1862; *O Commercio do Porto*, 15, 17, 21, 22, 23 e 24-10-1862; 24-12-1862 e 20-10-1863.

³⁹ *O Commercio de Coimbra*, 3-12-1862.

assoprada de França e de Italia”⁴⁰, “une vengeance italienne [verso i Borbone], dont le Portugal se ferait l’instrument”⁴¹.

In definitiva, anziché rafforzare la causa iberista, la “sindrome piemontés” del 1861-1862 contribuì a indebolirla, poiché il diffondersi di voci e sospetti creò un’aspettativa eccessiva rispetto al ruolo di D. Luís e alle intenzioni di questo matrimonio⁴².

Mentre per i repubblicani, politicamente sconfitti come i loro omonimi italiani, la tradizione mazziniana costituì un elemento di forza nell’elaborazione della loro teoria federalista ed europeista, la funzione dei Savoia nell’iberismo monarchico ebbe, così, una valenza non sempre positiva. Il mito della dinastia che si mette al servizio della causa liberale e del suo popolo contro gli schemi della diplomazia tradizionale contribuì senz’altro a dare un volto alla leadership di un’eventuale monarchia peninsulare da affidare ai Braganza, ossia alla dinastia che in un solo colpo, come in Italia, avrebbe potuto unificare la Penisola e scacciare i Borbone. Allo stesso tempo, però, il concretizzarsi di questo mito, con il riconoscimento, nel giugno del 1861, e poi col matrimonio tra Maria Pia e D. Luís, nel ’62, focalizzò di colpo gli sguardi della politica internazionale sulla Penisola iberica e accelerò i tempi di un progetto che gli stessi sovrani portoghesi (D. Pedro V e, dopo la sua scomparsa, nel 1861, D. Luís I) giudicavano, se non irrealizzabile, quantomeno prematuro⁴³.

⁴⁰ *O Direito*, 27-11-1862.

⁴¹ *A Gazeta de Portugal*, 25-11-1862.

⁴² Eduardo Brazão, *A unificação italiana vista pelos diplomaticos portugueses*, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento italiano, vol. 2, 1962, p. 422, e Aldo Albonico, *La mobilitazione legitimista contro il regno d’Italia. La Spagna e il brigantaggio meridionale postunitario*, Milano, Giuffrè, 1979, p. 163 e ss.

⁴³ Si vedano le osservazioni di D. Pedro V (fratello di D. Luís e primo candidato al matrimonio con la figlia di Vittorio Emanuele) riportate dall’inviato straordinario a Lisbona, Caracciolo di Bella, nella relazione del 23 giugno 1862 in Roma, Archivio del Ministero degli Affari Esteri [A.S.M.A.E.], *Gabinetto e Segretariato Generale*, serie IV, busta 1509, fasc. II, n. 4/2.

Non è da considerarsi un caso, allora, che sia l'*Associação Primeiro de Dezembro* (efficace organismo di propaganda degli antiiberisti)⁴⁴, sia la campagna di stampa⁴⁵ e le manifestazioni popolari contro l'unione con la Spagna ebbero il loro culmine proprio nel 1861. L'affermarsi del paragone con la vicina Penisola italiana contribuì, in definitiva, a rafforzare la reazione anti-iberista, che, di fronte ai successi piemontesi, potenziò quelle strutture parapolitiche di cui l'iberismo era totalmente sprovvisto, riuscendo a portare dalla sua parte larghi strati della popolazione e, in definitiva, a far prevalere il proprio modello nazionale.

⁴⁴ Per quanto riguarda la storia e l'attività propagandistica dell'*Associação Primeiro de Dezembro*: Visconde Augusto Romano de Sanches de Baena, *Fastos históricos da Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640 ou o monumento aos restauradores de Portugal*, 2 voll., Lisboa, Typ. Mattos Moreira, 1885-1886; Eduardo Avelino Ramos Costa, *História da Sociedade histórica da Independência de Portugal de 1861 a 1940*, Lisboa, s. ed., 1940.

⁴⁵ Tra gli argomenti privilegiati dalla propaganda anti-iberista c'era, ovviamente, la difesa degli interessi papali dalle mire dei Savoia e del movimento unionista italiano. Ad esempio, in linea con questa politica (e in aperta polemica con il riconoscimento dell'Italia da parte portoghese), il giornale legitimista *A Nação* promosse una raccolta di firme in appoggio dei diritti del pontefice. La petizione riscosse talmente tanto successo che questa iniziativa si protrasse per un anno, dal gennaio 1860 allo stesso mese del 1861.

ALLE ORIGINI DELLA GEOPOLITICA ITALIANA. IL GENERALE GIACOMO DURANDO (1807-1894) DAL “2.° REGIMENTO DA RAINHA” AL RISORGIMENTO ITALIANO

MARIO G. LOSANO*

1. UNITÀ D'ITALIA E GEOPOLITICA

Con il 2011 è iniziato il centocinquantésimo anno dell'unità d'Italia, che coronò il Risorgimento, ma che con i suoi conflitti – tanto militari quanto politici – sparse stuoli di esuli italiani per tutta l'Europa.

Uno di questi esuli divenne un importante uomo politico dell'Italia appena unificata, ma – nella sua gioventù – fu esule in Portogallo dal 1832 al 1835 e partecipò alle lotte di questo Stato militando nel “Segundo Regimento da Rainha”. Al tempo stesso, la sua visione dell'unità d'Italia si fondava su una visione *anche* di determinismo geografico, che ne fa un legittimo e sorprendente precursore della geopolitica. Per questa ragione a Giacomo Durando – questo il nome del personaggio risorgimentale su cui concentrerò la mia esposi-

*Professore emerito di filosofia del diritto e docente della Scuola di Dottorato dell'Università di Torino. Premio Alexander von Humboldt, Bonn; dottore honoris causa dell'Università di Hannover, dell'Universidad de la República, Montevideo e dell'Universidad Carlos III, Madrid. Membro corrispondente dell'Accademia delle Scienze di Torino e di varie accademie brasiliane. Bio-bibliografia www.mariolosano.it

zione – è dedicato un ampio spazio nel mio libro sulla geopolitica¹.

Alla sua figura e alla sua epoca hanno dedicato la loro attenzione alcuni miei vecchi maestri torinesi² e, sulle loro orme, è stata scritta una monografia che riporta anche importanti inediti³, cui si richiamano queste pagine dedicate ai suoi anni portoghesi⁴.

Nel § 2 illustrerò anzitutto i legami tra Giacomo Durando e il Portogallo, lasciando in disparte il suo passaggio in Belgio (1831-1832) e in Spagna (1836-1844), nonché la sua successiva carriera in Piemonte e, poi, in Italia. Nei § 3 e 4 passerò in rassegna gli argomenti geopolitici sui quali egli fondava la sua convinzione che l'Italia dovesse giungere a formare un

¹Cfr. 4.3: *La geostrategia generale Giacomo Durando (1846)*, in Mario G. Losano, *La geopolitica del Novecento. Dai Grandi Spazi delle dittature alla decolonizzazione*, Milano, Bruno Mondadori, 2011 pp. 120-130.

²Narciso Nada, "Giacomo Durando", *Bollettino Storico Bibliografico Subalpino*, 1962, pp. 147-160. Cfr. inoltre l'ulteriore bibliografia nel libro di Paola Casana Testore, citato alla nota seguente, p. 3, nota 5. Sullo spirito di quel tempo: Franco Venturi, "La circolazione delle idee", *Rassegna Storica del Risorgimento*, 1954, pp. 203-222; Alessandro Galante Garrone, "L'emigrazione politica italiana del Risorgimento", ivi, pp. 229-242 (con belle pagine sull'influenza dell'esperienza spagnola sulle posizioni politiche degli esuli italiani, come si vedrà anche in Giacomo Durando).

³Paola Casana Testore, *Giacomo Durando in esilio (1831-1847). Belgio Portogallo Spagna nelle sue avventure e nei suoi scritti*, prefazione di Alberto Gil Novales, Torino, Comitato di Torino per la storia del Risorgimento italiano, 1979, 205 pp. Sulle fasi successive della vita di Giacomo Durando, cfr. Alessandro Aspesi, *Ombre e luci del nostro Risorgimento. Carteggio del Gen. Giacomo Durando (1847-1867)*, Torino, Edizioni Palatine, VIII-419 pp. (che agli anni iberici di Durando dedica soltanto alcune pagine del primo capitolo); sul periodo a Costantinopoli e come Ministro degli Esteri, cfr. lo scritto del nipote Cesare Durando, *Episodi diplomatici del Risorgimento italiano dal 1856 al 1863 estratti dalle carte del generale Giacomo Durando*, Torino, Roux e Viarengo, 1901, IV-370 pp.

⁴In appendice a Paola Casana Testore, *Giacomo Durando in esilio (1831-1847): Documento n. 1. Note per servire alla biografia di Giacomo Durando*, pp. 92-150; trascrizioni del ms conservato al Museo Nazionale del Risorgimento di Torino. Porta la data "Torino, 12 aprile 1862" ed è dedicato ad Angelo Brofferio, in vista della biografia che questo scriverà su Giacomo Durando, *Giacomo Durando*, Torino, Utet, 1862, 91 pp.

unico Stato sovrano, argomenti che erano stati plasmati anche dalle esperienze maturate durante il suo soggiorno iberico. Sull'esperienza iberica di Durando esistono ancora alcuni suoi testi inediti. Ad essi, come possibile oggetto di future ricerche, è dedicato l'ultimo paragrafo (§ 5).

2. GIACOMO DURANDO E LE GUERRE IN PORTOGALLO

La lunga vita “avventurosa e nomade”⁵ di Giacomo Durando (1807-1894) è una biografia esemplare anche per molti altri personaggi risorgimentali italiani, non tutti fortunati quanto lui, che iniziò la sua carriera come esiliato e la terminò come ministro.

Personaggio irrequieto sin dall'adolescenza, ebbe “una vita agitatissima”. “Alquanto discolto in casa”, il collegio di Savona non lo sopporta e lo affida “a un buon carabiniere che mi condusse Mondovì”, cioè di nuovo a casa. Intraprende gli “studi legali con indicibile svogliatezza” e li termina per fedeltà “alla massima di perdurare nelle cose intraprese”⁶. Infatti il blasone di famiglia reca il motto *Durantes vincunt*. Seguendo il fratello maggiore Giovanni si associa ai cospirativi e liberali *Cavalieri della Libertà* e scrive un indirizzo al Re, “la prima bomba dopo un silenzio decenne” che turba “la pace sepolcrale” del Piemonte⁷. Questo scritto gli apre le porte dell'esilio, durante il quale abbraccia la carriera militare⁸, cui già si era dedicato il fratello Giovanni⁹.

In questa carriera Giacomo Durando partì da zero nel senso stretto del termine. Si arruolò infatti come soldato sem-

⁵ In appendice a Paola Casana Testore, *Giacomo Durando in esilio (1831-1847)*, p. 92.

⁶ In appendice a *ib.*, pp. 93-95.

⁷ In appendice a *ib.*, p. 99.

⁸ Paola Casana ha ricostruito la carriera iberica di Giacomo Durando visitando il Servizio Histórico Militar de Madrid e l'Archivo General Militar de Segovia, dai cui *Expedientes personales* è tratta la *Hoja de servicio de Don Jaime Durando, Documento n. 3, ib.*, pp. 154-156.

⁹ Ritroviamo il fratello Giovanni (1804-1869) nelle peregrinazioni portoghesi e spagnole di Giacomo; cfr. la scarsa letteratura su di lui *ib.*, p. 93, nota 8.

plice, *soldado raso*, nella Legione straniera del Belgio, non proprio un educando:

La Legione era un composto razzolato di tutti i disertori e avventurieri olandesi, prussiani, tedeschi e francesi. Qui cominciai il mio tirocinio militare in mezzo ad una società la più eterogenea e strana, che mente umana possa immaginare. [Achille, figlio di Gioachino] Murat, cui fui raccomandato e che civettava cogli italiani forse con qualche vista politica, mi fu benevolo; Tordo che gli succedette mi protesse efficacemente. Ne serbo sempre grata memoria. Dopo pochi mesi mi promosse caporale, poi sergente; poi il mio capitano, il De Rolandis, antico emigrato torinese, stanco d'essere derubato nella cassa della Compagnia dagli avventurieri d'ogni paese, mi chiese per suo furiere. Così corsi tutte le Fiandre in un servizio sgradevolissimo, in una compagnia orrenda¹⁰.

Nella lotta per l'indipendenza del Belgio dall'Olanda l'intervento francese fu decisivo. Così "la guerra finì senza gloria per noi. Ma l'indipendenza del Belgio venne assicurata"¹¹. Però il venticinquenne Giacomo Durando, congedato come sottotenente, non poteva tornare in patria e quindi trasferì la sua attività in Portogallo.

A questo punto la storia portoghese ed europea si intreccia con quella del Brasile, in un succedersi di vicende ben sintetizzato da Paola Casana: "Dom Pedro, infatti, dopo aver rinunciato, il 6 aprile 1831, al trono del Brasile in favore del figlio Dom Pedro II, si era recato nelle Azzorre per organizzare una spedizione contro il fratello Dom Miguel e in appoggio alla propria figlia Maria da Gloria, a cui, nel 1826, abrogando la legge Salica, aveva lasciato il trono portoghese. Fin dal 1828, infatti, Dom Miguel si era impadronito del potere, proclamandosi unico re legittimo, aveva abolito il governo costituzionale colà instaurato nel 1826 ed aveva costretto la giovane Regina a fuggire in Inghilterra. Nel 1830, però, in

¹⁰ *Ib.*, p. 104.

¹¹ *Ib.*, p. 105.

seguito alla rivoluzione di luglio in Francia ed all'avvento dei *Whigs* al potere in Inghilterra, era risorta nell'animo di Dom Pedro la speranza di poter restituire il trono usurpato alla propria figlia. L'impresa si presentava piuttosto difficile, perché tutto il Portogallo si trovava nelle mani di dom Miguel; nonostante ciò l'ex Imperatore brasiliano, nel luglio del 1832, riuscì con un colpo di mano ad occupare Oporto. La difesa della città si mostrò tuttavia, fin dall'inizio, molto difficile, per l'eseguità delle forze di cui Dom Pedro disponeva¹².

In questa contesa dinastico-militare era inevitabile che Durando, da sempre favorevole alla monarchia costituzionale, si collocasse al fianco della spodestata regina Maria da Gloria. Poiché su questi eventi si concentra l'attenzione di questa mia conversazione, mi sembra opportuno affidare alle parole dello stesso Durando la descrizione di quegli anni della sua vita¹³.

Sciolta la Legione, mio fratello ed io fummo invitati dal governo portoghese, che agiva in nome di Don Pedro, a prender parte alla spedizione che si preparava per rivendicar il trono di Portogallo per sua figlia, Donna Maria da Gloria, contro il fratello Don Miguel. Non esitammo, e raggranellato un battaglione degli avanzi della sciolta Legione straniera, c'imbarcammo in Ostenda nel mese di novembre di quello stesso anno 1832, Giovanni col grado di capitano, io con quello di tenente.

Toccammo Donaver [Dover], dove ebbimo non poco da fare per mantenere in ordine quella gente poco disciplinata e che, cogliendo il momento della marea bassa, avea invaso la città, appunto nel momento in cui, per causa delle elezioni politiche, si trovava sprovvista di forza armata. Vi fu un po' di scandalo; ma il governo inglese tollerava quella spedizione, e quindi tutto si poté acconciare, e rimettersi in viaggio. Dopo breve sosta a Palmouth [Plymouth], voltammo la prora verso il Portogallo.

¹² *Ib.*, p. 22.

¹³ Gli eventi portoghesi sono descritti nelle *Note per servire alla biografia di Giacomo Durando*, sotto il titolo *Portogallo 1832-33-34-35*, *ib.*, pp. 105-110 ss. Inoltre all'analisi delle ultime fasi della lotta portoghese è dedicato il *Documento 2: Lettera di Giacomo durando al Colonnello Tordo*, *ivi*, pp. 151-153. Il nizzardo Giuseppe Tordo (1774-1839) era stato comandante di Durando nella legione straniera belga.

Il legno che ci portava era uno de' primi piroscafi che si adoperassero a questi tragitti; così che la traversata non dovea protrarsi al di là di cinque o sei giorni.

Era a bordo con noi il generale [Jean-Baptiste] Solignac, che il governo francese mandava a Don Pedro per dirigerli le operazioni difensive di Oporto dove allora erano concentrate tutte le poche forze di Don Pedro. Questo generale, già inoltrato negli anni, andò poco a verso dei Portoghesi, talché dovette ben presto ritirarsi poco rimpianto e senza aver fatto progredire gran che la causa di Don Pedro.

Dopo il primo giorno della traversata, si manifestò a bordo il cholera-morbes. Nessuno avea cognizione di questa malattia, e non sapevamo spiegarci come mai vi si fosse potuta infiltrare. Fino allora non si era parlato di questo malanno che in Polonia, e presumo che, nello sfacelo di questo paese, qualche profugo l'abbia portato latente nel Belgio, dove si diffuse nelle nostre truppe.

Questo fatale incidente minacciò di farci perire a bordo tutti quanti; e così sarebbe stato se il viaggio si fosse protratto ancora qualche giorno. Toccammo finalmente le foci del Douro, dopo aver perduto una trentina d'uomini, con altrettanti ammalati a bordo.

La città d'Oporto era compiutamente bloccata dall'armata miguelista; i settemila uomini che la occupavano, sotto gli ordini di Don Pedro, appena bastavano a tutelarne una parte; le comunicazioni col mare difficilissime; i viveri scarseggiavano.

Era una orrenda vista quella de' nostri colerici discesi a stento sulle piccole barche de' Portoghesi; talché ricordomi che que' marinai spaventati si rifiutavano d'accoglierli, e si dovette minacciare di far uso della forza. Era una crudele necessità cotesta; ma siccome tutti i porti della Spagna ci erano chiusi, fu d'uopo soggiacervi; e così recammo dall'Inghilterra quell'orribile malanno al Portogallo, donde poco dopo si diffuse per Cadice a tutto il Mediterraneo. Anni dopo il giovane Re di Portogallo, viaggiando in Italia e avendo toccato Torino, mi ricordava questo triste episodio delle vicende della mia vita.

Sbarcato in Portogallo sotto il cannoneggiamento nemico, Giacomo Durando e i suoi compagni di traversata vennero incorporati nelle truppe di Don Pedro. Incomincia così la

descrizione delle forze in campo e della difesa di Oporto, asediata dalle truppe migueliste. Nelle pagine di Durando la precaria situazione iniziale si trasforma progressivamente in una marcia vittoriosa verso la capitale.

In Oporto trovai molti italiani che ci avean preceduti. Dei primi a giungere fu Massimo di Montezemolo; ma ohimé! in qual misero stato! Tutti gli ufficiali di Don Pedro vestivano più che modesti e sovente laceri panni; distingueansi appena dai gregari portando una specie di sciarpa rossa. Le fatiche dell'assedio, la mancanza di soldi regolari, il vitto scarso, spiegavano le cause della loro compassionevole condizione. L'aspetto e le narrazioni che ci faceva Montezemolo dello stato delle cose era tale da dileguar ogni resto d'illusione. Appena sbarcati fummo salutati dalle cannonate, si dovette sostenere un combattimento coi Miguelisti per proteggere il nostro sbarco; e durante tutto quell'anno, più o meno ci vedemmo esposti ogni giorno ai colpi delle artiglierie nemiche, le quali ci serravano da tutti i lati. Tutto il regno di Donna Maria era misurato dalla curva d'un tiro a lunga portata che trasvolava da una estremità all'altra. Da ciò si può arguire in qual povera condizione si trovassero le speranze della libertà portoghese. Oporto era stato malamente asserragliato da cattivissimi lavori in terra. Diecimila uomini di buona truppa avrebbero potuto espugnarlo in cinque giorni.

Don Miguel ne avea 60.000, ma pessimamente comandati e privi d'ogni energia. Noi eravamo chiusi in Oporto circa 7.000 uomini di cui quattro mila stranieri, cioè Francesi, Inglesi, Scozzesi, Irlandesi, Olandesi, Tedeschi, una piccola compagnia d'Italiani, di cui ero stato fatto capitano; tutta gente ardita, mirabilmente comandata, con eccellenti quadri. A questi bisognava aggiungere tre o quattro mila Portoghesi assai ben ordinati e pieni d'ardore, come di chi sostiene una nobile e grande causa. Don Pedro era l'anima in tutta quella piccola armata che conquistò il regno. Don Pedro non era un grand'uomo, non era ne anche un buon generale; ma era un uomo coraggioso, con grande autorità sui suoi, popolare assai, con una certa qual cultura, segnatamente nella musica.

A lui personalmente debbono i Portoghesi il ricupero delle loro franchigie. I due uomini più importanti che l'aiutarono nell'arrischiata impresa erano il marchese di Saldanha e il duca di Terceira.

Il nostro reggimento, che s'intitolò 2.° leggero della Regina, venne stanziato da prima a Sordelo [Lordelo do Ouro], a mezzavia dal mare a Oporto. Lo comandava il maggior Borso di Carminati. V'era[no] il maggiore Cassano, Tedeschi, Sironi, Pizzi, Lupi, D'Apice, mio fratello Giovanni ed io capitani, Montezemolo tenente, Enrico Cialdini e Cucchiari, soldato il primo, il secondo sergente; Ignazio Ribotti tenente di una [legione] dei Cacciatori portoghesi; v'era anche un Arcioni svizzero-italiano, che fu poi nel 1848 capo di una squadra di volontari nel Tirolo; una trentina d'altri soldati italiani con divise italiane erano addetti a questo corpo. V'era Gliamas tenente; io n'era capitano. Più tardi a Lisbona s'aggiunsero Curcio napoletano, Osio milanese e qualche altro. Durante tutto l'inverno del 1832 i Miguelisti tentarono qua e là ma sempre fiacamente, la città; dalla riva destra del fiume Douro aveano preso di mira la Serra, chiesa [rectius: chiusa] sulla sinistra, che dominava la città, ma che non ne era la chiave. Venne in questo il generale [Louis Auguste Victor de Ghaisne, conte di] Bourmont legittimista francese, il vincitore d'Algeri; si cambiò allora sistema d'assedio; si abbandonò la riva sinistra e si portarono i colpi sulla destra. In luglio adunque cominciarono le grandi e decisive fazioni. Troppo lungo e faticoso anche sarebbe il descriverle.

Le truppe migueliste furono sempre respinte in ogni assalto. Noi difendevamo specialmente un ridotto presso la quinta di Vanzela, non lontano da quella quinta dove nel 1849 morì il magnanimo Carlo Alberto [re di Piemonte, in esilio a Oporto dopo la sconfitta di Novara]. Nel primo assalto che ebbe luogo il 5 luglio, fui gravemente ferito al piede sinistro. Egual sorte al braccio toccò a mio fratello Giovanni nel secondo assalto del 15 dello stesso mese.

Vinti così e depressi i Miguelisti, Don Pedro pensò a prender l'offensiva e tentare il rinnovamento del Regno. Voglio qui solamente accennare ad un fatto quasi favoloso e che solo trova qualche analogia nella recente spedizione di Garibaldi in Sicilia. In agosto del 1833 il duca di Terceira imbarca di notte tempo 1.200 uomini di fanteria. Sbarca con essi negli Algarvi all'altra estremità del Regno e di là piano piano risale verso il Nord, conquista l'Alentejo e occupa Lisbona, quasi senza trar colpo. La guerra era decisa con questa temeraria, ma fortunata spedizione. Don Miguel abbandona Oporto, raduna le sue

truppe, attacca inutilmente Lisbona in ottobre e si ritira in disordine a Santarém. Il mio reggimento si distinse; Giovanni vi fu ferito per la seconda volta; io non era ancora ristabilito da quella toccatami in Oporto. Dopo questa vittoria, l'armata di Don Pedro occupò le linee di Santarém, dove passammo accampati l'inverno del 1834 in osservazione del nemico. In maggio, concentratasi l'armata in Leiria collo scopo di girar la sinistra dell'armata nemica, vi fu una grande e decisiva battaglia al sito detto Asseiceira, dove l'armata miguelista fu compiutamente e per sempre sbaragliata e dispersa. Io condussi la mia compagnia all'assalto d'una forte posizione; ne venni a capo di cacciarne un battaglione miguelista, ma vi rimasi nuovamente ferito d'arma da fuoco nella coscia e costretto a farmi trasportare all'ospedale di Leiria. Questo fatto d'armi e il non aver abbandonato il campo, benché gravemente ferito, mi valse la croce della Torre e della Spada, onorificenza di rado accordata.

L'avventura portoghese di Durando si stava avviando al termine. Alle fatiche della guerra subentrava un periodo di attesa, mentre gli eventi di Spagna gli aprivano una nuova prospettiva di attività militare.

La guerra era finita, Don Miguel aveva capitolato ad Évora ed abbandonato il Regno. Eravamo in giugno 1834. Malgrado l'indole grave della ferita, fui assai prontamente ristabilito mercé anche le pietose cure di una famiglia portoghese della razza dei Fidalgos, che mi sottrasse alle noie dell'ospedale e mi ospitò generosamente in bella ed agiata casa. Vuol gratitudine che ne consegni il nome; era del casato dei Magalhães [Magalhães]. Anche in Oporto fummo sempre amorevolmente trattati dai nostri ospiti portoghesi.

Don Carlos [fratello di Ferdinando VII di Spagna] avea intrapresa la guerra di successione contro la regina Maria Cristina [vedova di Ferdinando VII e reggente in nome della figlia Isabella II, di soli quattro anni]. Il Portogallo si era alleato col nuovo governo costituzionale [spagnolo] e si formò in Tras-os-Montes una divisione portoghese pronta a recarsi a Navarra in appoggio alle truppe cristine. La comandava il generale d'Avilez che mi volle nel suo Stato Maggiore; il 2°

reggimento della Regina ne faceva parte. Verso il settembre del 1834 presimo le nostre stanze in Chaves, dove passammo tutto l'inverno del 1835 e parte dell'estate, godendo i beati ozii così piacevoli dopo tre anni di dura e tempestosa vita. Vivevamo in buon armonia col colonnello Borso, con Cucchiari, Cialdini, Ribotti, Curci e i pochi che erano rimasti superstiti a quella guerra. Ma era destino che non dovessi ancora riposare. Il governo spagnuolo avea fatto offrire a Borso di passare in Catalogna col suo reggimento, assenziente il governo portoghese. Ritornammo adunque in Lisbona e, riordinato il reggimento che prese il nome di Cacciatori di Oporto, in ricordanza del modo distinto con cui avevamo sostenuto l'assedio, ci rimbarcammo alla volta di Barcellona. Eravamo sul finire dell'anno 1835.

Si apriva così una nuova, avvincente pagina della vita "avventurosa e nomade" di Giacomo Durando, che però non è qui possibile seguire. Bisogna invece tornare alle pagine del suo libro del 1846, in cui le prospettive dell'unità nazionale italiana vengono analizzate secondo quei criteri *geostrategici* rigorosamente deterministici, che fanno di questo militare un diretto precursore della scienza geopolitica.

3. IL RISORGIMENTO COME EPOPEA GEOPOLITICA

All'inizio del secolo XIX, in un'Italia divisa in piccoli Stati per lo più in conflitto fra di loro, era indispensabile indicare dei modelli di coesione culturale e di unità materiale che servissero d'ispirazione all'unificazione politica della penisola. Nascevano così i costanti riferimenti non solo alla grandezza culturale e all'estensione territoriale dell'Impero romano, ma anche ai commerci e alle esplorazioni mondiali di Genova e Venezia. Essi indicavano un passato che si doveva far rivivere affinché l'Italia uscisse dalla sua frammentata decadenza ed assurgesse a un rango analogo a quello degli altri Stati europei. La geografia prescrittiva che ne scaturiva divenne un argomento a sostegno delle tesi politiche unitarie.

Però, quel modello di *Impero* non venne sempre inteso nello stesso senso. Nel Risorgimento si parlava di *Impero*

romano come di una compagine statale e culturale storicamente esistita, alla quale richiamarsi idealmente. Quando invece nel 1936 Mussolini dichiarò che con il fascismo era rinato l'Impero romano, intendeva Impero nel senso ben chiarito da un manuale di geografia politica di quegli anni: la sovranità dello Stato non si espande più per incrementi del medesimo territorio, ma si estende su territori diversi, separati e spesso lontani fra loro. Questa sovranità esercitata a distanza non coincide più con il concetto tradizionale di *Stato*, ma è meglio definita con il concetto di *Impero*; e ogni Stato in fase di espansione tende a costruire il suo impero per acquisire spazio, beni e mercati¹⁴. Il Risorgimento, invece, pensava all'Impero come incremento del medesimo Stato su territori contigui.

L'intero Risorgimento italiano può, quindi, essere rappresentato anche come un'epopea geopolitica, legata però al problema concreto dell'unità d'Italia e, quindi, poco portata a teorizzazione globali. "Non ci sono stati grandi geopolitici italiani. Il pensiero geopolitico, al di qua delle Alpi, è stato solitamente un pallido riflesso della politica estera contingente". Esso ha "razionalizzato *a posteriori* le opzioni di politica estera, più che influenzerle sulla base di consolidate e rigorose valutazioni generali"¹⁵.

¹⁴ Luigi De Marchi, *Fondamenti di geografia politica. Basi geografiche della formazione e dello sviluppo degli Stati e problemi politici attuali*, Padova, Cedam, 1929, pp. 70-74; cit. da Lucio Gambi, *Geography and Imperialism in Italy: from the Unity of the Nation to the "New" Roman Empire*, in Anne Godlewska/Neil Smith (eds.), *Geography and Empire*, Oxford, Blackwell, 1994, pp. 74-91; la citazione è a p. 87.

¹⁵ Carlo Jean, *Manuale di geopolitica*, Roma/Bari, Laterza, 2002, p. 248. Sulla storia della geopolitica italiana: I. L. Caraci, "Storia della geografia in Italia dal secolo scorso ad oggi", in G. Corna-Pellegrini, *Aspetti e problemi di geografia*, Milano, Mondadori, 1987, vol. 1, pp. 47-94; P. Lorot, *Storia della geopolitica in Italia*, Trieste, Asterios, 1997 (in particolare: A. Sfrecola, "Il pensiero geopolitico italiano", pp. 61-79); David Atkinson, "Geopolitical Imaginations in Modern Italy", in Klaus Dodds/David Atkinson, *Geopolitical Traditions. A Century of Geopolitical Thought*, London/New York, Routledge, 2000, pp. 93-117.

Tenendo presente questa specificità italiana, si possono oggi affrontare come scritti geopolitici gli scritti che proclamavano l'esigenza di unificare l'Italia, benché Mazzini e Cattaneo, Gioberti e Balbo, Garibaldi e Cavour offerissero articolate prospettive di politica estera, più che concezioni geopolitiche in senso stretto¹⁶. Tuttavia nei loro scritti non mancano passi che, nel secolo successivo, si sono prestati a inserire questi Padri della Patria tra i precursori non solo dell'unità nazionale, ma anche dell'espansione imperialistica.

4. L'UNITÀ D'ITALIA E "LA LEGGE INEVITABILE DELLA GEOSTRATEGIA" (1846)

Un esempio della possibile lettura geopolitica di un testo risorgimentale – senza timore di cadere in un anacronismo – può essere offerto dall'opera di Giacomo Durando, che al problema *Della nazionalità italiana* dedicò un *Saggio politico-militare*¹⁷, oggi considerato un saggio geopolitico *ante litteram*¹⁸.

La carta della penisola allegata al volume – *Italia divisa nelle sue tre regioni Eridania, Appennina e Insolare* – è una

¹⁶ Cfr. inoltre Giovanni Natali, "Criteri di antropogeografia nell'opera di Gian Domenico Romagnosi", *Rivista Geografica Italiana*, 1920, pp. 87-102. "Forse più che il nome moderno di *antropogeografia*, consacrato ormai nell'uso per autorità del Ratzel, sarebbe piaciuto al Romagnosi il nome di *geografia dell'umanità* o *geografia della civiltà* per indicare l'indirizzo umano della scienza geografica, perché egli veramente intese tale disciplina come lo studio dell'umanità distribuita sulla terra secondo le influenze della posizione astronomica, della struttura del suolo, del clima, della flora, della fauna dei territori abitati, o anche come lo studio delle relazioni tra le forme, i fenomeni e gli oggetti della superficie terrestre e il divenire progressivo dei popoli, dai primi gradi del loro sviluppo fino alle sfere più elevate e complesse dell'incivilimento" (p. 102, corsivi dell'autore). Cfr. anche Paolo Revelli, "Le origini italiane della geografia politica", *Bollettino della Società Geografica Italiana*, 1918, pp. 394-416; 623-636; 728-759; 1919, pp. 230-243; 279-308; 395-422.

¹⁷ *Della nazionalità italiana. Saggio politico-militare* di Giacomo Durando da Mondovì. Colonello [sic], Commendatore dell'Ordine Americano di Isabella la Cattolica; due volte Cav. di Prima Cl. di S. Ferdinando di Spagna; Della Torre e Spada, Valor, Lealtà e Merito di Portogallo; Fregiato delle Croci speciali della battaglia di Chiva, e della presa di Morella nel 1840; Dichiarato benemerito di Spagna per le guerre contro

vera e propria carta geopolitica, poiché indica le tre regioni che dovrebbero entrare a far parte dell'Italia unificata. In essa le frontiere degli Stati allora esistenti sono appena accennate. Invece la regione Eridania è contornata in rosso e confina a sud con la linea tra Massa e Rimini, la regione Appennina è contornata in giallo e comprende il resto dell'Italia continentale, mentre in azzurro sono indicate non solo la Sicilia, la Sardegna e le isole minori (che formano la "regione Insolare"), ma anche le "provincie attinenti all'Italia", cioè il Nizzardo, la Savoia, l'Istria e Roma.

L'interesse geopolitico – o, come lo chiama Durando, geostrategico – costituisce la spina dorsale dell'opera *Della nazionalità italiana*. Essa trae ispirazione soprattutto dal *Primato civile e morale degli Italiani* di Vincenzo Gioberti e dalle *Speranze d'Italia* di Cesare Balbo, mentre i *Prolegomeni al primato degli Italiani* di Gioberti e *Gli ultimi casi di Romagna* di Massimo d'Azeglio vennero pubblicati quando il libro di Durando era già pronto (il primo) e addirittura già in stampa (il secondo).

Le esperienze militari raccolte nella penisola iberica si riaffacciano costantemente nell'esposizione (anche se qui non sarà possibile richiamarle) per convalidare con esempi concreti le considerazioni *geostrategiche*. Durando è, infatti, un militare pragmatico e quindi rigetta il riferimento alla gran-

il pretendente D. Carlos; Dottor in Leggi, ecc., Losanna, S. Bonamici e Compagni Tipografi-Editori, 1846, 449 pp.

¹⁸ La *geostrategia* di Durando è considerata un'antesignana della geopolitica dal colonnello Ferruccio Botti, "Il concetto di geostrategia e la sua applicazione alla nazionalità italiana nelle teorie del generale Giacomo Durando (1846)", *Informazioni della Difesa*, 3, maggio-giugno 1994, pp. 51-62. La versione francese di questo articolo ("Le concept de géostratégie et son application à la nation italienne dans les théories du général Durando (1846)", *Stratégique*, 1995, 58) è richiamata nella rievocazione di Durando fatta da Pedro de Pezarat Correia, "Regresso aos clássicos", *Geopolítica*, Junho 2009, 3, pp. 99-111. Nel paragrafo *La geopolitica del Risorgimento*, Carlo Jean inquadra Durando (p. 251) nel contesto risorgimentale (*Manuale di geopolitica*, Roma/Bari, Laterza, 2002, pp. 248-256).

dezza passata della Roma imperiale o repubblicana, che egli riscontra in tutta l'arte italiana la quale, "invece di tenersi paga fiancheggiando il sacerdozio sociale", volle "farsi arbitra dei nostri destini". "L'Arte ci uccide"¹⁹, conclude, perché il rifarsi ad un passato irripetibile distoglie dal presente nel quale invece, a suo giudizio, si vanno manifestando i germi di una nuova coscienza nazionale.

La visione di Durando non esclude il passato, ma lo include in una sintesi più vasta. "Io mi fo pertanto a ricostruire mentalmente l'Italia su basi parte nuove e parte no, investigando nella natura delle cose dove stieno i limiti della nostra possibile nazionalità, coordinandola colle sociali e politiche condizioni della nostra penisola, e con quelle d'Europa"²⁰. Anzi, non solo d'Europa. Un intero capitolo è dedicato a *L'Oriente e noi*, poiché è convinto che non solo le potenze europee, ma anche la Questione d'Oriente, la Turchia e l'India, la Russia e l'Inghilterra coloniale abbiano riflessi sull'indipendenza italiana²¹.

Nell'opera di Durando si possono individuare due parti di interesse metodologico e, quindi, anche geopolitico. La trattazione si apre con una *Teoria della formazione delle nazionalità*²², in cui emergono elementi che oggi chiameremmo geopolitici e che in Durando vengono designati come *geostrategici*. Anzitutto, "intendo per nazionalità l'unione politica di varie popolazioni associate *naturalmente* per situazione geografica e *artificialmente* per lingua, costumi, tradizioni,

¹⁹ Durando, *Della nazionalità italiana*, pp. 10 ss.

²⁰ Durando, *Della nazionalità italiana*, pp. 18 ss.

²¹ Sul rapporto fra la questione d'Oriente e l'unità d'Italia, cfr. il Cap. IV, § 3, c *L'unità d'Italia, la Questione d'Oriente* e la geostrategia europea, in Mario G. Losano, *La geopolitica del Novecento. Dai Grandi Spazi delle dittature alla decolonizzazione*, pp. 127 ss.

²² Durando, *Della nazionalità italiana*, pp. 58-68. Il sommario precisa: "La diffusione, la divisione e la distruzione delle nazionalità dipendono dalle condizioni strategiche del paese; contrasto della natura e della civiltà per fondarle; sue conseguenze" (pp. 58, 447).

legislazione, interessi materiali e morali”. Le condizioni artificiali della nazionalità sono “il prodotto della differente osatura del terreno ov’esse vennero a stanziarsi. La situazione o postura geografica determina in modo inalterabile il carattere geostrategico di un paese”, e le nazionalità “si assodano” quando il “carattere del suolo armonizza colle condizioni sociali e politiche” delle singole nazionalità²³. Sulla base di questa concezione, Durando ricostruisce un’immaginaria storia mondiale partendo da un’unica famiglia vivente sul San Gottardo, “punto protostrategico naturale d’Europa”²⁴. Poiché da quella montagna si dipartono tre fiumi – il Ticino, il Rodano e il Reno – la famiglia si divide seguendo i tre corsi d’acqua e ciascun gruppo si adatta, nel corso dei secoli, alle diverse condizioni locali, divenendo “razze, genti, popoli, e quindi nazioni”²⁵. Quest’evoluzione si può trasferire dal San Gottardo al Caucaso, punto protostrategico del mondo.

È difficile “coordinare questi principii generali con gli eventi storici”²⁶. Ma è interessante vedere un solo esempio, che Durando trae direttamente dalle sue esperienze iberiche: “Nelle Spagne l’elemento castigliano prevalse e assoggettò l’andaluso, il galliziano [sic], l’aragonese e il catalano, e quindi formò la nazionalità spagnuola non per altra ragione, se non perché, situato in una postura eminentemente strategica prima nelle Asturie contro gli Arabi, poi nel grande altipiano tra le sorgenti del Duro e del Tago contro i popoli marittimi della penisola, poté domarli successivamente tutti”²⁷.

Ritroveremo nei geopolitici moderni tanto questa caratterizzazione della Spagna come potenza terrestre contrapposta a quelle marittime, quanto la valenza geopolitica della posizione della Castiglia sulla *meseta*. “Se la sua forza di dilata-

²³ *Ib.*, pp. 58 ss.

²⁴ *Ib.*, p. 63.

²⁵ *Ib.*, p. 61.

²⁶ *Ib.*, p. 66.

²⁷ *Ib.*, p. 67.

zione, – cioè la capacità di espansione della Castiglia, continua Durando, – venne a rompersi contro l'elemento lusitano, ciò accadde, fra le altre cause, per quella di una rara eccezione nel sistema generale strategico di tutto quel paese, notata anche dal generale Foy²⁸ nella sua storia di Spagna²⁹.

V'è, insomma, un conflitto continuo fra natura e cultura nella genesi delle nazioni e Durando concepisce questo conflitto in modo deterministico, in quanto “sempre subordinato alle prime e quasi inalterabili condizioni geostrategiche di ciascun paese”. Da queste considerazioni universali discende poi una visione prudente del “risorgimento della nostra unificazione nazionale”. Unificazione possibile, ma entro “limiti per ora insuperabili”, se non si vuole “troppo violentemente contrastare colle leggi della natura e colle resistenze morali che ne sono derivate”³⁰. Infatti, Durando era convinto che “l'unità compiuta d'Italia non è il problema che si possa risolvere da noi contemporanei, né in tutto il secolo XIX”³¹.

5. PROSPETTIVE DI RICERCA.

Abbiamo fin qui seguito il corso della vita di liberale moderato che, nel tracciare un piano per l'unità d'Italia, elabora un vero e proprio manuale di quella che, oggi, chiameremmo geopolitica. Partendo dal Piemonte, la sua prospettiva si allargava all'Italia e all'Europa intera, intesa come teatro degli eventi geopolitici da cui sarebbe nata l'unità d'Italia.

²⁸ Il conte Sébastien-Maximilien Foy (1775-1825), ufficiale d'artiglieria e poi politico, nel 1807 venne inviato da Napoleone in aiuto al sultano Selim III e, al servizio dell'esercito ottomano, impedì il passaggio dei Dardanelli alle navi inglesi. Nello stesso anno entrò nell'armata francese che operava in Portogallo agli ordini del generale Junot, partecipando così all'intera campagna iberica, nel corso della quale venne nominato generale e sul cui svolgimento scrisse una *Histoire de la guerre de la Péninsule sous Napoléon*, Paris, Baudouin, 1927, 4 voll.

²⁹ Durando, *Della nazionalità italiana*, p. 67.

³⁰ *Ib.*, p. 68.

³¹ *Ib.*, p. 446.

Questa sua eredità può oggi essere raccolta seguendo due linee di ricerca. Da un lato, sarebbe interessante ricostruire la storia della geopolitica italiana, dal Risorgimento ai giorni nostri. In essa, il generale Durando assumerebbe con ogni probabilità la posizione di capostipite. Dall'altro, sarebbe interessante trascrivere due inediti giovanili di Durando, entrambi riferiti alla penisola iberica.

I due manoscritti sono di piccole dimensioni. Uno, in francese, riguarda la situazione portoghese del 1834 e, per certi aspetti, anticipa le concezioni geostrategiche di Durando³². Un'annotazione dello stesso Durando ne ricollega l'origine alla polemica fra *El Heraldo*, liberale, ed *El Español*, esparterista, sul possibile matrimonio di Isabella II. Il manoscritto va, quindi, messo in relazione al volumetto – a lui attribuito ma finora non reperito – intitolato *De la réunion de la Péninsule ibérique par une alliance entre la dinastie d'Espagne et Portugal*³³. L'altro manoscritto, in spagnolo, si riferisce ai problemi della Spagna del 1846³⁴.

Poiché l'interesse dei ricercatori si è concentrato soprattutto sulla vita matura di Giacomo Durando, data la rilevanza della sua carriera politica, sarebbe oggi augurabile un approfondimento delle sue esperienze iberiche. Le dure esperienze delle guerre iberiche, infatti, affiorano spesso nelle sue

³² Archivio "Museo Nazionale del Risorgimento", Torino, Cartella 102/5: *Notes sur le Portugal*, Juillet 1834. Tratta di "Frontières militaires, position etc.". Ms di 21 fogli scritti su fronte e verso; scrittura di non facile interpretazione.

³³ Il volumetto dovrebbe essere stato stampato a Marsiglia nel 1844, e reca solo le iniziali "J.D." (Jaime Durando); Paola Casana riferisce di averlo ricercato invano in una ventina di biblioteche francesi.

³⁴ Archivio "Museo Nazionale del Risorgimento", Torino, cart.102/10; *Studio su questioni della Spagna*: 33 fogli protocollo scritti su due facciate, a mezza colonna per lato. *Incipit*: "1° problema. Evitar a un hombre que pueda representar a un partido esterno. Quando una nación ha conseguido de salir de aquel estado anti-natural, que los filósofos llaman de inmovilidad, los políticos barbarie [*cancellato*: absolutismo], y los pueblos tiranía, y entrar en aquel que los primeros califican de progreso, los segundos de civilización, y los últimos de libertad, la sociedad entonces se parte en dos

opere successive e determinarono anche certe sue dure prese di posizione, come la repressione del *brigantaggio* dell'Italia meridionale o dei moti di Genova.

categorías casi iguales como fuerza absoluta, y solo disiguales como organización relativa"; citato anche in Paola Casana Testore, *Giacomo Durando in esilio (1831-1847)*, p. 64. Il Cap.VII, pp. 64-68, descrive la genesi del manoscritto spagnolo del 1846, indicato come *Studio in lingua spagnola su questioni della Spagna*.

A SOMBRA DE CARLOS ALBERTO

ERNESTO RODRIGUES*

Vai Júlio César Machado *Do Chiado a Veneza* (1867), retorna e ninguém pergunta “pello effeito que produzira no meu espírito esse paiz encantador a que chamam merecidamente o jardim da Europa, [...]” (p. 20). A guerra “infallivel” de Victor Manuel é a única preocupação: “E este fallava-me no quadrilatero, aquelle desejava informar-se do feitio dos austríacos, o outro queria saber se a miseria levava já Veneza a comer a carne escura dos seus pombos, o outro fallava-me de Garibaldi, e o outro queria noticias do Persano” (p. 21) – mas nenhum queria nada com Miguel Ângelo. Hoje, quem saberá do ‘quadrilátero’ – os fortes de Peschiera, Mântua, Legnano e Verona – e do conde Carlo Pellian di Persano, almirante e senador, que, derrotado em Lissa (20-7-1866), voltou para casa gritando vitória naval sobre os austríacos, antes de ser julgado (Janeiro de 1867), destituído e humilhado? Hoje, ao invés, quem saberá do aportuguesado nome de Carlos Alberto (influindo, decerto, na fortuna deste duplo nome próprio; o mesmo se dirá de Vítor / Victor Manuel), além de toponimizar praça portuense? Se Garibaldi se estende mais proveitosamente, entrando pelo movimento republicano português — de Francisco Gomes de Amorim, n’*O Patriota* (1848, com o poema *Garibaldi*), à *Galeria Re-*

* Ensaísta e tradutor. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

publicana (1882, n.º 15, 19) –, não pouco avança *A sombra de Carlos Alberto*, parafraseando poema de Ramos Coelho no consórcio de D. Luís e D. Maria Pia (AA. VV., *Coroa Poética* [...], 1862; com repetidas edições, também da versão *L'ombra di Carlo Alberto in Campidoglio*, na lírica de autor bem relacionado com italianos). Vamos pontuá-la, servindo-nos de bibliografia não explorada, no efeito que o infeliz rei produziu e nas manifestações de júbilo e dor que a sua curta estada no Porto suscitou.

O primeiro passo é retrospectivar “Documentos para a história das relações intelectuais luso-italianas / Bibliografia Portoghese del *Risorgimento* Italiano”, que Giacinto Manuppella reuniu no *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*¹. Após breve preâmbulo em que se propõe a data terminal de 1870 (mas que ultrapassa), reúne 308 espécies, fechando com índice de autores e tradutores, e um índice geral.

O título número 1 é Henrique de Campos Ferreira Lima, “Bibliografia Portoghese del *Risorgimento*”, na *Rassegna Storica del Risorgimento*, 27, fasc. 5.º, 1940 [Roma], pp. 451-462. Dito assim, o leitor não se apercebe da riqueza aí contida (doravante, em www.risorgimento.it/rassegna/index, Agosto 2011). A convite do então director do Instituto Italiano em Portugal, Aldo Bizzarri, Ferreira Lima dividiu o trabalho em quatro partes: escritores do *Risorgimento* – Leopardi, Manzoni, Silvio Pellico, Carrer, e respectivas traduções ou estudos críticos lusitanos; originais portugueses referidos ao *Risorgimento*; obras estrangeiras vertidas em português; vária, com informes sobre a presença albertina no Porto. Interessa-nos a segunda secção, onde também são abordados Garibaldi, Victor Manuel, Cavour, Cialdini, os irmãos Durando, Cucchiari, Ramorino, etc. Adiante-se, já, citação-resumo:

¹ Lisboa, , 2, n.º 1, Janeiro-Março de 1961 [Fundação Calouste Gulbenkian], pp. 67-141.

Carlos Alberto, depois da sua abdicação em seguida á batalha de Novara, veio acolher-se á hospitaleira terra portuguesa. Passou em Valença do Minho, onde, na casa em que pernitoiu de 16 para 17 de Abril, foi colocada lápide comemorativa em 1883, e estabeleceu residência na cidade do Porto. Nos jardins do Palácio de Cristal desta cidade, por iniciativa de sua irmã, a princesa Augusta de Montléar, foi erguida [primeira pedra em 1850], em sua memória, uma magnífica capela da invocação de S. Carlos Borromeu.

Muitos poetas portugueses fizeram vibrar a sua lira em homenagem ao ex-rei da Sardenha, que conseguiu atrair as simpatias dos portugueses, em especial dos portuenses, um dos quais mandou cunhar, em 1854, uma medalha dedicada á sua memória. (pp. 451-452)

Manuppella, entretanto, considera os seguintes pontos: I. “Riflessi portoghesi di alcuni scrittori italiani”, incluindo no cinema, com bibliografia activa e passiva em tradução (Petrarca, Machiavelli, Leonor / Eleonora da Fonseca Pimentel, Vittorio Alfieri, Ugo Foscolo, Manzoni, Silvio Pellico, Cesare Cantù, Antonio Bresciani); II. “Esuli politici italiani in Portogallo”; ideias, homens e acontecimentos; III. “Pro e contro l’unità d’Italia”, em que entra o poder temporal do papado, ou “questão romana”, não reduzida a Antero de Quental²; IV. “La Casa Savoia”: Carlo Alberto (espécies entre 149-198, pp. 102-111), Vittorio Emanuele II, Maria Pia, Umberto I, Amedeo Fernando Maria di Savoia, Duca d’Aosta; Cavour e Garibaldi, ou V. “La mente e il braccio”; enfim, sexta secção sobre os pontífices Pio IX e Leão XIII.

Entre Ferreira Lima e Manuppella, houve tese de licenciatura de Maria Luísa Gomes Brandão, *A Itália na Literatura Portuguesa no Século XIX. Contribuição para o Estudo das*

² Se, temporalmente, não se podia incluir Luciana Stegagno Picchio, “Italie mythique d’Antero de Quental. De Garibaldi à St. François d’Assise”, *Antero de Quental et l’Europe. Actes du Colloque*, Paris, FCG/CCP, 1991, pp. 147-158, não ficava mal lembrar José Bruno Carreiro, *Antero de Quental. Subsídios para a Sua Biografia* [1948], vol. I, 2.^a ed., Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1981, pp. 179-182.

Relações Culturais Luso-Italianas (Faculdade de Letras de Lisboa, 1946), modesta ilustração daquele, que não conhece, mas peça bibliográfica por este ignorada. Convém, entretanto, juntar novas pepitas, num discurso coerente ao redor dos dois últimos anos de Carlos Alberto.

Desde 1848, a Itália é, entre nós, um pouco mais do que ópera. A primeira Imprensa socialista toma-a como exemplo próximo de outras revoltas nacionalistas:

A aniquilação de poder austriaco na Italia, assim como a queda de varios tyrannetes como os duques reinantes de Modena, Parma etc. fazem esperar que em breve a graude [grande] nação italiana reunida n'um pensamento unico, dirigida pelas mesmas idéas e ligada por interesses identicos adquira a final [afinal] a posição, que lhe compete na Europa. (*O Seculo*, Lisboa, n.º 1, 10-4-1848, p. 14)

“Italia que livre fora / Seu pendão livre erguerá.” (p. 16), espera o anónimo redactor. Iniciava-se um forte movimento de solidariedade literária, em que os designados ultra-românticos irmanavam povos, da França à Hungria e Polónia:

Porque os verdadeiros mandatarios do povo não são os que governam. Tudo isto que ainda hontem se soffria, hoje revolta – revolta por que o povo quer, deseja conhecer a verdade!....

Se a Italia se transportou d'alegria em honra de Carlos Alberto, é porque viu no Piemonte uma força organizada com as antigas côres italianas, é porque a Itália quer pertencer a si, e deixar de ser austriaca. Mas a Italia, hade repulsar as concessões mesquinhas do poder, que mandou bombardear Palermo; e a Italia hade dever á sna [sua] união e coragem a honra, que não morre, de reconquistar seus direitos.

Se Roma s'entusiasma agradecida, pelos primeiros e sublimes actos de Pio 9.º, é porque vê nascer do alto do Vaticano a aurora da emancipação. (*O Seculo*, n.º 2, 16-4-1848, p. 23)

Neste quadro, “A heroica cidade de Milão hastea desasombrada o pendão da liberdade. Venesa proclamou a republica, e reivindicou a sua nacionalidade.” (p. 32)

O anónimo é, afinal, António Pedro Lopes de Mendonça (duas pobres citações em Manuppella, ausente em Ferreira Lima), ao tempo, já não só folhetinista, mas crítico entusiasta dessa geração que, em verso, tanto incentiva à luta como agoniza entre ciprestes:

Em seguida á França a Italia prosegue na grande obra das suas liberdades, e apesar dos obstaculos, que de toda a parte se lhe offerecem, ella hade sahir vencedora.

Hade desenganar seus antigos dominadores, e victoriosa nas batalhas campaes, como o foi dentro dos muros de Milão, hade conseguir sua independencia e sua nacionalidade; reduzindo por esse modo ao pó esses tratados infames, que desde 1815 faziam a vergonha da Europa e o oprobrio da humanidade. (*O Seculo*, n.º 7, 22-5-1848, p. 109)

As revoluções de 1848 elevam o pensamento, o “vigor poético” de um Francisco Gomes de Amorim, cujos poemas *Garibaldi* e *A queda da Hungria* (depois, em *Cantos Matutinos*, 1859) merecem chamada em *Ensaio de critica e litteratura* (1849), refundido em *Memorias de litteratura contemporanea* (1855, p. 307). Mendonça encerra o n.º 9 d’*O Seculo* (7-6-1848, pp. 143-144) com Nápoles, também inspirando versos de Luís Augusto Palmeirim, *Mazaniello*³:

O HEROICO exemplo dos povos perdoando com generosidade aos seus oppressores foi completamente perdido.

Os tyrannos cedem para se revoltarem, e se, como os tigres, conseguem saltar de improviso sobre sua victima, ei-los cevando-se de sangue, e folgando de morder as suas entranhas ainda palpitantes.

³ *Poesias*, 4.ª ed., Lisboa, 1864, pp. 98-101.

Não ha um só povo que não tenha sido generoso, levantando o grito da liberdade.

Os Napolitanos [,] imitando os outros povos, perdoaram todas as offensas que tinham recebido de seus reis, e entre os vivas entoados no entusiasmo da revolução, nunca esqueceram de saudar a realeza.

O rei Napoles cedeu a tudo, prometeu tudo, em quanto [enquanto] não podia esmagar traiçoeiramente o poder do povo; e este, confiado nas promessas enganosas do monarcha, esperava tranquillo gosar da liberdade que havia conseguido; mas de repente se vê assaltado por hordas de assassinos, que á voz do monarcha tudo assollam, tudo destroem!!

A cidade de Napoles hoje reduzida a um vasto cemiterio dá uma tremenda lição aos povos, ensinando-lhes que antes de tudo é necessario fazer justiça.

Se os Napolitanos se tivessem lembrado do passado, não acreditariam nas palavras de um tyranno; e na sua magnanima generosidade não esqueceriam as leis da justiça.

O imperador d'Austria tambem se prepara para seguir o exemplo do rei de Napoles, e se Vienna não estiver á lerta [alerta] teremos a repetição dos horrores, de que foram victimas os Napolitanos.

A reacção dos despotas prepara-se com arrogancia, é preciso que os povos redobrem de energia; senão, os esforços feitos em prol da liberdade serão ainda uma vez baldados.

Estamos neste pé, quando Custoza cai sob Radetzky (25-7-1848): ignora-se que o “Quinzenario Litterario, Scientifico e Recreativo” *Aurora* (Porto, 1867-1868) deu, do redactor Alfredo de Sousa Pinto, o ‘romance original’ *A Noiva de Custozza*, cuja acção se passa numa Veneza de amores e revolta de jovem húngaro anti-habsbúrgico; pior é quando “o martyr de Novara”⁴ (23-3-1848) – curiosa santificação de rei peregrino até aos *loca sancta* lusitanos – verga sob as condições

⁴ Tomás Ribeiro, “Bem-vinda” [já em *Coroa Poética* [...], 1862], *Sons que passam*, 5.ª ed., Porto, 1898, p. 193.

do armistício e abdica em Vítor Manuel II: “Quando viu que tudo estava perdido, pelas 6 horas da tarde, êle, que se havia exposto, desde as 11 horas da manhã, como um simples soldado, à saraivada dos projecteis inimigos, procurou a morte com um verdadeiro delírio. Foi preciso que o General Durando o tirasse pelo braço, à viva força”⁵. Os termos do armistício são transcritos no mesmo *Arquivo Nacional*, n.º 71, 19-5-1933, pp. 302-303. Reinara 18 anos, e parte, de imediato, com um só criado, ou dois, conforme as vozes: vai para onde?

Mau grado as insígnias reais, a carruagem atravessa as linhas austríacas. E apesar da sua figura, disfarçado sob o título de Conde de Barge, ninguém o reconhece.

Seguimos, agora, o périplo da correspondência de João António Lobo de Moura, encarregado de Negócios de Portugal em Turim, ao ministro Visconde de Castro. Com Ferreira Lima e Manuppella, é fundamental a recolha de Eduardo Brazão, “A unificação de Itália vista pelos diplomatas portugueses. 1848-1870”, nos volumes 37, 1961 [1848-1860, pp. 1-398] e 38, 1962 [1861-1870, pp. 1-534] da revista *Biblos* (Coimbra; em livro, I, 1963; II, 1966).

Muito noticioso desde 11-1-1848, Lobo de Moura mostra bem como a diplomacia europeia inventa passos ao ex-monarca, sobre o qual conclui: “Destituído de toda a espécie de talentos militares hoje só o recomenda o seu infortúnio!” (37, p. 145)

É um balanço morno, longe da violência de outros, como veremos. No meio termo, está um vencido que vai conquistar os tripeiros. Ao infortúnio somam-se 27 dias de jornada, até à Hospedaria do Peixe – no palacete do visconde da Trindade, que fora do 2.º visconde de Balsemão, reproduzido no *Archivo Pittoresco*, 4, 1861, p. 401 –, na Feira das Caixas ou Praça dos Ferradores, já Praça de Carlos Alberto em 1876,

⁵ *Arquivo Nacional*, n.º 72, 126-5-1933 [Lisboa], p. 310.

onde o lazer encontrará “doçuras da luz na iluminação veneziana”⁶.

O *Periódico dos Pobres no Porto* (17-4-1849) di-lo chegado a Vigo, a 13. Falta romancear esta deriva de príncipe, desembocando no noroeste português com dois criados, um dono de hospedaria em Vigo e quatro cavalos com bagagem, a caminho do Porto – antes, ainda dorme em Viana do Castelo e Póvoa de Varzim –, onde entra em 20 de Abril. No Carvalhido – reza a edição de 21 –, às 10,30h, é recebido pelas máximas autoridades da cidade, que o saúdam em francês. Recusa hospedagem no paço episcopal; recusa coche do Estado e dois cavalos que o governador civil punha à sua disposição. Este informa que D. Maria II já lhe prepara o palácio de Belém, e mandará o vapor *Mindelo* buscá-lo, logo que ele telegrafe. Diz querer fixar-se no Porto “como um simples cidadão”, que irá agradecer a Sua Majestade, e dispensa a guarda de honra de infantaria.

Conhece o Porto pela resistência às invasões napoleónicas, mas não faz ideia do número de habitantes; agradeu-lhe a bem tratada agricultura minhota, tal como o sossego das gentes.

Sampaio Bruno cita Maria da Felicidade do Couto Brown (Soror Dolores), “Na partida do cadáver de Sua Magestade Carlos Alberto” (*O Nacional* [Porto], 19-9-1849), e, acrescentando poetisa menor, ambas recenseadas em Manuppella (ignorando, com Ferreira Lima, Bruno), resume a atmosfera receptiva: “Naturalmente que o romanesco episódio final de Carlos Alberto, acolhendo-se ao Porto para aí expirar, inspiraria as musas melancólicas, como, com efeito, a de outra dama portuense inspirou, D. Maria Adelaide Fernandes Prata, a páginas 119 de seu volume de *Poesias* [1859]”⁷.

⁶ Júlio Lourenço Pinto, *O homem indispensável. Cenas da vida contemporânea*, 1883, cit. em *Trajectos. O Porto na memória naturalista*, selecção e prefácio de Isabel Pires de Lima, Lisboa, Guimaraes Editores, 1989, pp. 113-114

⁷ Bruno, *Portuenses ilustres* [1907], Porto, Edições Caixotim, 2003, II, p. 91.

Eduardo Brazão transcreve documento coetâneo que no-lo retrata: “Era homem de estatura alta, magro e sisudo; vai à missa primeira que se diz no Convento do Carmo, está com toda a atenção, em pé, lendo em um pequeno livro durante a Missa, no meio do corpo da Igreja, como pessoa particular [,] e acabada a Missa saía entre o primeiro povo para sua casa, que era do Visconde de Balsemão.” (vol. 36, p. 98)

Neste meio tempo, os “obséquios feitos pela Nossa Rainha e seu Governo a El Rei Carlos Alberto” chegam a Turim, como informa Lobo Moura (22-5-1849): “Sei que El Rei Carlos escrevera à Rainha muito agradecido pelo mesmo motivo. É singular, segundo me disse pessoa que a leu, que nesta carta Ele não diz uma só palavra de seus filhos e netos.” O retraimento psicológico e social é completo, mais perceptível na sequência:

O Intendente da Lista Civil me dirigiu um ofício pedindo-me de escrever ao Sr. Director das Alfândegas do Porto afirm [*sic*] de que facilitassem todos os meios de desembarque e se visitassem só no aposento de El Rei 13 caixas, contendo prata, roupa de mesa e outros objectos do seu serviço que acompanha um empregado da Vedoria do Porto. [...] dizem que S. M. acha o clima do Porto inconstante, e não será de admirar, segundo alguns, que se passasse a Lisboa, ainda que outros supõem que se Ele deixar o Porto irá residir em cidade mais pequena e secundária. (*Biblos*, 37, p. 145)

Vai, de facto, em 3 de Maio, para a *villa* de Entre-Quintas (Manuppella reproduz litografia na p. 100), ou Quinta da Macieirinha, entre outras designações, que é, hoje, Museu Romântico. Acompanham-no inúmeros objectos⁸. Tem confessor e capelão no padre António Peixoto Salgado. Um dos

⁸ Estão descritos em Manuel Engrácia Antunes, “Elementos para o estudo da estadia no Porto de Carlos Alberto, rei da Sardenha”, *Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. 2, Revista da Faculdade de Letras, Porto, 2003, pp. 545-573.

seus médicos, Francisco de Assis Sousa Vaz, será Cavaleiro da Ordem de S. Maurício e S. Lázaro de Sardenha, com o título de médico honorário da casa d'el-rei da Sardenha, como lembra Bruno (II, p. 236). Ora, o Dr. Assis e colegas tratam moléstia do peito, quando o professor Riberi, que já acorre de Itália ao Porto, diz ser doença do fígado. Seguindo-se a estados de “marasmo”, as “desastrosas notícias da saúde de El Rei Carlos Alberto” – afinal, resumida a tísica – correm a Europa e já em 26 de Junho chegam a Lobo Moura, em tratamentos na Suíça (*Biblos*, 37, p. 154). Jornais apressados dão-no morto antes de tempo. A 26 de Julho, recebe o sagrado Viático e a Bênção Apostólica. Morre em 28 de Julho.

As autoridades que o haviam recebido chegam tarde ao apelo do cônsul-geral da Sardenha, De Launey, seu mais constante companheiro. *O Estandarte* (Lisboa, 31-7-1849) traz nota do telégrafo central do Porto, dirigido ao presidente do Conselho de Ministros e ao ministro dos Negócios Estrangeiros: “Sua magestade Carlos Alberto faleceu hoje ás 3 h. e 30 m. da tarde. Em 28 do corrente.” Salvas de tiros, toques a finados, sinais de luto nas embarcações surtas no rio, encerramento do Teatro Lírico – tudo responde ao passamento de um príncipe melancólico. O generoso acolhimento – agora, recolhimento – da cidade terá um voto de gratidão na Câmara dos Deputados Sarda, em Outubro, quando se fizer o funeral. Em 8 de Agosto, chegara a notícia da morte a Turim; a 17, partia de Génova o príncipe Eugénio de Sabóia Carignano para transladar os restos mortais e distribuir cruzeiros e ordens aos empregados portugueses que o assistiram.

Antes e depois da morte, corria, pois, muita lírica simpática ao ilustre visitante: n' *O Nacional* e n' *O Jornal do Povo*, portuenses – Camilo Castelo Branco, entre outros –, n' *A Revolução de Setembro*, *Revista Popular* e *Archivo Pittoresco*, lisboetas, entre alguns mais referidos em Manuppella, que falha muitos (*Revista Universal Lisbonense*, 1849; *O Occidente*, vol. 22, n.º 741, Julho de 1899, p. 166, etc.), bem

como desconhece reproduções do soberano no apartado de Iconografia da Biblioteca Nacional de Portugal.

A política, todavia, olhava para o misterioso trãnsfuga de maneira oblíqua, e bem pode ter sido carta “reservada” de Lobo de Moura (3-6-1849) a refrear eventual aproximação de Lisboa ao príncipe caído, em inesperado fotograma:

El Rei Carlos Alberto queria a guerra, ou fosse ambição, ou fosse o amor próprio e desejo de sacrificar à apetedida reputação do homem consistente e tenaz de propósito, ou, como alguns pretendem, até visões misteriosas que iluminavam o espírito do infeliz Monarca, ou, como outros supõem, susceptibilidades pundonorosas que o impeliavam a responder às caluniosas vozes que o acusavam de traição com a devoção e sacrifício da Sua Pessoa à Causa da Independência Nacional. Era pois El Rei Carlos Alberto o mais decidido instigador da guerra, e infelizmente no seu pensamento político não tinha outros aliados senão no interior o Partido Revolucionário, no exterior os fautores da Propaganda Republicana. Ele era por carácter, educação e princípios Realista exaltado, achava-se agora ligado com os inimigos mais encarniçados da Monarquia. (*Biblos*, 37, p. 147)

...Mas também não agrada a troianos. Ao elogiar Mazzini no seu *Almanak Democrático para 1852* (Lisboa, 1851), Henriques Nogueira a acusa o rei de “intenções ambiciosas”, de, em vez de fazer da guerra contra a Áustria uma causa nacional, só olhar ao engrandecimento da Casa de Sabóia: “A campanha de Carlos Alberto empreendida com a ideia egoísta de aumentar o território piemontês com a junção da Lombardia, e com o fim reservado de evitar ali a proclamação da república, amorteceu a energia popular, [...]”⁹.

Assim, desapreciado por uns e outros, nas altas esferas da diplomacia e do republicanismo nacionais, mas carinhosa-

⁹ José Félix Henriques Nogueira, “J. Mazzini”, *Obra Completa*, tomo I, Lisboa, INCM, 1976, p. 189.

mente recebido na Cidade Invicta; com “visões misteriosas” e a melancolia vertida em teimosia de guerreiro; com repentes e excessivo – assim se finou um raro soldado, talvez príncipe romântico, a exigir novas aproximações.

À MARGEM DO *RISORGIMENTO*. AS PRIMEIRAS ÓPERAS DE VERDI E O MUNDO DA ÓPERA EM PORTUGAL¹

LUÍSA CYMBRON*

Por nossos hábitos, por mil razões que todos sabem, a opera italiana é uma necessidade para Lisboa, e forçosamente para Portugal, cuja hidrocefala cabeça é Lisboa [...]²

Quando em finais de 1837, princípios de 1838, seguindo um processo rotineiro nos teatros de ópera italianos, um representante do empresário do Teatro de S. Carlos de Lisboa se dirigiu a Milão para contratar uma companhia, dificilmente imaginaria que, entre os nomes sugeridos, iria ouvir o do grande compositor italiano das décadas seguintes³, o homem cuja popularidade levou Cavour a exercer pressão para que aceitasse um lugar de deputado no primeiro parlamento italiano, em 1861⁴. Nesta última data, em Portugal, tal como em boa parte da Europa, a popularidade de Verdi era já velha de quase vinte anos e as suas óperas constituíam o cerne do repertório apresentado em teatros líricos como o S. Carlos ou o S. João do Porto.

*CESEM, Departamento de Ciências Musicais, Universidade Nova de Lisboa. Luísa Cymbron é doutorada em Ciências Musicais pela Universidade Nova de Lisboa onde também ensina. As suas áreas de investigação centram-se nos compositores portugueses de ópera do século XIX e na recepção do repertório italiano e francês em Portugal nesse mesmo período. É autora, em colaboração com Manuel Carlos de Brito, de *História da música em Portugal* (Universidade Aberta, 1992) e organizou na Biblioteca Nacional de Portugal a exposição *Verdi em Portugal 1843-2001*. Tem publicado e colaborado em projectos de investigação tanto em Portugal como no estrangeiro.

¹ Este artigo baseia-se noutros textos já publicados pela autora, em particular “En-

Não havendo dúvidas quanto às convicções patrióticas do compositor, tal como acontecia com as de muitos artistas e intelectuais italianos do seu tempo –⁵ o que se torna óbvio a partir da leitura das suas cartas – desde finais da década de 1990 têm-se confrontado duas leituras do papel desempenhado pelas suas primeiras óperas enquanto veículos de transmissão dos ideais do *Risorgimento*. Partindo essencialmente da recepção pela imprensa coeva de obras como *Nabucco*, *I Lombardi*, *Ernani ou Attila*⁶ e das tipologias poético-musicais de coros como “Va pensiero” ou “Oh signor del tetto natio”, Roger Parker mostrou como nenhuma destas obras foi vista como um emblema político⁷. Outras vozes, das quais a mais proeminente é sem dúvida a de Philip Gossett, têm vindo a pôr em causa esta tese⁸. Baseando-se na visão do historiador Alberto Banti⁹, Gossett considera que independentemente dos testemunhos jornalísticos, as primeiras óperas de Verdi comungam largamente de um discurso *risorgimentale*, o qual manipulou e reorganizou formas narrativas e um conjunto de imagens pré-existentes (tais como família, santidade e honra). Se não há dúvida que Parker desmontou um mito, expondo aliás a forma pouco escrupulosa como certos biógrafos verdianos, manipularam as fontes com intuítos na-

tre o modelo italiano e o drama romântico – os compositores portugueses de meados do século XIX e a ópera”, *Revista Portuguesa de Musicologia*, 10, 2000, pp. 117-149, e “A produção e recepção das óperas de Verdi em Portugal no século XIX (com algumas notas sobre a relação do compositor com o nosso país)” in *Verdi em Portugal 1843*-[Catálogo da] Exposição comemorativa do centenário da morte do compositor, Lisboa, Biblioteca Nacional-Teatro Nacional de S. Carlos, 2001.

² *O Portugal Constitucional*, 29 de Agosto de 1836. Texto atribuído por Xavier da Cunha a Almeida Garrett (cf. *Garrett e as cantoras de San’ Carlos. Recordações e recopilações por [...]*, Lisboa, 1909, p. 42).

³ Cf. L. Cymbron, “A produção e a recepção das óperas de Verdi em Portugal no século XIX [...]”, pp. 22-23.

⁴ Carta a Francesco Maria Piave, 8 de Fevereiro de 1865, in G. Cesare e A. Luzio, *I copialettere di Giuseppe Verdi*, Bologna, Arnaldo Forni, 1987, p. 601.

⁵ Cf. Frank Walker, *L'uomo Verdi*, Milano, Mursia, 1964, pp. 229 e ss.

cionalistas¹⁰, a leitura de Gossett, remetendo-nos para o universo do ideário e das linguagens, leva-nos forçosamente a recolocar de novo a questão.

O estudo da recepção de Verdi fora de Itália assume no entanto outros contornos. Em Portugal, as ligações com os vários estados da Península Itálica estabeleciam-se, em boa parte, através dos dois teatros de ópera, os quais constituíam, além de importantes pontos de reunião social, os centros da vida musical das respectivas cidades. Nos anos imediatamente anteriores ao início da recepção verdiana, os testemunhos de alguns visitantes estrangeiros deixam claro o ambiente que reinava no S. Carlos. Em finais da década de 1830 o Barão Charles Dembrowsky escrevia que “Sur la scène, comme dans le parterre et les loges, tout s’y passe à l’italienne, moins le bruit des conversations particulières”¹¹, e em 1842 o Príncipe Felix von Lichnowsky identificava a monotonia do repertório italiano do S. Carlos explicando que “No dia da minha chegada a Lisboa, foi dada a *Rainha de*

⁶ Comparando, inclusive, as reacções aquando das estreias, com as de 1848, quer quando os austríacos foram expulsos de Milão, quer depois do seu regresso.

⁷ Cf. Parker, “*Arpa d’or dei fatidici vati*”. *The Verdian Patriotic Chorus in the 1840s*, Parma, Istituto Nazionale di Studi Verdiani, 1997. Parker partiu das pistas lançadas por Frank Walker (*cit.*) e John Rosselli (*The Opera Industry in Italy from Cimarosa to Verdi*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984).

⁸ Num artigo publicado em 1990, Philip Gossett aceitava a ideia do impacto político das primeiras óperas de Verdi (“Becoming a citizen: The chorus in *Risorgimento* opera”, *Cambridge Opera Journal*, vol. II, nº 1, 1990, e mais recentemente contestou abertamente a leitura de Parker em “‘Edizione distrute’ and the significance of operatic choruses during Risorgimento” in Victoria Johnson/Jane Fulcher/Thomas Ertman, *Opera and Society in Italy and France from Monteverdi to Bourdieu*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 181-242.

⁹ Alberto Banti, *La nazione del Risorgimento. Parentela, santità e onore alle origini dell’Italia unita*, Torino, Einaudi, 2000, cit. in Gossett, “‘Edizione distrute’ and the significance of operatic choruses during Risorgimento”, pp. 194 e ss.

¹⁰ Dos quais o exemplo mais evidente é Franco Abiatti (cf. Parker, *cit.*, p. 23).

¹¹ Charles Dembrowsky, *Deux ans en Espagne et en Portugal pendant la Guerre Civile 1838-1840*, Paris, 1841, p. 185.

Golconda [de Donizetti], que alternando-se unicamente com as *Prisões de Edimburgo* [de Federico Ricci], me perseguiu constantemente durante os dois meses da minha residência naquela cidade¹².

O S. Carlos (e provavelmente o S. João em menor escala) funcionava, além disso, como o coração da colónia italiana de Lisboa e a sua actividade alastrava-se às ruas circundantes e cruzava-se com outros italianos que viviam ou estavam de passagem pela cidade. Muitos eram exilados políticos e haviam chegado na década de trinta, ainda durante a guerra civil ou já depois, aproveitando o ambiente de tolerância criado pelo novo regime constitucional. Tratando-se de um teatro italiano no qual se procedia à montagem de um género importado que requeria um conjunto de competências específicas para além do domínio da língua, era aí que muitos desses exilados encontravam trabalho. Isso explica como, por exemplo, Vicente Corradini, um *carbonaro* de passado duvidoso que combatera nas fileiras liberais¹³, se tornou o principal empresário do S. Carlos na década de 1840; ou que o teatro de ópera de Lisboa tenha usufruído, durante cerca de quarenta anos, de um cenógrafo como Giuseppe Cinatti, cuja acção marcou significativamente a nossa arquitectura oitocentista¹⁴. Do mesmo modo, alguns homens de letras, como o *luchese* Cesare Perini ou o siciliano Luigi Arceri, em-

¹² Felix von Lichnowsky, *Portugal. Recordações do anno de 1842*, 2ª ed., Lisboa, 1845, pp. 21-22.

¹³ Eduardo de Noronha, *O Conde de Farrobo e a sua época*, pp. 237-241. Natural da Romagna, onde nascera cerca de 1800 (*P-Lan*, RP, Mártires, Óbitos, Cx. 7, Lv. 3), um documento de 1847 menciona-o como portador de um passaporte falso, sendo o seu nome autêntico Piro Borato (*P-Lan*, MR, Mç. 3582, Proc. 279, Lv. 3, 18 de Junho de 1847). Depois da vitória liberal fixou-se em Lisboa, como director de *palco scenico* do Teatro de S. Carlos, lugar que deve ter mantido até se tornar empresário, entre 1844 e 1850. Distinguiu-se não só pela sua capacidade para lidar simultaneamente com o meio teatral português e italiano, mesmo em épocas de crise, mas em grande parte por ter a protecção do Conde de Farrobo, que se dispôs a ser seu fiador. Faleceu repentinamente em 1861.

¹⁴ Jaime Batalha Reis (cf. *O Occidente*, 132, 1882, pp. 186-187, e José Augusto

penharam-se na redacção de libretos, fornecendo assim pela primeira vez aos compositores portugueses textos originais para a composição das suas óperas. Outros casos, apesar de mais modestos, ficaram na memória dos seus contemporâneos, como o do coralista Agostino Castellani que era recordado no final do século já sem voz e jogador, “literalmente pelintra”, mas “riquíssimo de votos pela independência da Itália, que não chegou a ver”¹⁵.

A partir da estreia de *Nabucco*, em Outubro de 1843, é interessante analisar a posição que Lisboa ocupa na rede de disseminação das óperas de Verdi. Os dados apresentados por Roger Parker¹⁶ indicam que no caso desta ópera, com a excepção de Viena – cidade que possuía laços óbvios com a Lombardia e onde alguns empresários italianos desenvolveram uma boa parte da sua actividade –, Lisboa é a primeira cidade fora da Península Itálica a ouvi-la (e há referências aos esforços que tinham sido feitos para a apresentar na temporada anterior, exactamente um ano após a estreia milanesa)¹⁷. Embora a situação não se repita com as óperas que se estrearam nas temporadas seguintes, Thomas Kaufman¹⁸ mostra que, depois da Península Itálica e de Viena, e apesar das condições difíceis em que o S. Carlos funcionou durante os anos quarenta, Lisboa continuará a fazer parte do primeiro grupo de cidades europeias que receberam as estreias das óperas de Verdi, e que inclui Barcelona, Madrid, e algumas cidades perto dos principais centros operáticos da Península, como Valetta em Malta. O Porto, por seu lado, funcionando como

França, *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socio-culturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2/1993, pp. 343-344.

¹⁵ Cf. Paulo Midosi, “Verdores da mocidade II”, *Diario de Noticias*, 15-12-1881.

¹⁶ Cf. Parker, “*Arpa d’or dei fatidici vati*”. *The Verdian Patriotic Chorus in the 1840s*, pp. 106-109.

¹⁷ *A Fama*, 8-1-1843 e 5-3-1843.

¹⁸ *Verdi and his Major Contemporaries. A Selected Chronology of Performances with Casts*, New York, 1990.

um satélite operático de Lisboa, recebeu as obras da primeira fase verdiana na sequência da capital.

Se olharmos para os jornais da época, vemos que em Janeiro de 1845, quando *Ernani*, a segunda ópera do compositor a ser ouvida em Lisboa, subiu à cena, Verdi era já identificado como o “maestro da moda”¹⁹, o que mostra como a imprensa portuguesa estava em contacto permanente com a estrangeira, em particular através dos jornais italianos e franceses. A influência da crítica estrangeira nota-se particularmente na avaliação que é feita da música e da dramaturgia verdianas ao longo da década. O contraste entre as tradições italiana e alemã (esta última praticamente desconhecida em Portugal mas associada às obras de Meyerbeer), vistas respectivamente como o domínio do canto – um ideal de espontaneidade sensual – versus o da harmonia ou o da “música científica”²⁰ – um universo de profundidade e reflexão – espelha-se na análise das partituras de Verdi. Em 1848, por exemplo, o dramaturgo Mendes Leal escrevia:

No seu canto há originalidade e afecto, como na sua instrumentação há colorido e vigor. Colocado talvez entre o autor do *Roberto de Diabo* [Meyerbeer] e o criador da *Semiramis* [Rossini], bebe na melodia pomposa de um, e nas profundas harmonias do outro, esse misto de afecto e majestade, de suavidade e de grandeza, que tão distintamente cunha as suas composições. Sem ter a gravidade terrível e o carácter quase Dantesco de Meyerbeer, há no seu estilo o que quer que seja de épico e elegíaco ao mesmo tempo, que surpreende e atrai. As frases de

¹⁹ *A Restauração*, 3-1-1845. O mesmo se passava um pouco por toda a Europa como se pode observar nas críticas publicadas na *Allgemeine musikalische Zeitung* (cf. Marcello Conati, “Saggio di critiche e cronache verdiane dalla *Allgemeine Musikalische Zeitung* di Lipsia (1840-48)” in *Il melodramma italiano dell’Ottocento. Studi e ricerche per Massimo Mila*, Torino, 1977.

²⁰ A recepção portuguesa de Meyerbeer está muito próxima da italiana (cf. Fabrizio Della Seta, “L’immagine di Meyerbeer nella critica italiana dell’Ottocento e l’idea di ‘dramma musicale’” in Maria Teresa Muraro (ed.), *L’opera tra Venezia e Parigi, Firenze*, 1988, p. 149). No caso português devemos acrescentar contudo que, se bem que Mey-

Verdi, rápidas e abundantes súbitas e magníficas, parecem outras tantas aspirações para o Céu. O seu canto exala-se de quando em quando em traços fugitivos e rigorosos que figuram suspiros profundos. Umhas vezes a sua orquestra sussurra apenas como num sonho ou num mistério; outras, rebenta poderosamente em *fanfarras* esplêndidas. Ora parece que o bafo nocturno da montanha tira das harmonias Eólicas aqueles sons, místicos e vagos, que preludiavam as visões de Ossian; ora o génio ardente da tempestade, ou dos combates, como que passa num turbilhão devorador, fazendo vibrar cada instrumento num rasgo valente ou numa expressão penetrante.²¹

Aquando da estreia de *Nabucco*, o escritor António Pedro Lopes de Mendonça, no jornal *A Revolução de Setembro*, concentrou a sua crítica na apreciação da partitura, considerando que esta não tinha nenhum interesse e acrescentando que “a expressão dramática não é nenhuma; não há uma ária, não há um dueto, não há uma só peça completa: a orquestra, mal conduzida, é toda carregada de cheios, em semitons, e em sétimas preparadas, que produzem os piores efeitos”²². Exemplo típico do crítico literato, que até tarde se manteve céptico em relação à música de Verdi, provavelmente sob a influência de alguns sectores da crítica francesa como por exemplo Fétis, que era muito lido em Portugal²³, Lopes de Mendonça exprime neste texto um conceito operático baseado no mo-

erbeer fosse visto como um compositor predominantemente germânico, as suas óperas eram conotadas com a vida teatral francesa, que tinha uma influência significativa em Portugal.

²¹ *O Estandarte*, 7-11-1848.

²² *A Revolução de Setembro*, 7-11-1843.

²³ Cf. Katherine Ellis, *Music Criticism in Nineteenth-Century France. La Revue et Gazette Musicale de Paris, 1834-1880*, Cambridge, 1995, pp. 196-197, e Mário Vieira de Carvalho, *Pensar é morrer ou o Teatro de S. Carlos na mudança de sistemas socio-comunicativos desde fins do séc. XVIII aos nossos dias*, Lisboa, 1993, p. 116. Mesmo se noutras cidades, como Londres, o cepticismo em relação à música de Verdi era uma constante entre certos críticos, como mostra Roberta M. Marvin em “The Critical Reception of Verdi’s Operas in England, 1845-1847”, *Verdi Newsletter*, 24, 1997, pp. 8-12.

delo rossiniano e numa imagem de “beleza ideal” que entrava em conflito com a procura de um “belo característico” que os compositores das gerações seguintes procuraram²⁴. Em 1852, numa época em que a popularidade de Verdi era já indisputada, o mesmo Lopes de Mendonça ainda opinava que “se preferindo Rossini, Bellini, Donizetti, Mozart, Meyerbeer e Beethoven a Verdi cometo um erro, tenho o prazer de me enganar não só com os maiores artistas da Europa, mas com o publico de todas as grandes cidades”²⁵. Mas se, nos anos cinquenta, esta afirmação parece fora de contexto, podemos supor que em 1843, quando a música do compositor souo pela primeira vez no palco do S. Carlos, esta opinião terá sido partilhada por alguns sectores do público.

O crítico do periódico *O Raio Theatral*, por seu turno, mostrava estar ciente do sucesso obtido por Nabucco em Itália, e esse poderá ter sido o motivo pelo qual não faz quase nenhuma referência à música²⁶. A sua apreciação centra-se sobretudo na interpretação, que considerou um “fiasco”²⁷. Em 1846, *Nabucco* voltaria a ser ouvido, desta vez numa versão de concerto, cantada por um grupo de amadores na Assembleia Filarmónica, uma associação privada frequentada pela alta sociedade de Lisboa, e recebeu uma apreciação totalmente diferente. Os modelos dramaturgicos de Verdi já não foram postos em questão, sinal inequívoco de alguma familiaridade com a obra, e a reacção à execução foi apoteótica²⁸. Apesar de sabermos, por testemunhos de alguns músi-

²⁴ Fabrizio Della Seta, *Itália e Francia nell'Ottocento (Storia della Musica a cura della società Italiana di Musicologia)*, Torino, EDT, 1993, pp. 79 e ss.

²⁵ *A Revolução de Setembro*, 16-10-1852.

²⁶ *O Raio Theatral*, 5-11-1843.

²⁷ Devemos contudo ter presente que este periódico tinha já criticado a companhia da temporada mais de uma vez, e em particular Migone, invocando a experiência do crítico de ter ouvido em Londres Lablache, Malibran e Rubini (cf. *O Raio Theatral*, 22-10-1843).

²⁸ *A Revolução de Setembro*, 24-1-1846. Podemos verificar a familiaridade com

cos profissionais, que existiam em Lisboa amadores que possuíam boas capacidades como intérpretes²⁹, as dificuldades que esta ópera coloca tanto ao nível técnico como expressivo, particularmente nos papéis de Abigaille e Nabucco, levam-nos a ler nesta crítica mais a atitude reverente do cronista social do que a de um crítico.

Porém, a verdadeira afirmação do repertório verdiano em Portugal tinha-se dado em 1845 com a estreia, tanto em Lisboa como no Porto, de *Ernani* e *I Lombardi alla prima crociata*. O articulista do jornal *O Periódico dos Pobres no Porto* demonstrava um considerável conhecimento da peça de Victor Hugo, da revolução teatral que ela constituía para a literatura dramática, e ainda das suas adaptações à cena lírica, interessando-se pelo “jogo de paixões” numa perspectiva já claramente romântica:

O *allegro* do final do [2º] acto é original, e descobre o génio de Verdi – música que parece exprimir a ferocidade e a raiva – novidade no acompanhamento do instrumental, que é trocado, e ao revés das regras da música e da prática dos outros compositores, resultando de tudo um efeito mágico.³⁰

Em Lisboa, a música é abordada apenas em segundo lugar, mas o articulista de *A Revolução de Setembro* consegue, sem recorrer a chavões estéticos, dar-nos a imagem de como alguns críticos portugueses entendiam os ideais dramáticos do compositor, sendo *Ernani* realmente visto como “a expressão musical [...] dos mais belos pensamentos dramáticos de Victor Hugo”³¹. Boa parte do sucesso de *Ernani* devia-se, no

a música do compositor na crítica da produção do S. Carlos de 1847 (cf. *A Revista Theatral*, 8-4-1847).

²⁹ Arquivo da Família Ferretti, Carta de Pietro António Coppola a Jacopo Ferretti, 30-4-1842, amavelmente cedida por Francesco Paolo Russo.

³⁰ *O Periódico dos Pobres no Porto*, 5-5-1845.

³¹ *A Revolução de Setembro*, 20-1-1845. Esta perspectiva manter-se-ia pela década seguinte pois ainda em 1857, a propósito da estreia de *I vespri siciliani*, um crítico referia-se a Verdi como “o Victor Hugo da música” (*A Revolução de Setembro*, 21-3-1857).

entanto, a dois jovens cantores em início de carreira que pertenciam à companhia do S. Carlos e que se viriam a tornar grandes intérpretes verdianos: o soprano Augusta Albertini e o tenor Enrico Tamberlick. A crítica explicava:

agradou extraordinariamente a ópera a este biqueiro público, que exige impossíveis, e que ainda depois dos impossíveis praticados, é duro de contentar. Esta noite foi ainda com mais entusiasmo acolhida que a precedente; aplaudida em todos os actos; e no fim vitoriada com ardor, sendo chamados quatro vezes fora o sr. Tamberlick e a sr.^a Albertini, que ambos desempenham magistralmente os seus papéis, e com aquele frescor e nitidez de voz, que em ambos os casos tão notável é.³²

Tanto o razoável número de récitas alcançado (22, em contraste com as 7 de *Nabucco*) como o facto de, a partir daí, o compositor começar a ser referido na imprensa portuguesa como “o célebre autor de *I Lombardi e Ernani*”³³, demonstram que estas duas óperas não só constituem o verdadeiro momento da sua consagração junto do público português, como passam a ser vistas como o símbolo do sucesso de Verdi. Porém, se excluirmos a influência determinante do modelo teatral francês na recepção de *Ernani*, o facto de esta ópera se afirmar inequivocamente como o grande sucesso entre *Nabucco* e *I Lombardi* é um sinal de que o “género grandioso” – inspirado nas óperas bíblicas de Rossini – que Verdi tinha concebido para as suas óperas milanesas do início dos anos quarenta³⁴ e que tem sido um dos pomos da discórdia

³² *A Restauração*, 3-1-1845. O correspondente da *Allgemeine Musikalische Zeitung* refere também que estes cantores eram os “heróis da ópera” (cf. Manuel Carlos de Brito/David Cranmer, *Crónicas da vida musical portuguesa na primeira metade do século XIX*, Lisboa, 1990, p. 71).

³³ *Revista Universal Lisbonense*, 23-10-1845.

³⁴ Cf. Pierluigi Petrobelli, “From Rossini’s *Mosé* to Verdi’s *Nabucco*”, in *Music in the Theater. Essays on Verdi and other composers*, Princeton, Princeton University Press, 1994, pp. 12 e ss.

na discussão da sua possível ligação aos ideais do *Risorgimento*, não teve, pelo menos no início, eco em Lisboa. Apenas em 1849, no Porto, encontramos uma referência explícita, mas também genérica, a “Va pensiero” e à componente coral da obra:

o coro dos Hebreus, que na margem do Eufrates choram a sua Jerusalém na presença do ídolo de Belo, a profecia de Zacarias que os conforta, são de melodia à altura do assunto; são em geral excelentes os coros, e interessante o dueto de Nabuco e Abigail.³⁵

Entre 1848-1849, em paralelo com as revoluções que eclodiram por toda a Europa e que em Itália constituíram um momento de grande exaltação nacional, Francisco Xavier Migone, o compositor português que havia dirigido a estreia de *Nabucco*³⁶ e que seria profundamente influenciado pela estética das primeiras obras de Verdi, compõe a sua primeira ópera, *Sampiero*³⁷. O libreto era da autoria do advogado sici-

³⁵ *O Periódico dos Pobres no Porto*, 5-3-1849. Nesta temporada, durante a qual se dá a chegada à cidade de Carlos Alberto rei da Sardenha, (aquele que se perfilava como o líder da nova Itália), o Teatro de S. João apresentou quase exclusivamente óperas de Verdi (*Nabucco*, *I Lombardi*, *Attila*, *I masnadieri*, *I due Foscari*, e finalmente *Macbeth*). Estes factos não possuem aparentemente qualquer ligação directa, já que a hegemonia verdiana se sentiu igualmente em Lisboa. Mas teria, no entanto, interesse averiguar se há no teatro algum eco da chegada do rei ao Porto e que feição é que esse eco assume. Todavia, no momento presente, com a Biblioteca Nacional de Portugal quase totalmente encerrada, não foi possível trabalhar esta questão.

³⁶ Cf. Mário Moreau, *O Teatro de S. Carlos. Dois séculos de história*, vol. 2, Lisboa, Hugin, 1999, p. 805.

³⁷ Pianista de origem italiana, Migone tinha atingido cedo uma certa estabilidade profissional, sucedendo a Bomtempo como director da Escola de Música do Conservatório em 1842, e acumulando as funções de *maestro* no S. Carlos em algumas temporadas (cf. Ernesto Vieira, *Diccionario biographico de musicos portugueses. Historia e bibliographia da Musica em Portugal*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira & Pinheiro, 1900, vol. 2, p. 86). Segundo o jornal *O Theatro e Bibliotheca Familiar* (7-7-1850), *Sampiero* já estava terminada no final do primeiro semestre de 1850 e

liano Luigi Arceri, um exilado político já referido anteriormente. Ao relatar a sua vida em Lisboa, num texto autobiográfico publicado em 1862³⁸, Arceri revela que o projecto da ópera amadureceu no círculo do teatro, no qual trabalhavam tanto ele como o compositor, e explica que o facto de ter escrito este libreto levou a empresa do S. Carlos a oferecer-lhe “o lugar de poeta ensaiador, e director de cena”³⁹, permitindo assim uma significativa melhoria da sua situação profissional. Note-se que Arceri nunca revela claramente os motivos porque deixou o seu país, referindo-se apenas às contrariedades de “um fatal destino”, mas não perde a oportunidade de escrever:

Se um rei [...] ainda que estrangeiro, tivesse unido todos os italianos debaixo do mesmo pendão, excitando-os a amarem-se como irmãos; protegido as ciências, as artes, a industria, o comércio, qual outra nação do mundo poderia rivalizar com ela, ou dominá-la? Mas a Itália unida foi sempre temida, e por isso reduzida a treze reinos, debaixo de coroas de ferro, e de ceptros covardes; [...] A França estendeu a sua mão ao único rei de sangue italiano; e este, herdeiro do Desterrado coroado, o Mártir da liberdade, empunhando a espada sabauda, quebrou os enferrujados ferros da Itália escrava, e onde flutuavam as cores execrandas dos tiranos, plantou a itálica bandeira, à sombra da qual, não tão longe está o tempo em que gozaremos a paz e a liberdade.⁴⁰

tinha sido destinada aos cantores Marietta Gresti e Gaetano Fiori, que se apresentaram em Lisboa em 1848 e 1849, o que faz recuar a data da sua composição a esses anos. Todavia, de acordo com a notícia referida, as dificuldades para a levar à cena no S. Carlos foram tantas que Migone chegou a pensar ir apresentá-la a Itália.

³⁸ Era natural de Palermo e veio para Portugal em 1843, tendo trabalhado no Teatro de S. Carlos como contra-regra, “director de cena” e tradutor de libretos (Novo systema elementar de pronuncia da lingua italiana [...], Lisboa, 1862, p. 12). Despedido em 1860, dedicou-se ao ensino da língua italiana e a assuntos jurídicos. Doente, suicidou-se em 1870 (cf. *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, vol. III, p. 129).

³⁹ *Cit.*, p. 12.

⁴⁰ *Ib.*, pp. 31-32.

Mesmo considerando que esta passagem foi redigida numa época em que o reino de Itália já havia sido proclamado, é evidente que Arceri desde há muito se identificava com o desejo, partilhado por muitos compatriotas seus, de uma Itália livre da dominação estrangeira. Pode-se assim considerar que é no libretista que parece encontrar-se o motivo mais directo para a escolha do episódio da história da Córsega (uma analogia com a Sicília que entretanto se revoltara em Janeiro de 1848?), que coloca frente a frente corsos e genoveses, e cujo herói, Sampiero, segundo a tradição terá servido de modelo a Shakespeare para a criação de *Othello*. No panorama operático italiano do Romantismo, ele tinha sido já transformado em libreto por duas vezes, com o título de *Vannina d'Ornano*, por um libretista desconhecido para ser posto em música por Giuseppe Cotti-Caccia (Asti, 1841)⁴¹, e por Francesco Guidi para o compositor Fabio Campana (Florença, 1842)⁴².

No entanto, apesar da identificação de Arceri com os ideais do *Risorgimento* e do momento histórico em que a ópera foi composta, o texto do libreto de *Sampiero* não vai além de um conjunto de referências patrióticas de carácter genérico, semelhante a muitos dos seus congéneres italianos de períodos anteriores. Mesmo no libreto de Guidi, datado do início da década de quarenta quando o ambiente político estava ainda longe da efervescência do período revolucionário, é possível encontrar uma linguagem que caracteriza de modo muito mais incisivo este elemento. Por exemplo, o início do 2.º acto em ambas as óperas é marcado por uma cena de

⁴¹ *Vannina d'Ornano* tragedia lirica in 4 atti da rappresentarsi per la prima volta nel Civico teatro d'Asti nella primavera del 1841, Asti, Dalla tipografia Garbiglia [1841].

⁴² Cf. *Vannina d'Ornano*, Tragedia lirica in tre parti, Da rappresentarsi nell' I. e. R. Teatro in Via della Pergola, La Primavera del 1842. Sotto la Protezione di S. A. I. R. Leopoldo II. Granduca di Toscana. Firenze, Tipografia Galletti/in Via Porta Rosa, [Florença, 1842]. Segundo o próprio Guidi, o episódio é narrado pelo historiador Carlo Botta (1766-1837) em fonte não identificada.

exaltação patriótica entre Sampiero e os seus seguidores. A grande diferença reside no facto de que em Guidi a cena se passa nos Alpes franceses, durante o exílio do chefe corso, enquanto em Arceri trata a chegada à Córsega de Sampiero e do seu exército, recebidos em triunfo. Ao desaparecer o elemento nostálgico intimamente ligado à situação do exílio – central nas óperas de Verdi deste período⁴³ – muda também completamente todo o registo poético e dramático. Enquanto em *Vannina d’Ornano* a cena abre com o seguinte recitativo:

Sampiero Oh patria! Oh patria mia!... terra diletta!
 perche non mi fu dato,
 pria che l’ultimo fato
 ti prostasse cosi morir coi forti,
 che pugnando per te ebbero almeno
 fine al dolor, ed onorata tomba!...

Ao qual se segue uma intervenção do coro que, dentro de um modelo convencional, usa uma versificação em *ottonari*,

Samp. e Coro Vana a noi bugiarda aita
 prometteva lo stranier;
 ah! La speme a noi sparita
 come sogno lusinghier!
 [...]

Solo un voto, un voto estremo
 qui si formi e sia compito;
 coi nemici spegneremo
 lo stranier che cia tradito;
 vinceremo, e ridonata
 fia la patria a libertà;
 o morrem ma invendicata
 l’ombra nostra non sarà.

⁴³ Cf. Parker, “*Arpa d’or dei fatidici vati*”. *The Verdian Patriotic Chorus in the 1840s*, pp. 50-51 e 100.

Coro Noi giuram sul nostro onore
teco vincere o morirr!

Samp. Non ci resta che il valore:
saprem vincere o morirr!

No libreto de Arceri o coro canta:

	Oh! Della Corsica	Morrire o vincere
duce supremo;		ognor sapremo
noi vinceremo		duce supremo
vicino a te.		t'appressi già.

	Guerriero impavido.	Chi per la Patria
i forti aterra.		combatte, e muore,
La patria terra		premio al dolore
ei salvera		il Cielo avrá.

giuriamo intrepidi.

Aspra vendetta,
vieni t'affretta
si vincerá

Composto por um conjunto de cinco quadras em *quina-rio*, métrica que Arceri usa aliás abundantemente, este texto está longe de possuir o tipo de grandiosidade que caracteriza os versos com maior número de sílabas usados em muitas óperas da década de quarenta, bem como nos hinos patrióticos e revolucionários de 1848⁴⁴. Do ponto de vista musical, Migone socorre-se de uma tipologia rítmica mais frequente em Rossini ou Bellini do que, propriamente, em Verdi (compasso 4/4 e início em longa-breve-breve)⁴⁵ e constrói uma melodia em *Allegro Marziale* (Exemplo 1), nos antípodas dos nostálgicos coros verdianos dos anos quarenta, normalmente em andamentos lentos e com o coro em uníssonos.

⁴⁴ Cf. *Ib.*, p. 51.

⁴⁵ Cf. Friedrich Lippmann, *Versificazione italiana e ritmo musicale. I rapporti tra verso e musica nell'opera italiana dell'Ottocento*, Napoli, Liguori, 1986, pp. 38 e 42-43.

Allegro marziale

Coro di popolo

Oh del-la Cor-si-ca, du - ce su - pre-mo, noi vin-ce - re-mo,
 noi vin-ce - re-mo, noi vin-ce - re-mo, vi - ci-no a te.

Exemplo 1

Na crítica da *Revista dos Espectáculos*, aquela que mais por-menorizadamente menciona os vários números da ópera, este coro nem sequer é referido. E o escritor e crítico António Pedro Lopes de Mendonça reconhece em linhas gerais uma influência verdiana mas propõe a Migone uma outra orientação estética, inspirada por um nacionalismo romântico que parte dos ideais de *Volksgeist*:

Não incitarão os aplausos ao sr. Migone para escrever uma nova ópera? Abandonando uma escola, que maior efeito produziu pela novidade [a verdiana], do que por belezas seguras e duradouras, não instará o seu talento nas tradições musicais do seu país, e da nossa vizinha Espanha, aonde tantos motivos sentidos e melancólicos se escutam nas noites do estio, ou nas manhãs da primavera?

Eu sou dos que acredito, que a música não pode ser nacional no rigor da palavra: mas é certo que as escolas graduam-se pela índole de cada povo. [...]

Quem ignora que parte das melodias que nós admiramos em Rossini, são às vezes cantos soltos escutados em Veneza, em Florença, na Sicília, nas campinas de Roma, nas montanhas da Calábria?

Quem é que pode desconhecer na musica alemã parte da influência daquele Reno tão poético, daquelas melodias que a natureza cria sem esforço, e que o povo reproduz na sua santa e ingénua simplicidade? [...]

O sr. Migone é capaz de compreender, e de se apropriar destas afinidades misteriosas que existem entre o torrão natal, e as formas da arte: entre a natureza e o povo: entre as emoções religiosas, e as superstições cândidas, — que alimentam a alma do camponês, e os cantos com que ele celebra as suas saudades e esperanças. É uma mina inexplorada esta, e o primeiro talento que a souber cultivar, fundará uma reputação sólida, e abrirá à arte novos e variados aspectos.⁴⁶

Vimos atrás como a ligação cultural entre Portugal e Itália de meados do século XIX passa significativamente pelos teatros de ópera que, além de casas de espectáculo, eram o centro das colónias italianas nas duas principais cidades, nos quais, inclusive, muitos encontravam trabalho. Integrando um repertório relativamente fixo — já que os empresários apostavam na importação das óperas que maior sucesso haviam obtido em Itália — as óperas de Verdi chegam muito cedo a Lisboa, seguindo daí para o Porto, e as duas cidades portuguesas integram assim um circuito essencialmente sul-europeu, no qual sobressai o eixo Itália-Barcelona-Madrid-Lisboa.

Por parte dos críticos, Verdi é visto essencialmente como um compositor que não se enquadra exactamente nos velhos modelos da tradição italiana mas também não responde ao paradigma da música alemã. O sucesso das suas primeiras óperas em Portugal ficaria ligado a jovens cantores que encontraram nelas o seu nicho de repertório, e foi influenciado pela cultura teatral francesa, quer através da literatura dramática — com Victor Hugo — quer da crítica — com Scudo, Fétis e outros. Os grandes coros patrióticos de óperas como *Nabucco* e *I Lombardi*, praticamente não tiveram sucesso e é aliás sintomático que a ópera que Verdi verdadeiramente escreveu

⁴⁶ *A Revolução de Setembro*, 9-4-1853.

com intuitos políticos, *La battaglia di Legnano*, nunca tenha sido apresentada em Lisboa, subindo à cena apenas no Porto, em 1859, como *L'assedio di Arlem* e com uma orquestração pirata, sendo por isso pateada⁴⁷. Ao público português interessava sobretudo o elemento dramaturgico, em especial aquele que possuía afinidades com os modelos que lhe eram familiares, como os franceses. As possíveis conexões políticas passavam despercebidas. A música e a dramaturgia de Verdi, porém, foram deixando uma marca significativa naqueles que, como Migone, com ela lidaram de perto, mas mesmo quando estas competências se cruzaram com as motivações políticas de um exilado, como Arceri, os aspectos patrióticos foram aqueles mais facilmente descurados. Os ecos do *Risorgimento*, quando os houve, chegaram essencialmente pela mão dos italianos residentes entre nós, não através da dramaturgia verdiana.

⁴⁷ *O Braz Tisana*, 21-1-1859. O jornal identifica-a como “uma das óperas de pouca fama de Verdi, ainda que tendo alguns bons trechos.”

LA RICEZIONE DELL'ODE *IL CINQUE MAGGIO* NEL PORTOGALLO E NEL BRASILE DEL XIX SECOLO

VIOLA FIORENTINO*

Era il 16 luglio 1821 quando Alessandro Manzoni, nel giardino della sua residenza a Brusuglio, apprese la notizia della morte di Napoleone, riportata dalla *Gazzetta di Milano*. Profondamente commosso dall'inatteso evento, lo scrittore si immerse subito nella stesura dell'ode, che scrisse di getto e portò a termine con una rapidità inaudita, nel giro di appena tre o quattro giorni.

Manzoni ci regala così un componimento che vuole sì rendere omaggio all'imperatore appena scomparso, ma che al tempo stesso è anche occasione per una più generale riflessione di carattere religioso ed esistenziale. Come è possibile apprezzare scorrendo i versi incalzanti della poesia, che riportiamo di seguito in appendice, nel *Cinque maggio* l'«uomo fatale» è colto nel suo insieme. Un personaggio grandioso, una genialità bellica, ma pur sempre un uomo che, in quanto tale, è soggetto alla dinamica ineluttabile del corso della vita. Da questa descrizione caleidoscopica e sfaccettata trapela anche lo stato d'animo complesso, quasi contraddittorio, che

* Viola Fiorentino (Pisa, 1984) frequenta la Laurea Specialistica in Linguistica Teorica Applicata dell'Università di Pisa. Ha lavorato presso l'Istituto di Studi Italiani dell'Università di Coimbra nell'ambito del programma Erasmus Placement. Si è occupata di storia della comunità ebraica di origine portoghese di Livorno, in particolare sotto il profilo linguistico-letterario.

dovette guidare la penna dell'autore che, lungi dall'essere un sostenitore bonapartista – e *Aprile 1814*¹ ne è un esempio lampante –, non poteva esimersi dal provare, nonostante le riserve morali e religiose, una sostanziale ammirazione per questo grandioso personaggio.

Dal punto di vista formale, *Il cinque maggio* è un'ode composta da diciotto strofe di sei versi settenari ciascuna, di cui il primo, il terzo e il quinto sdruccioli, il secondo e il quarto piani e rimanti, il sesto tronco e in rima con i versi finali delle altre strofe. Quest'alternanza di versi sdruccioli, piani e tronchi, insieme a una sintassi che accosta periodi fortemente paratattici a larghe volute ipotattiche, crea un ritmo rapido e concitato, che rallenta solo nei momenti di riflessione e di più commossa eloquenza.

Tradotta in tedesco da Goethe², invidiata da Lamartine, che in una lettera al suo amico De Virieu scrisse significativamente, “Je voudrais l'avoir faite”³, giudicata intraducibile da Longfellow, citata da scrittori del calibro di Hugo, Béranger, Reboul, Musset, Delavigne e Méry, l'ode di Manzoni raggiunse un successo strepitoso in tutta l'Europa del XIX secolo⁴, compendosi in breve tempo la profezia dell'autore:

¹ Nella poesia, composta alla fine dell'occupazione francese della Penisola, Manzoni lancia un'invettiva alle truppe napoleoniche che, invece di liberare la penisola, vi portarono di fatto una nuova tirannide.

² La traduzione del Goethe, la prima in ordine cronologico, venne letta alla corte di Weimar l'8 Agosto 1822 dallo stesso, per essere poi pubblicata verso la fine del medesimo anno nella rivista *Über Kunst und Alterthum*.

³ Angelo De Gubernatis, *Alessandro Manzoni. Studio biografico*, Firenze, Successori Le Monnier, 1879, p. 209.

⁴ Vitorino Nemésio riferisce persino che Herculano prese come modello il componimento di Manzoni per lodare il suo collega Soares de Passos: “O seu *Camões* é uma cousa admirável, e com leves retoques eu não hesitaria em pô-lo a par do *Cinque maggio* de Manzoni”, *A mocidade de Herculano*, I, Lisboa, Bertrand, 1978, p.287.

e scioglie all'urna un cantico
che forse non morrà.⁵

La notorietà che riscosse il componimento fu tale da sorpassare se possibile quella dei *Promessi sposi*. Difatti, in Portogallo come in Brasile, Manzoni era inaspettatamente conosciuto, e magari più che come poeta e autore teatrale, per il celebre romanzo storico che costituisce una delle colonne portanti della nostra letteratura. A conferma di quanto detto, Vitorino Nemésio⁶ riporta che la moda di Manzoni in Portogallo raggiunse probabilmente il suo apice nel 1841, in seguito alla pubblicazione delle sue *Osservazioni sulla morale cattolica* e dei *Promessi sposi* sulla *Revista Universal Lisbo-nense*, ma che la fama dello scrittore era giunta nel paese già da tempo, proprio grazie alle sue odi civili e in particolare a *Il cinque maggio*, che veniva recitato con commozione da Castilho e da altri della sua generazione.

L'opuscolo di C. A. Meschia⁷ è eloquente testimonianza di questa notorietà. Il curatore del libello individua e trascrive ventisette traduzioni dell'ode per un totale di sette lingue (spagnolo, portoghese, inglese, francese, tedesco, catalano e latino⁸), ma avverte il lettore che la sua raccolta è tutt'altro che completa, mancando all'appello molte versioni, talune giunte molto tardi, altre promesse e poi mai ricevute, altre non ancora stampate perché sprovviste dei caratteri necessari per la loro impressione. "Tra queste, due traduzioni in armeno [...] e chissà quante me ne saranno scappate!".

Tra le traduzioni a cui fu soggetta l'ode manzoniana durante il XIX secolo, un numero molto ampio vide come lin-

⁵ Alessandro Manzoni, *Il cinque maggio, Tutte le poesie (1812-1872)*, II, Venezia, Marsilio, 1951, vv. 23-24, fonte di tutti i riferimenti.

⁶ Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano*, p. 286.

⁷ Carlo Attilio Meschia, *Ventisette traduzioni in varie lingue del "Cinque maggio" di Alessandro Manzoni*, Foligno, Campitelli, 1883.

⁸ Le traduzioni in latino sono tutte ad opera di autori italiani.

gua di arrivo proprio il portoghese. Si cimentarono in questa impresa, soprattutto durante la seconda metà del secolo, traduttori professionisti e improvvisati, portoghesi e brasiliani, poeti e prosatori, letterati ma anche diplomatici, medici, storiografi, e persino un sovrano.

José Ramos Coelho (1832-1914) può essere ritenuto il più prolifico tra gli interpreti, con ben dieci edizioni portoghesi del *Cinque maggio*⁹, che si inscrivono in un arco di tempo compreso tra il 1863 e il 1910 e che riportano sempre qualche modifica, quasi a dimostrare la scrupolosa dedizione con cui l'autore cercò di riprodurre il componimento nella sua lingua natale. A Coelho, che oltre ad essere storiografo, poeta e critico letterario fu anche un affermato traduttore, conosciuto soprattutto per la sua versione della *Gerusalemme Liberata*, sembra spettasse anche il primato di miglior traspositore dell'ode in lingua portoghese. G. Vegezzi Ruscalla, illustre traduttore della *Marília de Dirceu* e del *Frei Luís de Sousa*, scriveva sulla *Corrispondenza Letteraria* di Torino: "O m'inganno a partito, o quest'ode diventò bilingue"¹⁰.

La sensibilità linguistica e l'esperienza traduttologica di Ramos Coelho ci permettono inoltre di giustificare l'opinione

⁹ In ordine cronologico: *Ode a Napoleão, Archivo Pitoresco*, 6, 1863 [Lisboa, Typographia Castro Irmão], pp. 310-311; *Cinco de Maio*, J. Ramos Coelho, *Novas poesias*, Cruz Coutinho, 1866, pp. 110-117; *A morte de Napoleão*, Salvador Costanzo, *Música Terrenal*, Madrid, 1868, pp. 351-352; *A morte de Napoleão*, Carlo Atilio Meschia, *Ventisette traduzioni in varie lingue del "Cinque maggio" di Alessandro Manzoni; A morte de Napoleão, Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, VIII, 1885 [Lisboa, Empreza do Occidente], p.271; *Cinco de Maio. Tradução de J. Ramos Coelho* (una folha solta), Lisboa, Typographia Elzeviriana, 1885; *A morte de Napoleão*, Joaquim da Silva Mello Guimarães, *Ode heróica de Alexandre Manzoni e três versões em portuguez*, Rio de Janeiro, Typographia Moreira, Maximino & C., 1885, pp. 41-48; *Cinco de Maio, O Instituto. Revista Científica e Litteraria*, 34, 1887 [Coimbra, Imprensa da Universidade], pp. 145-147; *Cinco de Maio*, J. Ramos Coelho, Lampejos, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1896, pp. 93-98; *Cinco de Maio*, J. Ramos Coelho, *Obras poéticas*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1910, pp. 142-143.

¹⁰ J. Ramos Coelho, *Lampejos*, p. 98.

ampiamente condivisa secondo cui *Il cinque maggio* sarebbe un testo quasi intraducibile¹¹. Dopo aver passato in rassegna le maggiori difficoltà in cui si è imbattuto, in nota a una delle sue versioni del Cinque maggio, il traduttore conclude:

Todos os que estudaram com certa profundeza [...] as duas línguas, confessam, e não podiam dissimular, vantagens que a italiana leva à nossa.¹²

Con queste parole, Coelho si riferisce alla duttilità, alla vasta gamma di varianti e di libertà che l'italiano offre a chi lo parla o lo scrive. Una caratteristica che rende particolarmente complessa la traduzione di testi italiani di tipo poetico, in cui il problema della conservazione del ritmo, della metrica e della rima dell'originale si somma a quello dell'equivalenza di significato tra parole della lingua di partenza e quelle della lingua di arrivo. L'altro maggiore problema traduttologico individuato da Coelho è invece di tipo stilistico. Un'adeguata resa della sintesi, della rapidità, della nervosa concisione con cui vengono evocate le immagini nella versione originale. Lo stesso lettore potrà apprezzare le soluzioni adottate dal traduttore per ovviare alle difficoltà presentate dal componimento, confrontando in appendice la versione di Ramos Coelho con l'originale manzoniano.

Restando in Portogallo, abbiamo poi la traduzione dello statista nonché poeta e drammaturgo José da Silva Mendes Leal¹³ (1818-1886), che già aveva dato prova di interesse sia per la figura di Napoleone¹⁴ che per la tematica risorgimen-

¹¹ Nella nota che introduce la traduzione di Ramos Coelho contenuta in *Arquivo Pitoresco*, si legge ad esempio: “Esta poesia, não só é tida e havida pelo melhor trecho lyric do deste século, mas a sua traducção tem intimidado até os engenhos de maior estro”, p. 310.

¹² J. Ramos Coelho, *Lampejos*, p. 97.

¹³ José da Silva Mendes Leal, Cinco de Maio, *O Instituto. Revista Científica e Literaria*, 34, II, 1887[Coimbra, Imprensa da Universidade], pp. 97-100.

¹⁴ J. da Silva Mendes Leal, *Napoleão no Kremlin*, Lisboa, Typographia da Gazeta de Portugal, 1865.

tale, avendo dedicato un epicedio dai toni eroici al re Carlo Alberto di Savoia¹⁵.

Portoghese di origini italiane, António José Viale (1806-1889) nasce a Lisbona da genitori entrambi liguri. Grande erudito latinista ed ellenista, Viale si distinse per le sue traduzioni dal latino, dal greco e dall'italiano al portoghese, tra cui anche la *Commedia* dantesca. A quanto pare, non possiamo tuttavia estendere tali meriti di traduttore alla sua versione del *Cinque maggio*¹⁶ che sembra essere l'unica, tra le versioni portoghesi di cui disponiamo, che non mantiene la disposizione e la qualità delle rime, le parole sdrucchiole ed altre caratteristiche formali che rendono il componimento di Manzoni particolare dal punto di vista ritmico. Lo stesso Viale, nel prologo del volume, riconosce la modestia della sua prova, avvertendo il pubblico che il suo unico merito è quello di essere stato scrupolosamente – forse eccessivamente – fedele all'originale.

Ad ogni modo, *Il Cinque maggio* riscosse un enorme successo non solo in Portogallo ma anche oltreoceano, in Brasile, meritando l'interesse di alcune personalità di spicco che orbitavano attorno alla corte di D. Pedro de Alcântara, secondo e ultimo imperatore del Brasile.

Lo stesso D. Pedro II (1825-1891), amante appassionato della poesia italiana¹⁷, inviò direttamente ad Alessandro

¹⁵ Vale la pena citare alcuni versi della poesia *Ave César*, con cui Mendes Leal loda le gesta del re piemontese artefice della prima guerra di indipendenza italiana, per rilevare la patente influenza de *Il cinque maggio*: “Salve, ó rei! Rei no sólio e no abandono/ mais rei no exílio do que os reis no tronol/ Rei até sobre o pó!” (J. da Silva Mendes Leal, *Ave César, Cânticos*, 1850, pp. 327-332). Si comparino tali versi con l'ode manzoniana *Il cinque maggio*: “Lui folgorante in solio/ vide il mio genio e tacque/ [...] La fuga e la vittorial/ la reggia e il tristo esiglio/ due volte nella polvere/ due volte sull'altar”.

¹⁶ António José Viale, *Il cinque maggio. Ode heroica de Alexandre Manzoni traduzida com escrupulosa fidelidade por António José Viale*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1885.

¹⁷ Colui che Lamartine soleva chiamare *il principe filosofo* era nipote da parte di madre del Granduca di Toscana, e il medico della casa imperiale fu nientemeno che

Manzoni, con cui intratteneva una seppur non molto fitta corrispondenza, la propria traduzione autografa dell'ode accompagnata da una lettera, anch'essa scritta di proprio pugno e datata al 15 Novembre 1871¹⁸. L'anno seguente, a dimostrazione dell'amicizia e della stima reciproca che legava i due, l'imperatore si sarebbe recato a visitare lo scrittore nella sua residenza a Brusuglio. L'ammirazione per Manzoni e l'apprezzamento della sua lirica dovevano di certo essere grandi se il sovrano decise di tradurre un'ode che, di fatto, celebra e omaggia proprio chi, sessantaquattro anni prima, aveva invaso la patria di suo nonno, João VI di Portogallo.

Un altro traduttore di nazionalità brasiliana è Francisco Bonifácio de Abreu (1819-1887). Oltre ad essere parlamentare, poeta e membro di varie società scientifiche e letterarie, Abreu, meglio conosciuto come il *barão da Vila da Barra*, venne anche nominato colonnello chirurgo onorario dell'esercito imperiale in seguito ai servizi prestati durante la guerra contro il Paraguay. Come D. Pedro II, anch'egli tradusse in portoghese passi della *Commedia* di Dante e l'ode dedicata a Napoleone¹⁹.

Luís Vicente de Simoni, uno dei veicoli di conoscenza del Romanticismo italiano a Rio de Janeiro (cfr. Rita Marnoto, "O Ramallete poético do Parnaso italiano — a Língua portuguesa como arauto da poesia italiana na América do Sul", *Congresso Internazionale il Portogallo e i Mari, un incontro tra culture*, a cura di Maria Luisa Cusati, Napoli, IUO, Liguori, 1997). Nel 1843 D. Pedro II aveva sposato la sorella del re Ferdinando II di Napoli nella città partenopea.

¹⁸ La lettera in questione è contenuta in A. Manzoni, *Epistolario. Lettere dal 1854 al 1873*, Roma, Biblioteca Italiana, 2008, mentre la traduzione dell'ode di cui ci siamo serviti compare in almeno due edizioni distinte: J. da Silva Mello Guimarães, *Ode heróica de Alexandre Manzoni e três versões em português*, e Dom Pedro II, *Poesias completas com um prefácio de Medeiros e Albuquerque*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1889.

¹⁹ Il breve opuscolo contenente la traduzione di F. B. de Abreu, reperito presso il fondo manzoniano della Biblioteca Nazionale Braidense, non riporta purtroppo nessuna informazione circa la casa editrice, il luogo e l'anno in cui è venne dato alle stampe.

Si cimentò nella trasposizione dell'ode anche Francisco Adolfo de Varnhagen²⁰ (1816-1878), visconte di Porto Seguro. Passato alla storia come il padre della storiografia moderna brasiliana, Varnhagen fu anche diplomatico e militare; anzi, cominciò la sua carriera militare all'epoca delle guerre liberali proprio come volontario nelle truppe del padre di D. Pedro II, in lotta contro D. Miguel I di Portogallo. Nel 1840 conobbe poi l'imperatore in persona, allora appena quindicenne, con cui intratterrà una duratura amicizia.

Dopo questo breve excursus sul successo riscosso dall'ode e sulle versioni portoghesi di questa che videro la luce nel XIX secolo, viene spontaneo chiedersi quali furono i fattori che in questo periodo contribuirono a un tale interesse sia letterario che traduttologico per la produzione di Manzoni, in particolare per la sua ode *Il cinque maggio*.

Sfogliando un qualsiasi manuale o dizionario di letteratura portoghese²¹, ci si rende subito conto che Manzoni viene costantemente menzionato, insieme a Foscolo, Leopardi e Pellico, come uno degli autori più tradotti e quindi più letti in Portogallo e Brasile durante il XIX secolo, non solo dal vasto pubblico ma anche da fruitori più specializzati quali il già citato Castilho, ma anche Garrett, Herculano ed altri esponenti del Romanticismo portoghese.

I punti di contatto tra i quattro autori italiani sono abbastanza evidenti. Vissuti a cavallo tra due secoli e due epoche

²⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen, *A morte de Napoleão*, in J. da Silva Mello Guimarães, *Ode heróica de Alexandre Manzoni e três versões em português*. Si registra comunque un'edizione anteriore della traduzione, contenuta in José Ferreira Monteiro, *Lisia poética. Collecção de poesias modernas de autores portuguezes*, II, Rio de Janeiro, Typografia Commercial, 1857.

²¹ La bibliografia di cui ci siamo serviti è la seguente: *Dicionário de literatura portuguesa*, ed. Álvaro Manuel Machado, Lisboa, Presença, 1996; *Dicionário do Romantismo literário português*, ed. Helena Carvalhão Buescu, Lisboa, Caminho, 1997; Teófilo Braga, *História do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880; G. Carlo Rossi, *A literatura italiana e as literaturas de língua portuguesa*, Porto, Telos, 1973.

storiche, essi non solo assistettero ma parteciparono attivamente ai grandi cambiamenti che tra Settecento e Ottocento erano in atto su più fronti: sul piano letterario, essendo stati tra i primi ad aderire al pensiero e all'estetica romantici; sul piano politico e sociale, sostenendo, chi più, chi meno apertamente,²² idee liberali e rivolte alla lotta per la conquista di un'unità e un'indipendenza nazionali.

Sembra essere proprio quest'ultimo aspetto la causa principale dell'enorme interesse letterario e traduttologico di cui fu oggetto Manzoni nel Portogallo e nel Brasile del XIX secolo. In quest'epoca di stravolgimenti sociali e di battaglie a favore della democrazia, la letteratura era considerata innanzitutto uno strumento per dar voce al genio nazionale, ispirato dall'impegno morale e politico. Una concezione tipicamente romantica che troviamo perfettamente sintetizzata in Pinheiro Chagas²³, per il quale la poesia è l'angelo custode delle nazioni che, sentendo i dolori e le passioni che affliggono gli uomini, scende dal cielo per dettare loro strofe che parlano di libertà, fratellanza, amore per la patria. In Italia, l'angelo consolatore della poesia era sceso per prestare la sua voce a un popolo oppresso dalla tirannia austriaca, a una

Terra che l'oro
porta, costretta, allo straniero, è schiava²⁴

²² L'impegno sociale e il pensiero politico di Manzoni emergono principalmente nelle sue odi civili (*Marzo 1821, Il proclama di Rimini, Aprile 1814 e Il cinque maggio*), composte tutte nel 1821, un anno segnato dalla morte di Napoleone e dalle insurrezioni piemontesi finalizzate all'ottenimento di una costituzione e dell'indipendenza dall'oppressione austriaca. Il liberalismo manzoniano si presenta tuttavia indissolubilmente legato a una forte componente religiosa e provvidenzialista tutta personale, caratteristica comunque molto apprezzata dal pubblico ottocentesco, che vedeva in questo austero raccoglimento il ritorno a una fede restaurata, più interiore, poetica e idealizzata.

²³ Manuel Joaquim Pinheiro Chagas, *Ensaio critico*, Porto, Casa da Viuva Moré, 1866.

²⁴ Alessandro Manzoni, *Aprile 1814, Tutte le poesie (1812-1872)*, vv. 38-39.

Si capisce quindi quanto il Romanticismo italiano, così strettamente legato all'impegno civile e alle lotte risorgimentali, infervorasse gli animi e destasse un forte entusiasmo al di fuori della penisola.

A corroborare tale tesi, si aggiunga la periodizzazione delle traduzioni dell'ode in lingua portoghese. Pur considerando il lieve ritardo con cui *Il cinque maggio* fu pubblicato a causa della censura austriaca a cui venne sottoposto, vediamo che la prima traduzione in lingua straniera, ad opera del Goethe, è datata al 1822, appena un anno posteriore alla composizione dell'originale. Le versioni portoghesi di cui abbiamo notizia, al contrario, si inscrivono in un arco compreso tra il 1857 e il 1910, dunque più avanti nel tempo, ciò che potrebbe essere messo in relazione al periodo di sconvolgimenti socio-politici che vissero sia l'Italia che le due nazioni lusofone, e che portarono da un lato all'unità e alla liberazione del nostro Paese dal giogo austriaco, e dall'altra all'ottenimento di una costituzione liberale e poi di una repubblica.

Riassumendo, il significativo numero di traduzioni del *Cinque maggio* che si registrano nel Portogallo e nel Brasile del XIX secolo sembrano spia non solo di un generale interesse per la letteratura italiana del tempo, ma anche e soprattutto del fascino esercitato dall'epopea italiana del Risorgimento e dagli scrittori che vi presero parte grazie alla loro fervente attività letteraria. Si spiega quindi perché sia il Manzoni politicamente e socialmente *engagé* che riconosciamo nelle odi civili ad essere stato tanto letto e tradotto nei due Paesi.

Al sentimento di ammirazione verso un Paese in lotta per l'indipendenza e l'unità nazionale, si aggiungano poi il mito dell'Italia, penisola soleggiata nonché patria di Dante e di Petrarca, e soprattutto il fascino esercitato dal suo idioma, per la sua musicalità e armoniosità, la lingua "del bel paese là dove 'l sì suona".

APPENDICE

Il cinque maggio

(Alessandro Manzoni)²⁵

Ei fu. Siccome immobile,
Dato il mortal sospiro,
Stette la spoglia immemore
Orba di tanto spiro,
Così percossa, attonita
La terra al nunzio sta,

Muta pensando all'ultima
Ora dell'uom fatale;
Né sa quando una simile
Orma di piè mortale
La sua cruenta polvere
A calpestar verrà.

Lui folgorante in solio
Vide il mio genio e tacque;
Quando, con vece assidua,
Cadde, risorse e giacque,
Di mille voci al sonito
Mista la sua non ha.

Vergin di servo encomio
E di codardo oltraggio,
Sorge or commosso al subito
Sparir di tanto raggio;
E scioglie all'urna un cantico
Che forse non morrà.

Cinco de Maio

(traduzione di J. Ramos Coelho)²⁶

Foi; já não é; qual gelido,
Sem voz, sem movimento,
Ficou seu corpo exanime
Orphão de tanto alento,
Assim ferida, attonita,
Co'a nova a terra está,

Muda na hora ultima
Do homem fatal pensando;
Nem sabe se outro egregio
Virá, como elle, e quando
Seu pó, de sangue humido,
Como elle, pizará.

Brilhante o viu no solio
O genio meu; cahido
Depoi;, depois no imperio;
Depois emfim vencido;
E do universo ao fremito
Sua voz unir não fez.

Virgem de servo encomio
E de covarde insulto,
Acorda ao sol esplendido,
Tão de repente occulto,
E solta á morte um cantico,
Que é do porvir talvez.

²⁵ *Tutte le poesie (1812-1872)*.

²⁶ Si riporta qui una delle versioni ad opera di J. Ramos Coelho. Cfr. J. Ramos Coelho, *Lampejos*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1896, pp. 93-98. Punteggiatura, diacritici e grafia appartengono all'originale.

Dall'Alpi alle Piramidi,
 Dal Manzanarre al Reno,
 Di quel sicuro il fulmine
 Tenea dietro al baleno;
 Scoppiò da Scilla al Tanai,
 Dall'uno all'altro mar.

Fu vera gloria? Ai posterì
 L'ardua sentenza: nui
 Chiniam la fronte al Massimo
 Fattor, che volle in lui
 Del creator suo spirito
 Più vasta orma stampar.

La procellosa e trepida
 Gioia d'un gran disegno,
 L'ansia d'un cor che indocile
 Serve, pensando al regno;
 E il giunge, e tiene un premio
 Ch'era follia sperar;

Tutto ei provò: la gloria
 Maggior dopo il periglio,
 La fuga e la vittoria,
 La reggia e il tristo esiglio;
 Due volte nella polvere,
 Due volte sull'altar.

Ei si nomò: due secoli,
 L'un contro l'altro armato,
 Sommessi a lui si volsero,
 Come aspettando il fato;
 Ei fe' silenzio, ed arbitro
 S'assise in mezzo a lor.

E sparve, e i dì nell'ozio
 Chiuse in sì breve sponda,
 Segno d'immensa invidia

Dos Alpes ás Pyramides,
 Do Rheno ao Manzanares,
 Raio, o veloz relampago
 Seguiu, rasgando os ares;
 Troou de Scylla ao Tanais,
 De um mar a outro mar.

Foi verdadeira gloria?
 Aos tempos a sentença;
 Nos do Senhor curvemo-nos
 Á potestade immensa,
 Que n'elle quiz a maxima
 Sua obra apresentar.

O procelloso e trepido
 Prazer de uma alta empreza,
 A ancia de um peito indomito
 Que sonha a realenza,
 E a ganha, e alcança um premio
 Que era loucura esp'rar.

Tudo provou; a gloria
 Maior depois do p'rigo,
 A fuga e a victoria,
 O throno e o exilio imigo.
 No pó duas vezes, prospero
 Duas vezes sobre o altar.

Appareceu; dois seculos,
 Um contra o outro armado,
 Para elle olharam timidos,
 Como aguardando o fado;
 Calae-vos disse; e arbitro
 Entre ambos se foi pôr.

Despareceu; e em ocio,
 Findou, longe do mundo,
 N'uma ilha, alvo continuo

E di pietà profonda,
D'inestituibile odio
E d'indomato amor.

Come sul capo al naufrago
L'onda s'avvolge e pesa,
L'onda su cui del misero,
Alta pur dianzi e tesa,
Scorrea la vista a scernere
Prode remote invan;

Tal su quell'alma il cumulo
Delle memorie scese!
Oh quante volte ai posteri
Narrar se stesso imprese,
E sull'eterne pagine
Cadde la stanca man!

Oh quante volte, al tacito
Morir d'un giorno inerte,
Chinati i rai fulminei,
Le braccia al sen conserte,
Stette, e dei dì che furono
L'assalse il sovvenir!

E ripensò le mobili
Tende, e i percossi valli,
E il lampo de' manipoli,
E l'onda dei cavalli,
E il concitato imperio
E il celere ubbidir.

Ahi! forse a tanto strazio
Cadde lo spirito anelo,
E disperò; ma valida
Venne una man dal cielo,
E in più spirabil aere
Pietosa il trasportò;

Da inveja e dó profundo,
De inextinguível odio,
E de indomado amor.

Qual sobre a fronte ao naufrago
Se enrola e cae pesada
A vaga, d'onde o misero,
Co'a vista, alta, alongada,
Buscava emtorno, ávido,
Praia longinqua em vão,

Tal n'aquell'alma o cumulo
Tombou de mil memorias.
Oh! quanta vez aos posteros
Tentou narrar suas glorias,
E nas eternas paginas
Cahiu sem força a mão!

Oh ! quantas no fim tacito
De um dia sem proveito,
No chão o olhar fulmineo,
Os braços sobre o peito,
Inteiro o seu preterito
Viu de repente erguer.

Lembrou as tendas moveis,
O acometter dos vallos,
Do aço o brilho tremulo,
As ondas dos cavallos,
E o concitado imperio,
E o prompto obedecer.

Ai! á tamanha magoa
Cedeu talvez afflicto
e desesperou; mas valido
Braço desceu bemdicto,
E para outro ar mais limpido
Piedoso o transportou;

E l'avviò, pei floridi
Sentier della speranza,
Ai campi eterni, al premio
Che i desideri avanza,
Dov'è silenzio e tenebre
La gloria che passò.

Bella immortal! benefica
Fede ai trionfi avvezza!
Scrivi ancor questo, allegri;
Che più superba altezza
Al disonor del Golgota
Giammai non si chinò.

Tu dalle stanche ceneri
Sperdi ogni ria parola:
Il Dio che atterra e suscita,
Che affanna e che consola,
Sulla deserta coltrice
Accanto a lui posò.

E pelas sendas floridas
O conduziu da esp'rança
Ao campo eterno, ao premio
Que mais que o anhelô alcança,
Onde é negror, silencio
A gloria que passou.

Fé immortal, benefica.
De palmas bella e ufana,
Colhe mais esta; alegre-te,
Que nunca outra mundana
Grandeza egual do Golgotha
Á affronta se humilhou;

Exulta; e o resto inanime
Preserva da maldade;
Quem mata e abre os tumulos,
Quem pune e tem piedade,
Deus, no seu leito funebre
Ao pé se lhe assentou.

NOTA SOBRE GARIBALDI E AS *CAMISAS IDEOLÓGICAS*

CARLOS LOURES*

Giuseppe Garibaldi, um homem que teve um papel decisivo na unificação da Península itálica, foi considerado, tal como Giuseppe Mazzini e o Conde de Cavour, *Pai da pátria italiana*. Porém, uma outra designação lhe é atribuída, a de *Herói dos dois mundos*, pois além da sua intervenção em Itália foi um mítico combatente na América do Sul. Na chamada Guerra Grande do Uruguai, em 1842, foi nomeado capitão da armada uruguaia que se batia contra as forças do governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas.

Em 1843, durante a defesa de Montevideo, criou a Legião Italiana que se distinguiu pelas suas berrantes *camisas vermelhas*. A Legião teve um papel decisivo, impedindo a tomada de Montevideo pelas tropas do presidente uruguaio Manuel Uribe. Garibaldi combatera já no Brasil ao lado dos farrapilhas na Guerra dos Farrapos. Em 1846, obteve rotundas vitórias nas batalhas de Cerro e de San Antonio. Tudo isto é sabido, mas podemos perguntar porque usavam os seus voluntários camisas vermelhas.

* Poeta, romancista e ensaísta, foi editor das Publicações Alfa. De entre as suas obras poéticas, contam-se *Arcano solar* (1962), *A voz e o sangue* (1967, que lhe valeu seis meses de prisão), *A poesia deve ser feita por todos* (1970), *O cárcere e o prado luminoso* (1990, com prefácio de Manuel Simões). Em prosa, publicou *Talvez um grito* (1985, Prémio *Diário de Notícias*), *Mão incendiada* (1995), *A sinfonia da morte* (2008), e tem no prelo um quarto romance, *O Xadrez sem Mestre*.

Foi a Raúl Leal, o poeta do *Orpheu*¹, que ouvi pela primeira vez a versão de que as camisas vermelhas de Garibaldi tinham nascido de uma casualidade. Falávamos dos ícones simbólicos do fascismo – a saudação romana, as camisas, a idolatração da juventude. Estavam também o António José Forte, o Virgílio Martinho e mais alguns dos frequentadores habituais. O poeta José Carlos Gonzalez, que cantava bem, em voz baixa trauteou a *Giovinezza* e depois cantou o *Cara al sol*. O *Lá vamos, cantando e rindo*, não foi necessário, todos o conhecíamos. Isto terá sido num domingo de 1960. Um de nós falou no Futurismo de Marinetti como movimento genético do fascismo. Raúl Leal estaria com os seus 74 anos, muito lúcido e com uma prodigiosa memória, mas também muito surdo. Alheado da conversa, foi quando ouviu a palavra Futurismo que deu atenção. E tendo um de nós dito que lera e relera o *Manifesto* sem encontrar referências aos rituais litúrgicos adoptados por Mussolini, Leal, não sabendo explicar por que terá sido o negro escolhido pelos fascistas, falou no carácter casual das camisas vermelhas. Garibaldi comprara-as por atacado a um comerciante de Montevideu que as destinava a um matadouro de Buenos Aires. Eram vermelhas para não se notarem as manchas de sangue das rezes.

Nunca tínhamos ouvido aquela explicação. Muitos anos depois, num verbete de uma das enciclopédias que coordenei, vi a mesma explicação, mas com mais pormenores. Garibaldi ter-se-ia cruzado com o comerciante de roupas a meio do La Plata, e, vendo o lote de camisas, comprou-o, pagando mais do que o matadouro de Buenos Aires. Numa biografia de Garibaldi, escrita por Andrea Viotti, encontrei uma versão

¹ Raúl Leal (1886-1964) foi um dos elementos do movimento futurista em Portugal, ao lado de Guilherme Santa-Rita, Mário de Sá-Carneiro e Fernando Pessoa. Correspondeu-se, em 1917, com Filippo Tommaso Marinetti, comungando de muitas das suas ideias e divergindo relativamente a outras, como prova a correspondência entre ambos encontrada nos papéis de Fernando Pessoa

um pouco diferente. Mas, sendo a única minimamente sustentada de que disponho, transcrevo-a:

Anzani chegou a Montevideo no mês de Julho de 1843. Pôs imediatamente em marcha as suas excelentes capacidades organizativas, transformando a Legião através do sistema de despedir os oficiais incompetentes. Deu-lhe também um uniforme e uma bandeira próprios. Compreendeu que, embora os uniformes não façam, em princípio, bons soldados, eles são, no entanto, necessários. Mas a legião carecia de fundos. Este seria sempre, com efeito, um problema para os garibaldinos. Nunca houve um exército tão esfarrapado, coçado e desalinhado! Por sorte, uma empresa de Montevideo que fabricava camisas vermelhas para os talhantes de Buenos Aires viu-se forçada, devido à guerra, a vender todo o seu *stock*. Eram túnicas folgadas, nada elegantes, que chegavam quase aos joelhos. Mas era melhor do que nada e, com um pouco de imaginação, até podiam ser consideradas um uniforme. Esta foi, portanto, a origem das famosas camisas vermelhas – origem mais prosaica e que nada teve a ver com as conotações psicológicas e políticas que mais tarde viriam a assumir. A nova bandeira mostrava o monte Vesúvio em erupção, sobre um fundo negro².

Anzani é Francesco Anzani³, e nesta versão de Andrea Viotti terá sido ele e não Garibaldi quem negociou com a empresa

² Andrea Viotti, *Garibaldi. The Revolutionary and His Men*, Dorset, Blandford, 1979, trad. do autor.

³ “Nato ad Alzate (Como) l’11 novembre 1809, rimase presto orfano, e per cura dello zio Giuseppe, parroco del paese, fu posto prima nel seminario di Castello, sopra Lecco, poi, nel ‘26, nel collegio di Gorla, donde passò (biennio 1829-30) al liceo di Como. [...] A questi anni (nel ‘28 risulta assente dal collegio di Gorla per malattia) dovrebbe collocarsi la partecipazione dell’Anzani alla lotta greca per l’indipendenza, in cui sarebbe stato ferito: ne accenna genericamente in una lettera al fratello Giuseppe (da Montevideo, 17 giugno 1847). Iscrittosi alla fine del ‘30 al corso di matematica dell’università di Pavia, non terminò il biennio. Lo si ritrova esule in Francia, dove sembra partecipasse al moto insurrezionale di Parigi del 5-6 giugno ‘32. Si trasferì poi nel Portogallo, e si arruolò sotto il nome di Ferrari tra i Volontari di Oporto, contro don Miguel, meritandosi una medagli [...] Nel 1838 l’Anzani rimpatriò per una missione politica, ma, sbarcato a Genova, fu arrestato dalla polizia sarda [...] fu poi costretto a libertà vigilata in Alzate. Chiesto il passaporto per l’America, partì il 21 aprile

uruguaia a compra das túnicas vermelhas que desencadeariam, no século seguinte, a moda de tão trágicas conotações.

Para melhor compreendermos a aceitação das camisas vermelhas como uniforme, é preciso ter em conta a tipologia geral dos uniformes e equipamentos militares da época. As fardas berrantes existiam por vários exércitos europeus. Só em 1870 houve um primeiro alarme – os franceses marcharam para a guerra com a Prússia com dolmanes azuis e calças vermelhas. Há quem associe a derrota fulminante que os prussianos lhes infligiram ao facto de serem alvos perfeitos para as suas modernas espingardas de repetição. A Guerra Civil Americana (1861-1865) fora um primeiro sinal de que guerra e folclore são coisas diferentes. Os uniformes do Sul, de um azul claro acinzentado e discreto, anunciavam já os cuidados que iriam existir no futuro próximo. Os do Norte, azuis escuros, já estavam mais desadequados. A viragem ter-se-á dado devido à evolução do armamento, nomeadamente das espingardas. Precisamente durante a Guerra Civil Americana, verificou-se um grande incremento na indústria de guerra, com o aparecimento de espingardas e carabinas de repetição, com recarregamento mecânico, cartuchos impermeáveis, metálicos. A que viria a seguir, Winchester 44, por exemplo, seria quase uma lenda. As armas de percussão davam lugar a outras que disparavam doze tiros por minuto, com um alcance muito superior e com dispositivos ópticos

1839, e sbarcò in Brasile a Rio Grande do Sul. S'impiegò in una impresa commerciale, a San Gabriele; ma presto schieratosi coi Farappas contro l'imperatore del Brasile, si batté eroicamente al comando della fanteria di Juan Antonio. A San Gabriele si legò d'amicizia con Garibaldi; quando questi partì per la repubblica di Montevideo, lasciò il comando dell'esercito all'Anzani, che lo tenne fino all'accomodamento della questione riograndese. Si riunì poi a Garibaldi, che si era schierato in difesa della libertà uruguaiana, e che durante l'assedio di Montevideo aveva costituito una Legione Italiana, affidandone il comando all'Anzani, che accettò nel luglio 1843", *Dizionario Biografico degli Italiani*, direttore Raffaele Romanelli, www.treccani.it/biografie (2010).

que permitiam pontarias certeiras. Túnicas vermelhas teriam sido, no último quarto do século XIX, uniformes suicidas.

Seria interessante empreender aquilo que não cabe nas dimensões deste pequeno trabalho, uma hermenêutica da simbologia fascista, para resposta à pergunta que alguém naquele Domingo fez na mesa do *Gelo*, muito perto da *mesa do Buíça*, o porquê das *camisas ideológicas* do século XX⁴. Os fascistas apoderaram-se da simbologia garibaldina que, na sua origem, tinha mais a ver com os ideais dos *communards* do que com o lirismo operático dos *camicie nere*. O fascínio dos fascistas pela morte, como ficou patente durante a lição magistral de Unamuno, foi sugerido por alguém, na tal conversa no *Gelo*⁵, para justificar a escolha do negro para as suas camisas⁶. Na Guerra Civil de Espanha, nas Brigadas Internacionais, houve um Batalhão Garibaldi. Do lado dos falangistas existiu também uma formação denominada *garibaldina*. Lembro que seria a 52.^a Brigada Garibaldina da resistência italiana que, em 27 de Abril de 1945, prenderia Benito Mussolini. Seguiu-se a sua execução sumária e o fuzilamento ao lado de Clara Petacci. Garibaldi e as camisas vermelhas são, pois, mitos tutelares da História de Itália.

Hoje, *as camisas ideológicas* ostentam cores discretas e etiquetas como Armani, Dolce & Gabbana, Colcci, Gucci, Lino Villaventura, Valentino... Nelas, o sangue das reses também passa despercebido.

⁴ Os primeiros a inspirarem-se nas camisas vermelhas dos garibaldinos foram os *camisas negras* do partido organizado por Benito Mussolini. Outros se seguiram: na Alemanha nazi, as camisas pretas foram destinadas às SS (Schutzstaffel), a guarda pessoal de Hitler. As SA (*Sturmabteilung*) usavam camisas castanhas. Os fascistas da União Britânica de Fascistas, de Oswald Mosley, optaram também pelo negro. Nos Estados Unidos, o *führer* local, William Dudley Pelley, escolheu as *Shirts Silver* (camisas prateadas) para a sua Legião de Prata da América. O azul foi a cor preferida por numerosos partidos e formações paramilitares de extrema direita: a Falange Española, de José Antonio Primo de Rivera, os *Blueshirts* irlandeses, de Eoin O'Duffy, para o seu Army Comrades Association, os *Blueshirts* da organização canadiana Canadian

National Socialist Unity Party, os franceses do Solidarité Française e do Parti Franciste, bem como os chineses da Sociedade das Camisas Azuis. No México, os fascistas locais usaram camisas douradas. O Movimento Integralista Brasileiro, de Plínio Salgado, adoptou camisas verdes. Em Portugal, como sabemos, a cor das organizações *patrióticas* foi também o verde, usado pela Legião Portuguesa e pela Mocidade Portuguesa. Rolão Preto, no seu movimento *nacional-sindicalista*, seguiu Itália e as suas *camisas negras*.

⁵ Em 12 de Outubro de 1936, durante uma sessão solene na sala de actos da Universidade de Salamanca, Miguel de Unamuno, seu reitor, pronunciou um vigoroso discurso contra as atrocidades que se estavam a cometer na guerra desencadeada em Julho pela sedição franquista. O general Millán Astray, que entretanto chegara à frente de um grupo de soldados, exigiu que a palavra lhe fosse concedida. Alguém gritou *¡Viva la muerte!*. Unamuno fez então uma intervenção brilhante em defesa dos valores éticos da Humanidade. Fora de si, Millán gritou, *¡Muera la inteligencia!* Unamuno concluiu: “Éste es el templo de la inteligencia! ¡Y yo soy su supremo sacerdote! Vosotros estáis profanando su sagrado recinto. Yo siempre he sido, diga lo que diga el proverbio, un profeta en mi propio país. Venceréis, pero no convenceréis, porque convencer significa persuadir, y para persuadir necesitáis algo que os falta: razón y derecho en la lucha. Me parece inútil pedirlo que penséis en España”.

⁶ Uma hipótese colocada por um amigo italiano a quem pus a questão é a de que a inspiração da cor negra tenha sido motivada pelo facto de o pai de Mussolini, que lhe deu o nome de Benito em homenagem ao estadista mexicano Benito Juárez, ter ideias anarquistas. Como se sabe, a cor negra é a cor adoptada pelo movimento anarquista, desde que Louise Michel, cerca de 1880, propôs a bandeira negra como símbolo do movimento.

ECOS NA IMPRENSA PORTUGUESA

O surgimento das ideias liberais em Portugal assinala um esforço de renovação cultural que se estende até à crise da I República. Poder-se-á falar numa história das ideias e da cultura que seguiu o binário conflituoso entre o ideário da modernidade e o viés conservador. Políticos, filósofos, literatos, religiosos, historiadores e jornalistas conferiram substância à constante tensão entre o princípio tendencialmente democrático da representatividade e do sufrágio e o princípio monárquico e tradicionalista. Mas o século XIX veio também redimensionar a medida de tempo na História Contemporânea. As reduzidas unidades de tempo e o seu alcance curto assumiram cada vez mais importância para a explicação dos fenómenos históricos. Ganhou assim pertinência a utilização do jornal enquanto instrumento social que considera o ritmo, a textura e a temperatura da sociedade. Em Portugal, a sua passagem ao formato diário responde à necessidade de acompanhar a cadência dos factos sociais.

É no contexto da luta de ideias e da sua proeminência enquanto elemento nuclear para a divulgação de determinadas percepções da mundividência que se propõe uma leitura das repercussões de dois eventos internacionais na imprensa portuguesa: a constituição da República Romana de 1849 e a Unificação de Itália. São acontecimentos que originaram inflamadas polémicas no âmbito dos círculos políticos oitocentistas, contrapondo e reflectindo concepções ideológicas e práticas sociais muito diversas. Revisitar o impacto das

réplicas oriundas da Península itálica permite-nos, sobretudo, entrar no epicentro do combate político e cultural, das expectativas, e perspetivar o duplo esforço efectuado pelos periódicos portugueses junto da opinião pública: informar e formar clientelas políticas.

A Nação, periódico católico, conservador e de tendência legitimista, e *A Revolução de Setembro*, preconizador da linha de esquerda liberal, posteriormente inflectindo mais para o campo moderado, são os órgãos de comunicação seleccionados. O primeiro estudo recorre à análise dos editoriais, um género jornalístico que se presta, muito particularmente, à interpretação idiossincrática da realidade. Já a reflexão sobre o processo de Unificação de Itália privilegia outros espaços de informação e opinião que não apenas os editoriais. Considerando que os diários de Lisboa apresentam diferenças ao nível do formato, da linguagem e das modalidades enunciativas, o esboço do esquema hermenêutico alarga o exame, neste caso, a telegramas noticiários e narrativas elaboradas a partir de informação proveniente de outros jornais europeus.

A disseminação de determinadas perspectivas políticas e religiosas é aqui encarada como elemento constitutivo do conceito de cultura. Deste ideário antagónico decorre o condicionamento social das ideias. Como refere Edward Said, a cultura transforma-se na moldura que diferencia nós e os outros, não sem um frequente grau de xenofobia. E, entendida como uma *fonte de identidade*, constitui um universo através do qual vários princípios, políticos e ideológicos, entram em relação uns com os outros, podendo mesmo “transformar-se num verdadeiro campo de batalha sobre o qual diversas causas se manifestam à luz do sol” (*Culture and imperialism*, New York, Vintage Books, 1993, intr.).

M. G.

C. C.

ENTRE A APOLOGIA E DISSENSÃO. A REPÚBLICA ROMANA DE 1849 NA IMPRENSA PORTUGUESA

MARCO GOMES*

A Revolução Francesa inspirou, como é sabido, profundas rupturas no quadro político e social europeu, ao mesmo tempo que lançou as sementes das convulsões que haveriam de explodir em meados de Oitocentos. Este viés temporal, definido por Hobsbawm¹ como “o mais revolucionário meio século da história até então registado”, alterou a textura do conhecimento humano e colocou em marcha movimentos que lutaram contra as autocracias e a falta de representação política dos cidadãos. De carácter liberal, democrático e nacionalista, os processos revolucionários adquiriam amplitude em 1848 e clamaram, no contexto de crise económica, por uma nova ordem que diminuísse iniquidades.

A República Romana de 1849 enquadra-se neste contexto. Inspirada pelas novas ideias liberais, a experiência democrática durou cinco meses (9 de Fevereiro a 3 de Julho de 1849) e assinalou uma “fractura decisiva entre o Papa enquanto

*Marco Gomes (Santarém, 1978) é mestre em História das Ideologias e Utopias Contemporâneas, tendo publicado em 2009 o livro *Comunicação política na revolução de Abril (1974-1976)*. Actualmente, é bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX), com um projecto de doutoramento sobre a análise, através da imprensa, do impacto do 25 de Abril em Itália.

¹ Eric Hobsbawm, *A era das revoluções. 1789-1848*, Lisboa, Presença, 1978, p. 403.

Soberano temporal e os seus súbditos”². Os Estados Pontifícios organizaram-se politicamente para viver sem o chefe do catolicismo³, adoptando princípios como a independência do poder espiritual e a liberdade de culto. Apesar de forte oposição, Roma foi derrotada pelo exército francês. Áustria, Espanha e o Reino das Duas Sicílias⁴ juntaram-se à iniciativa beligerante que visava restituir a autoridade papal. Mazzini foi a grande inspiração política da República e Garibaldi o símbolo da resistência.

As mutações provocadas pelo meio *século revolucionário* incidiram igualmente sobre os domínios da ciência, da cultura e da comunicação. Portugal não passou à margem dessas tendências comutáveis. O surgimento do Estado Liberal, do espírito romântico e a necessidade de participar na vida pública – o designado *espírito público* – influíram sobremaneira na atmosfera comunicacional. O auditório português, ainda restrito, também testemunhou a eclosão da nova etapa na relação entre a mensagem do jornal e o destinatário. A imprensa tornou-se um meio de sociabilização, instrumento de combate político e de formação ideológica⁵.

O objectivo desta reflexão consiste em combinar estas duas dimensões da novidade oitocentista, confrontando espaços

² Federico Curato, “Il 1848 italiano ed europeo”, in *Nuove questioni di storia del Risorgimento e dell’unità d’Italia*, Milano, Marzorati, 1961, pp. 691-692. Cf. *Dizionario del Risorgimento nazionale. Dalle origini a Roma capitale. Fatti e Persone*, Milano, Vallardi, vol. I, 1931, pp. 891-915.

³ Pio IX fugiu para Gaeta em novembro de 1848. A República formou uma Assembleia Constituinte com base no contributo popular e aprovou várias medidas anticlericais. A Constituição romana figurava entre as mais avançadas da Europa, promovendo um estado laico, conferindo liberdade de culto e abolindo a pena de morte. Cf. Domenico Demarco, *Una rivoluzione sociale. La Repubblica romana del 1849 (16 novembre 1848-3 luglio 1849)*, Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1992.

⁴ A intervenção limitou-se aos Estados Pontifícios. Apenas os franceses combateram Roma.

⁵ Sobre a importância da imprensa na formação da ideologia, ver Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, Torino, Einaudi, 1975, pp. 2257-2276.

distintos mas temporalmente contemporâneos. Pretendemos, pois, analisar as repercussões da República Romana na imprensa portuguesa, procurando, sobretudo através dos editoriais, deconstruir a moldura interpretativa (*frame*) veiculada por dois dos mais proeminentes órgãos do panorama jornalístico português do século XIX, *A Revolução de Setembro* e *A Nação*⁶. Ou seja, discorrer acerca do elemento que confere sentido, segundo Goffman, às situações construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos, pelo menos os sociais, e o nosso envolvimento subjectivo neles⁷, não deixando de estabelecer os vínculos entre as instâncias enunciadoras e as correntes de opinião que lhes estão associadas.

A IDEOLOGIA AO SERVIÇO DA OPINIÃO PÚBLICA

Qual a pertinência dos eventos italianos para a opinião pública portuguesa? Trata-se de um acontecimento que envolveu directamente a autoridade máxima do mundo católico. Esse motivo bastava para que *A Nação*, defensor da Igreja Católica, redobrasse a sua atenção: “A questão romana não tem para nós o mesmo interesse que outra qualquer. Roma significa muito mais que Paris, Madrid ou Viena. [...] Roma é a sede da suprema direcção do Papado, e esta questão interessa a todo o orbe católico”⁸. A interpretação dos factos longínquos revelou-se importante para cimentar a posição ideológica do periódico no plano interno, vinculando os interesses dos portugueses às ocorrências da península itálica: “Aqueles estados não pertencem ao Papa, são da cristandade. Ali não residem os interesses de um só povo, [...] contêm os interesses do mundo cristão”⁹.

⁶ *A Revolução de Setembro* (1840-1892) e *A Nação* (1847-1889) foram os jornais portugueses com maior longevidade no século XIX.

⁷ Erving Goffman, *Frame Analysis. An Essay on the Organization of Experience*, Boston, Northeastern University Press, 1986, pp. 10-11.

⁸ *A Nação*, n.º 544, 20-7-1849, capa,

⁹ *A Nação*, n.º 613, 10-10-1849), capa.

A insurreição romana anunciou ainda a vitalidade e afirmação das forças revolucionárias. Significou a vitória da liberdade e dos princípios democráticos que também enformaram, em Portugal, a Revolução de 1836, acontecimento que inspirou *A Revolução de Setembro* e ao qual foi buscar o nome. A constituição da República Romana conferiu ao periódico de António Rodrigues Sampaio¹⁰ mais um argumento para a defesa das liberdades democráticas, das ideias humanitárias e da legitimidade revolucionária. Possibilitou a identificação de Portugal e Roma com os povos pequenos, unidos no combate contra os opressores e os inimigos estrangeiros.

Apresentando um posicionamento ideológico oposto, os dois órgãos de Lisboa vestiram a indumentária do testemunho político-partidário, *A Nação* de tendência legitimista e *A Revolução de Setembro* associado à linha da esquerda liberal triunfante em 1836¹¹. Aliás, foi a partir da insurreição de 9 de Setembro que se assiste, mais consistentemente, ao alargamento da participação política das populações, ao maior interesse pelas questões do regime político, à existência de uma comunicação mais regular e diversificada que, extravasando as fronteiras da formalidade, coloca-se ao serviço da disseminação de ideias¹². Foram os jornais, como refere José Tengarrinha¹³, que por esta altura mais contribuíram para cumprir esta missão, enquanto “um dos principais factores de abertura e dinamização do espaço público politizado” e elemento nuclear de organização da vida política, de supressão das carências afectas aos grupos políticos.

¹⁰ António Rodrigues Sampaio assumiu a direcção do jornal em 1844.

¹¹ Depois da Regeneração (1851), o jornal inclinou para posições mais moderadas de orientação progressista regeneradora. Ver José Miguel Sardica, “A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração”, *Análise Social*, 32 [1.º], n.º 140, 1997 [Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa], pp. 747-777.

¹² José Tengarrinha, *Imprensa e opinião pública em Portugal*, Coimbra, Minerva, 2006, passim.

¹³ *Ib.*, pp. 157- 158.

O papel sempre mais activo ao nível da promoção e organização das correntes de opinião, com os limites que esta eficácia comporta em meados de Oitocentos, permitiu à imprensa influenciar a agenda política dos governos e a *temperatura* da opinião pública. No entanto, seguindo as concepções de Almeida Garrett¹⁴, este esforço deveria privilegiar a formação e orientação de opiniões esclarecidas enquanto pilar basilar da sociedade liberal. Devido às suas características, os jornais estavam em melhor posição para desempenhar essa função. Cidadãos elucidados conferiam mais solidez ao sistema político. Garrett rejeitava ser levado pela “estupidez da massa ignorante, tão inábil para conceituar de um princípio, como para lhe calcular ou observar as consequências”. Era na “porção ilustrada da população” que residia a legítima consciência da pátria, fundamental para o sistema de governo e administração¹⁵. A noção de *classe média* afigura-se indispensável para compreender o pensamento garrettiano.

O jornalismo português do século XIX actuou, como é óbvio, em conformidade com o indissociável axioma da história da imprensa, desde sempre dialecticamente interligada com as variegadas formas de governação e acção política. A Revolução Francesa e as suas duradouras réplicas conferiram substância a esta regra de ouro do periodismo. E não é por acaso que a República Romana se preocupou rapidamente

¹⁴ Almeida Garrett, *Carta de guia para eleitores*, Lisboa, Veja, 2005, pp. 26-27. Cf. José Augusto dos Santos Alves, “Almeida Garrett e a opinião pública em Portugal na terceira década do século XIX”, *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 14, 2002 [Lisboa: Universidade Nova de Lisboa], pp. 203-217.

¹⁵ Como nota José Tengarrinha, importa enquadrar estas noções no tempo. Diferente do sentido actual, o vocábulo *democracia* era entendido, na altura, como a voz anárquica da multidão. Muitos correligionários de Garrett rejeitavam esta *democracia*, o que não quer dizer que não se empenhassem na democratização do regime liberal, tal como hoje entendemos a democracia (*Imprensa e opinião*). Garrett insistiu na promoção da consciência política dos cidadãos. Só assim era possível, segundo ele, criar uma opinião pública habilitada a interpretar as ideias veiculadas pelos grupos geradores de crença política. Os jornais constituíam a correia transmissora desses círculos políticos.

em publicar o seu jornal oficial, o *Monitore Romano*, cujo número inaugural saiu a 30 de Janeiro. Concluído o ensaio democrático, os franceses logo trataram de substituí-lo pelo *Giornale di Roma*, estando o primeiro número datado de 6 de Julho, três dias após a queda da República.

INFORMAR, ESCLARECER E CATIVAR. PERCEPÇÕES DISTINTAS DO MESMO ACONTECIMENTO

A partir da frequência e extensão dos editoriais, das notícias – comentadas – elaboradas com base em informação de jornais estrangeiros e da correspondência proveniente da península itálica, podemos concluir ter sido bastante relevante o impacto dos eventos italianos na agenda de *A Nação* e *A Revolução de Setembro*. Os jornais convergiram, desde meados de Abril, na crítica – muito enfatizada – à intervenção militar francesa, salientado o carácter ambíguo e contraditório das disposições de Luís Napoleão em relação ao futuro de Roma e ao restabelecimento da autoridade papal. O cenário de guerra que devastava, progressivamente, a Europa foi encarado como periclitante ameaça à estabilidade política e surgiu como referência transversal aos editoriais analisados.

Individualizando as repercussões do conflito romano, é possível identificar vários planos de tendência na argumentação de cada um dos órgãos de comunicação. *A Revolução de Setembro* insistiu, naturalmente, em defender a legitimidade da República e a acção dos revolucionários. “Em Roma não há só um papa de menos, há também uma república de mais, e um governo que a quer sustentar. Por isso os bens que usufruía a Igreja reverterem ao estado a quem de direito pertencem [...]”, assim começou o editorial de 20 de Março, ocupando duas colunas e meia das três disponíveis, na capa. O texto deu origem a uma intensa querela com *A Nação* em redor da questão da propriedade dos bens eclesiásticos, da administração do território e das liberdades públicas. Argumentava *A Revolução* que o governo dos Estados Pontifícios havia sido

“miserável”. Os cardiais usavam “indecorosamente” as suas riquezas, os campos mantinham-se incultos, as cidades repletas de vadios, o catolicismo alimentava-se do esplendor das suas festas, o ruinoso estado das finanças apenas encontrava em Portugal um semelhante. Tudo isto havia apressado a revolta contra – como sustentava – a omnipresença de um catolicismo que não precisava da servidão de nenhum povo¹⁶.

Mesmo na hora da capitulação, não se coibiu de sublinhar a vitória moral de Roma: “A república romana é já uma epopeia. [...] A sua guarda é o anjo da democracia”¹⁷. Criticou a intervenção estrangeira na península e os intentos destabilizadores que a norteavam. Não restavam dúvidas quanto à finalidade do jugo inimigo: impedir a independência de Itália.

Sem deixar de reprovam a actuação de Pio IX e do clero romano em relação à utilização da religião enquanto instrumento político, revelou-se bastante cáustico quando comentou a situação político-social francesa e a política externa. O país vivia mergulhado em convulsões sociais e as pretensões monárquicas eram incompatíveis com a II República. Em relação a Roma, “A irmã matara a irmã. A mãe matara a filha”¹⁸. A acção beligerante, sublinhava *A Revolução*, havia provocado manifestações populares em Paris, inflamados debates no âmbito da política interna francesa e colocado os poderes públicos em conflito.

Acusou o executivo de Napoleão III de nunca esclarecer qual o verdadeiro objectivo da acção militar na capital dos Estados Pontífices. Um sinal da contradição da sua política que ficou bem patente quando a Assembleia Nacional francesa lançou um voto de censura ao governo, depois de tomar conhecimento do desaire do exército liderado pelo general

¹⁶ *A Revolução de Setembro*, n.º 2104, 20-3-1849, capa.

¹⁷ *A Revolução de Setembro*, n.º 2160, 29-5-1849, capa.

¹⁸ *A Revolução de Setembro*, n.º 2135, 28-4-1849, capa.

Oudinot às portas de Roma, durante a primeira ofensiva. Segundo o periódico, a iniciativa francesa estava envolta em neblina porque a sua finalidade primeva remetia para a salvaguarda das liberdades constitucionais em Itália, “a liberdade do povo romano, nenhuma influência na sua forma de governo. [...] A aproximação do exército era sempre para libertar o povo romano”¹⁹. Em Roma permanecia o sentimento de que a expedição respondia a uma missão de observação contra os austríacos. Por outro lado, os franceses haviam declarado explicitamente que não iam restaurar o papa²⁰.

O resultado final foi, porém, totalmente contrário ao princípio que ditara a intervenção. Escrevia *A Revolução*: “O general Oudinot aclamara o papa contra o que tinha proclamado, e restabeleceu as jurisdições eclesiásticas contra o que tinham prometido na câmara os ministros da república”²¹. Interpretando alguns despachos de Nicolas Oudinot, não hesitou em afirmar que as tropas francesas pelejavam o governo romano pelo mesmo princípio que combatiam os socialistas em Paris. O triunvirato de Mazzini – referia o general – era obra do partido vermelho. E, sendo inimigo do vermelho em França, o governo de Luís Napoleão só poderia declarar guerra à mesma cor em toda a parte²².

O jornal concluía que a França, movida por interesses políticos, se deslocara a Itália para impedir que a Áustria resolvesse a questão sozinha. O espírito democrático estava destruído. Principalmente porque a Assembleia Nacional, apesar de reconhecer que a matriz inicial da expedição havia sido desvirtuada e as resoluções falsificadas, transmitira a confiança ao governo de Napoleão, permitindo que este saísse do imbróglgio criado de cabeça erguida.

¹⁹ *A Revolução de Setembro*, n.º 2227, 21-8-1849, capa.

²⁰ *Ib.*

²¹ *Ib.*

²² *A Revolução de Setembro*, n.º 2157, 25-5-1849, pp. 2-3.

O papa regressou à *città eterna* apenas quando recebeu garantias de não interferência nos assuntos da Igreja. Até Abril de 1850, julgou insuficientes as condições para exercer as suas funções. Roma estava ocupada pelo exército francês. A moldura constitucional de restauração da jurisdição eclesiástica constituiu o último capítulo através do qual a imprensa se esforçou para esclarecer a opinião pública portuguesa. Pio IX prometeu reformas, por *motu proprio*, em conformidade com as disposições emanadas pelo governo francês – amnistia geral, secularização da administração, legislação francesa (Código Napoleónico) e um governo de tendência liberal. Não esquecendo a permanência da supressão da liberdade de imprensa e as deportações (“a Roma francesa é mais escrava que a Roma dos padres”), *A Revolução de Setembro* logo levantou a voz contra as deliberações estrangeiras, corroborando as resistências do papa: “Se restabeleceram o seu poder temporal, é um absurdo querer torna-lo dependente. Se tem poder, deixem-no ser livre. Se querem pôr condições, ajustassem-nas primeiro”²³. E quando escarpelizou o teor das exigências não teve dúvidas em afirmar que se tratava do restabelecimento da República Roma. A pergunta era inevitável: “Para que derrubaste Mazzini?”²⁴.

Sobre a questão que encerrou uma história destinada a perpetuar a influência francesa no coração da península italiana, *A Nação* não olhou aos seus valores católicos e desaprovou a atitude do papa em ceder às pretensões de Luís Napoleão: “Os anti-revolucionários não podem fiar-se num governo que ataca a independência dos governos legítimos da Itália e que quer ditar condições como se fosse o dono da Itália”²⁵. Afirmou que o Sumo Pontífice caíra no erro de, por um lado, ceder às exigências e, por outro, desejar resistir às

²³ *A Revolução de Setembro*, n.º 2227, 21-8-1849, capa.

²⁴ *A Revolução de Setembro*, n.º 2253, 20-9-1849, capa.

²⁵ *A Nação*, n.º 597, 21-9-1849, capa.

mesmas. Relembrou que, antes de despoletar a insurreição romana, já tinha levantado sérias dúvidas quanto aos intentos liberalizantes de Pio IX. O resultado – salientava – veio pouco tempo depois com a demagogia e a intolerância revolucionária. Diante da hesitação de papa, A Nação apontou novo erro político com base na concessão ao espírito reacionário francês²⁶.

Efectivamente, poucas nuances em todo este processo foram do agrado do periódico. E por isso bateu-se pelos seus ideais na convicção de representar a corrente de opiniões católica e legitimista. Como já referimos, a expedição francesa foi consistentemente censurada desde o início. O conteúdo dos fundamentos preconizados – ambiguidade, duplicidade política – não diferiu muito do discorrimento apresentado por *A Revolução de Setembro*. A reprovação avolumou-se quando o general tornado chefe anunciou a liberdade aos romanos, ocultando o nome do papa. Pouco depois, os republicanos, forasteiros, pregadores da liberdade tomavam Roma e destruíam a República. *A Nação* escreveu que era impossível estabelecer harmonia entre os mandatários franceses e o governo pontífice²⁷. Havia sempre defendido que a Áustria detinha mais legitimidade para realizar a acção militar em Roma. Até porque era fundamental um império austríaco forte para contrabalançar a influência francesa na península itálica.

O desagrado pelas posições de Pio IX em relação às ordenações de Paris não minimizou, porém, o empenho de *A Nação* na defesa e apologia do catolicismo e da autoridade papal. Reclamando maior atenção para os assuntos do clero português, reiterou os vínculos que uniam Portugal ao mundo cristão e atacou a leviandade (principalmente de *A Revolução de Setembro*) com que eram tratados os assuntos da Igreja:

²⁶ *A Nação*, n.º 613, 10-10-1849, capa.

²⁷ *A Nação*, n.º 597, 21-9-1849, capa.

“Que significa um Papa de menos em Roma? É isto que *A Revolução* deveria ter pensado antes de escrever aquelas palavras, que são um verdadeiro escândalo”²⁸. Elogiou também a recusa dos sacerdotes em votar na Assembleia Constituinte da República, definindo o gesto como um acto de coragem.

O tom mais efusivo, irónico e corrosivo dos enunciados esteve sempre presente quando a *questão romana* foi abordada. Três propósitos nortearam o esforço narrativo de *A Nação*: desqualificar a República e os protagonistas, vincular os seus leitores à luta anti-revolucionária que devastava os governos legítimos e a Europa; e combater os pontos de vista de outros órgãos de comunicação que disseminavam concepções ideológicas dissonantes. Sobre a experiência democrática impulsionada por Giuseppe Mazzini e seus correligionários, recaíram aviltadas considerações: bando de facciosos despóticos, manipuladores da soberania popular; *punhado de ímpios, cruéis e ferozes demagogos de barrete vermelho* cuja finalidade, assente em desmesurada ambição, se centrava no engrandecimento pessoal – “Subir é o grande princípio, não descer a primeira das necessidades. [...] A opinião pública sabem eles traduzir sempre de modo de que nunca seja prejudicial ao seu interesse pessoal”²⁹.

Era, pois, uma República preocupada em perpetuar pública e impunemente todos os delitos, dos incêndios e roubos aos assassinios de sacerdotes e insultos aos bispos, da usurpação à corrupção e violência de correspondência particular. O jornal lembrou que os revolucionários saudavam a liberdade de imprensa e de pensamento ao mesmo tempo que não davam notícia de todas as atrocidades que iam realizando. O ataque aos bens eclesiásticos figurou no topo das preocupações de *A Nação*, notando que a propriedade era, para os romanos, sinónimo de espoliação e a delapidação o meio

²⁸ *A Nação*, n.º 388, 5-1-1849, capa-p.2.

²⁹ *A Nação*, n.º 406, 29-1-1849, capa.

governativo. O editorial de 16 de Março, a três colunas, comentou eloquentemente o decreto romano do Ministério da Fazenda: “Parece que as irrisoriamente denominadas ideias de *progresso* não podem coexistir com as ideias religiosas. [...] Quer sejam *liberais* os seus apóstolos, ou se apelidem de *republicanos*, tudo o que cheira a Igreja atrai a sua raiva ou a sua fome”³⁰.

Advogou que, em virtude das loucuras e dos crimes revolucionários, o problema romano tornava-se impossível de resolver sem o recurso às armas. Outra significativa formulação prendeu-se com a necessidade de traçar o quadro evolutivo das forças revolucionárias e os perigos que estas representavam. Dizia o periódico que a Europa atravessava uma fase gravíssima, sendo necessário opor a *solidariedade salvadora* à *solidariedade revolucionária*. Chamou a atenção dos estadistas para que não pensassem que existiam revoluções que não o eram, ou ilegitimidades que serviam de apoio a legítimidades. E constatou que os governos legítimos haviam, por vezes, caído no erro de atribuir aos povos um carácter revolucionário. Ideia logo desmistificada: “Nenhum povo é revolucionário porque nenhum homem é suicida”³¹. A avaliação global impunha, segundo *A Nação*, a deconstrução das diversas máscaras com que a revolução, não raras vezes, se apresentava: religiosa, nacionalista, reaccionária, republicana ou monárquica. Porém, no final, destacou que se tratava de um período transitório, efémero, e que era “necessário descer à arena e aceitar o duelo”³².

A (IN)COMUNICABILIDADE DA ORATÓRIA ESCRITA

Ainda longe dos postulados deontológicos associados à imprensa independente ou de informação, *A Nação* e *A*

³⁰ *A Nação*, n.º 444, 16-3-1849, capa.

³¹ *A Nação*, n.º 536, 11-7-1849, capa-p. 2.

³² *A Nação*, n.º 573, 24-8-1849, capa.

Revolução de Setembro cumpriram a tarefa de transmitir a mensagem dos grupos políticos que lhes serviam de referência. Os editoriais analisados privilegiaram a eficácia da acção política, o exercício da autoridade institucional, legitimando estratégias e orientando a formação da opinião. Os espaços dedicados às notícias discorreram sobre eventos e actores sem a obrigatoriedade de os estruturar num todo coerente. Em consonância com as noções de Almeida Garrett, os jornais procuraram *publicitar* uma determinada percepção do mundo social. E empregaram uma linguagem caracterizada pela prosa oratória, irónica, violenta, metafórica, triunfalista, de tom panfletário e impregnada de chavões doutrinários. Este era o quadro normativo que regia a actividade da imprensa e do jornalismo. Deve, por isso, ser interpretado à luz do seu tempo e não como um esforço para restringir as subjectividades expressas.

A adesão do auditório aos fundamentos invocados constitui a finalidade nuclear do exercício persuasivo. A comunicação argumentativa visa, por um lado, conservar e conquistar o assentimento intelectual e, por outro, instigar à acção. Ou, em última análise, criar uma tendência para a acção³³. Os periódicos seguiram a dimensão *ilocutória* dos actos de fala³⁴, expondo valores, anunciando soluções e determinando arquétipos de interpretação que enformam a realidade apreendida. Mas todo o processo de persuasão implica partilha e reconhecimento dos códigos dos enunciados. Coloca-se então a questão, em meados de Oitocentos, da penetração da mensagem, frequentemente hermética devido à, ainda, limitada politização do espaço público e exiguidade do auditório. Mesmo apesar dos notáveis progressos e transformações que se verificaram a partir, principalmente, da terceira década do

³³ Chaïm Parelmen, *O império retórico. Retórica e argumentação*, Lisboa, ASA, 1999, p. 31.

³⁴ John Austin, *How to do Things with Words*, London, Oxford University, 1978, p. 99.

século XIX, passando os jornais a representar “o centro da vida política e social”, em redor dos quais se agrupavam os leitores de acordo com as preferências ideológicas³⁵. Realidade, no entanto, mais visível nos centros urbanos. O que nos leva a concluir que a oratória escrita evoluiu numa espécie de areópago restrito e que o debate em torno da República Romana, não obstante o empenho de *A Nação* e de *A Revolução de Setembro*, se circunscreveu, de certa forma, à assembleia dos próceres ou aos cidadãos mais aptos para interpretar e redimensionar as mensagens.

³⁵ José Tengarrinha, *História da imprensa periódica portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1989, p. 205.

1860 - PRÓS E CONTRAS NELLA STAMPA PERIODICA PORTOGHESE

CARMINE CASSINO*

Pobre Itália! Chegou a tua vez. Agora saberás o que é a liberdade revolucionária¹

Dos caluniadores e falsários não fará menção a história; e Garibaldi é um nome, um vulto que pertence a ela²

Il 1860 è l'anno sostanziale dell'unità italiana, durante il quale si fecero i *fatti*. Si sviluppò quella dinamica di iniziative diplomatiche e militari che permisero al parlamento piemontese di proclamare il Regno e a Vittorio Emanuele di assumerne la guida sovrana nel marzo del 1861. Anno, quest'ultimo, che frequentemente assume valenza strategica nell'immaginario collettivo del Risorgimento, sebbene vi si tirino solamente e formalmente le somme dell'arduo lavoro svolto fino ad allora³.

Come viene seguito il 1860 risorgimentale dalle due testate principali che abbiamo voluto erigere a paradigmi dell'opinione pubblica portoghese del XIX secolo? Nel 1860

* Carmine Cassino (Lauria, 1980) è dottorando in storia contemporanea presso la Facoltà di Lettere dell'Università di Lisbona e conduce ricerche nell'ambito dell'Ottocento sull'impatto dei temi risorgimentali nella società portoghese dell'epoca. È vice-presidente dell'Istituto di Studi Storici per la Basilicata Meridionale, di cui si appresta a dirigerne la rivista specialistica.

¹ *A Nação*, 13, n.º 3640, 10-1-1860, p. 1.

² *A Revolução de Setembro*, 21, n.º 5598, 29-12-1860, p. 1.

³ Il 1861 dovrebbe più che altro essere ricordato per l'esplosione repentina nell'Italia meridionale di quel fenomeno di protesta contro un'unità malfatta o malinterpretata, conosciuto come *brigantaggio*, misto di contestazione sociale e rigurgito lealista, e che richiede al neonato stato italiano uno sforzo militare ben superiore a quello promanato in alcune note battaglie risorgimentali. Ma per anni una storiografia *ufficiale*, tenace-

A Revolução de Setembro, nonostante la costante attenzione alle questioni del liberalismo europeo, sembra privilegiare molto più il dibattito sulle questioni nazionali, a differenza de *A Nação*, particolarmente attenta all'evoluzione delle vicende europee (caso italiano e guerra ispano-marocchina). Bisogna, tuttavia, considerare che in quell'anno il Portogallo affronta le elezioni politiche⁴, per cui si spiega l'attenzione preponderante agli affari interni, comunque comune ad ambe le parti.

La convocazione (e il quasi immediato) annullamento del congresso europeo per la pace⁵ è il principale argomento d'analisi e preoccupazione con cui le due testate iniziano l'anno, dopo aver concluso il 1859 con la pubblicazione del celebre foglietto *O Papa e o Congresso*⁶, di cui, sulla stampa europea, si vociferava fosse autore l'imperatore francese Napoleone III, con l'intento di mettere alle strette il Pontefice innanzi all'opinione pubblica continentale sulla questione

mente retorica nella legittimazione di un processo non privo di contraddizioni, ha teso a marginalizzare il fenomeno (il cui epiteto, di per sé, costituisce un intento liquidatorio), restituendo alla coscienza popolare un'idea del 1861 quale anno di palingenesi nazionale.

⁴ Le elezioni hanno luogo il Primo gennaio del 1860, dopo l'approvazione della legge elettorale del 23 novembre 1859, che garantisce una rappresentatività più omogenea del territorio nazionale (incluso *l'Ultramar*) nella camera dei deputati (cfr. J. Mattoso, *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Estampa, 1994, pag. 127). Le consultazioni decretano l'affermazione del partito dei *Regeneradores*, potendo questi contare sul sostegno dei *Cartistas*. Si procede alla formazione dell'ultimo governo guidato dal Duque de Terceira (al secolo, António José Severim de Noronha), prima della sua morte avvenuta quello stesso anno.

⁵ Dopo la Prima Guerra di Indipendenza Italiana e la conseguente riorganizzazione politica ed amministrativa dei territori dell'Italia centro-settentrionale (ad esclusione del Veneto), annessi al Regno di Sardegna, massima è la tensione tra quest'ultimo e lo Stato della Chiesa. Le agitazioni indotte nei domini pontifici in Emilia e Romagna, occupati dall'esercito sardo-piemontese, e l'incerto accordo franco-austriaco sui destini degli stessi all'indomani di Villafranca, spingono le cancellerie europee verso la convocazione di un congresso che possa dirimere l'impasse. Il consenso è auspicato sia dal fronte filo-papale, il quale spera nella conservazione della sovranità pontificia su quei territori, sia dal fronte liberale, che ovviamente mira alla soluzione contraria.

⁶ *A Nação* ne dà notizia per la prima volta tra i "Despachos Telegráficos" del

del nuovo riassetto dell'Italia centrale⁷, che Pio IX rifiutava di recepire per via diplomatica.

A *Nação* promuove la campagna di convocazione del congresso europeo già all'indomani⁸ della II guerra di Indipendenza italiana⁹, conclusasi con la battaglia di Solferino e l'armistizio di Villafranca nel luglio del 1859. Il *pericolo rivoluzionario* è continuamente evocato. Si assiste a una difesa ad oltranza del dominio austriaco nei ducati dell'Italia centrale, e alla condanna delle sommosse filo-piemontesi che animano questi territori. Le eventuali prospettive plebiscitarie e il generale sostegno europeo all'annessione sono esecrate (e non senza un certo sarcasmo¹⁰).

Per questo giornale cattolico, però, fonte di massima preoccupazione è la situazione dei territori pontifici situati a nord del Lazio, di cui si subodora l'annessione al Regno di

29-12-1859 (12, n.º 3631, p. 1): "Paris, 23 [dicembre] – Apareceu um folheto com o titulo de *O Papa e o Congresso* no qual se proclama a necessidade de que se conserve a S. Santidade no poder temporal, mas impondo restrições a Roma e ao património de São Pedro. Os periódicos ingleses aprovam o dito folheto e dizem que o seu conteúdo prova que a França e a Inglaterra estão de acordo para defender os direitos dos italianos".

⁷ Leggasi l'ineludibile rinuncia ai territori pontifici dell'Italia centrale, al di fuori del Lazio, sconvolti da moti rivoluzionari e in cui il governo piemontese aveva già avviato la macchina dei plebisciti.

⁸ "Aprovámos a ideia; mas com a condição de se discutirem nesse congresso os direitos de todos os povos. Não fique esquecida a Polónia, que tem um passado glorioso e digno de a fazer lembrada sempre no mundo com respeito, como nação independente e livre. Não esqueça também este pequeno Portugal, cujas tradições não são de menor gloria, e que tem direito a existir emancipado dessa tutela vergonhosa, que se adornou com o titulo de quádrupla aliança" ("Boletim Político", 12, n.º 3528, 27-8-1859, p. 1).

⁹ Il conflitto vede opporsi l'Austria ad una coalizione franco-piemontese, così come definito nell'accordo strategico di Plombières siglato in gran segreto nel luglio del 1858 tra Camillo Benso di Cavour e Napoleone III.

¹⁰ "Uma correspondência de Londres dá como certo que os ministros darão todos a sua demissão, no caso da maioria do parlamento se mostrar desfavorável à anexação dos ducados ao Piemonte. Se efectivamente estão nesta resolução, terão que abandonar cedo, ou então há de sair a guerra, e não a paz do congresso; porque não se decidirão de certo por essa anexação as outras potências da Europa" ("Boletim Político", 12, n.º 3622, 17-12-1859, p. 1).

Sardegna. A tal proposito lancia una petizione¹¹ a sostegno del Papa e dello Stato pontificio, con uno stile di guelfismo redivivo, ma ben differente dal neo giobertiano. Infatti, non costituisce la difesa di una proposta politica unitaria che individui nel Pontefice una sintesi conciliatrice, o una guida morale, bensì è una perorazione *tout court* dello *status quo* territoriale e temporale, una manifestazione di *lealdade e respeito* pervicacemente conservatrice. Si tratta di una metaforica (e neppure troppo)¹² chiamata alle armi del mondo cattolico portoghese¹³, cui si invitano ad aderire altri giornali cattolici del paese¹⁴, caldeggiando la pubblicazione di appelli simili in difesa dell'autorità del Santo Padre, dei suoi diritti e dei suoi sudditi, in quanto “a boa causa da Egreja é de todos os católicos; só os que não os são, só os inimigos da Egreja e da ordem social poderiam recusar-se a prestar esta homenagem ao Pãe comum dos fieis”¹⁵. L'appello resterà in prima pagina per vari mesi¹⁶, riscuotendo un considerevole successo, testimoniato dall'invio di numerosissime lettere a sostegno, pubblicate dalla redazione assieme ai nomi delle migliaia di sottoscrittori¹⁷.

A Revolução de Setembro si schiera nettamente su posizioni filo-francesi, arrivando a pubblicare la lettera redatta da Napoleone III e indirizzata a Pio IX poco dopo la pubblicazione del foglietto *O Papa e o Congresso*, che tanto aveva turbato

¹¹ “Ao Senhor nosso Padre Santo, o Papa Pio IX”, *A Nação*, 13, n.º 3640, 10-1-1859, p. 1.

¹² “[...] irão a Roma portugueses aos milhares, cavaleiros da Cruz, como nos tempos das antigas cruzadas, para resgatarem e defenderem o património da Igreja”, *ib.*

¹³ “A Protestação que abaixo publicamos é de católicos: os que não sacrificam a Religião á politica, não poderão deixar de acompanhar a voz que se eleva até Roma”, *ib.*

¹⁴ Ad esempio: *A Atalaia Catholica* di Braga, *O Bem Público* di Lisbona, *O Catholico Terceirense* nelle Azzorre.

¹⁵ “Ao Senhor nosso Padre Santo, o Papa Pio IX”, *A Nação*, 13, n.º 3640, 10-1-1859, p. 1.

¹⁶ Non se ne ha più notizia a partire dal n.º 3868, 14, 15-10-1860.

¹⁷ Nel sommario in prima pagina del n.º 3867, 14, 13-10-1860, si dá conto del seguente dato, “Mais 205 assinaturas sobre 58,515 já publicadas”.

il Pontefice. La lettera è molto importante perché in essa è ben chiaro il sostegno dell'imperatore ad una soluzione filopiemontese della contesa *de quo*: “[...]confesso, com sincero pesar, e ainda que seja sensível à solução, que o que me parece mais conforme aos verdadeiros interesses da Santa Sé seria fazer o sacrifício das províncias sublevadas. Se o Santo Padre, em obséquio à paz da Europa, renunciasse a estas províncias, que de cinquenta anos para cá suscitam tamanhos embaraços ao seu governo, e que em troca exigisse das potências que lhe garantissem a posse do restante, não duvido um instante de sua reacção imediata à ordem”¹⁸.

La compagna ultramontanista de *A Nação* passa inoltre attraverso la pubblicazione in prima pagina¹⁹ della scomunica papale emanata contro gli invasori dei domini pontifici nell'Italia centrale, infedeli *de facto*, profanatori, usurpatori di quell'autorità che è provvidenza divina²⁰. *A Revolução de Setembro*, invece, snobba la notizia, senza pubblicare il testo e limitandosi a darne conto in poche righe. Tuttavia risulta interessante, nello stesso numero, un dubbio commento sull'eventualità di un'annessione piemontese del Regno delle Due Sicilie: “De Turim dizem [...] que ali houve uma reunião de emigrados napolitanos, na qual discutiram os meios de anexar o reino de Nápoles ao da Sardenha. Permita-se nós expender que este pensamento é quimérico; mas enfim, estamos na época do furor das anexações, que em outro tempo, e

¹⁸ “Carta do Imperador Napoleão ao Papa”, *A Revolução de Setembro*, 21, n.º 5315 de 19-1-1860 p. 2.

¹⁹ “Letras Apostólicas de N.P.S. Pio IX, Papa pela Divina Providência, nas quais se fulmina a pena de excomunhão maior aos invasores e usurpadores de algumas províncias do domínio pontifício”, 13, n.º 3722 de 20-4-1860 p. 1. La pubblicazione del testo della Bolla è così importante da relegare in un angolo il perpetuo rilancio dell'argomento della petizione, solitamente testo di apertura del foglio.

²⁰ “[...] esse governo [il piemontese] chegou a tal excesso de arrogância, que ousou, em prejuízo da igreja universal, tomar posse do governo temporal, cuja direcção foi entregue por Deus à santa sé que, como anteriormente expusemos, tem a missão de sustenta-la e conserva-la”, *ib.*

sob outras circunstâncias, se denominariam empolgações”²¹.

Alla vigilia della partenza dei Mille da Quarto l'imminente iniziativa garibaldina è ammantata di incertezza²². Su *A Nação* la partenza di Garibaldi (“o caudilho revolucionário”) e dei suoi uomini è annunciata, tardivamente, il 12 maggio²³ (dunque un giorno dopo l'effettivo sbarco a Marsala), mentre dell'approdo nella città lilibetana è dato conto solamente il 21 maggio²⁴. *A Revolução de Setembro* riesce ad anticipare la notizia nell'edizione del 20 maggio²⁵, dato che, a differenza de *A Nação*, può contare su un'edizione domenicale.

Il giornale cattolico si interroga sulle motivazioni ufficiali della spedizione e attribuisce a Garibaldi una *ma vontade* che avrebbe condotto l'avventuriero a sfidare la legittima indipendenza di Napoli contro la stessa volontà piemontese, il cui scetticismo sarebbe stato ben rappresentato dal Conte di Cavour, preoccupato da ulteriori complicazioni diplomatiche. È un leitmotiv che si è ripetuto nella storia, falsando in qualche modo la realtà dei fatti, e cui la stessa *Nação* termina tosto di dar credito, con amara ironia²⁶.

Le notizie sono poche, confuse e i giornali non riescono a gestirle, arrivando a notiziare cose inverosimili, sia sul nume-

²¹ “Boletim do Dia”, *A Revolução de Setembro*, 21, n.º 5389 de 19-4-1860, p. 1.

²² Si legge sull'edizione del 9-5 de *A Nação* (“Boletim Politico”, 13, n.º 3738, p. 1): “Em Paris não se acreditava que Garibaldi ousasse invadir a Sicília, nem que o governo piemontês lho permitisse. Todavia o modo, como as autoridades sardas se têm havido com relação ás últimas desordens da Sicília não autorizaram a confiar demasiadamente nas boas intenções do governo piemontês. A despeito [...] um despacho telegráfico de recente data anuncia que Garibaldi e o respectivo estado maior se preparava a partir para a ilha da Sicília”.

²³ “As últimas notícias dizem que Garibaldi [...] acabava de partir para a Sicília à frente de uma expedição armada” (“Boletim Político”, 13, n.º 3741, p. 1).

²⁴ “Noticias Extranjeiras”, *A Nação*, 13, n.º 3747, p. 3.

²⁵ “Garibaldi e Bixio comandaram os dois navios em que se embarcaram os expedicionários. Desembarcaram em Talancina, confins da Toscana e dos Estados romanos; tornaram a embarcar, saltando definitivamente em terra em Marsalla na Sicília” (“Boletim do Dia”, 21, n.º 4515, p. 1).

²⁶ “Pretendem alguns crédulos que o governo do Piemonte estigmatiza a ousada ten-

ro dei partecipanti alla spedizione (per *A Revolução de Setembro* sono 1400 nell'edizione del 13 maggio, per poi diventare 1800 il 17 maggio) sia sulla rotta della stessa: “corre que a expedição de Garibaldi fizera alguns pequenos desembarques na Romagna”²⁷. Come anticipato, entrambi i giornali difendono la tesi secondo cui il governo di Torino fosse contrario all'impresa di Garibaldi. Per esempio si legge su *A Revolução*: “[...] o governo Piemontês desaprova este procedimento, que não só é um acto de insubordinação, mas até de verdadeira traição”²⁸, “o governo Piemontês protestou como pôde contra este acto de Garibaldi, que dá azo a envolver o novo estado italiano em graves dificuldades”²⁹. È risaputo che Cavour inizialmente irride alla spedizione, considerandola velleitaria, salvo poi offrirne una lettura binaria. Caso avesse fallito, si sarebbe sbarazzato definitivamente dell'ingombrante figura di Garibaldi, caso contrario, il Piemonte avrebbe saputo trarre profitto dal suo successo³⁰, come poi avvenne (infatti il governo piemontese tenta di anettere la Sicilia già in giugno, solamente la dura presa di posizione del movimento democratico attivo sull'isola e dello stesso Garibaldi, riguardo la necessità di un voto popolare, assoggettano l'operazione allo svolgimento dei plebisciti, svoltisi in ottobre³¹). A tal proposito, seguendo le notizie che arrivano coi telegrammi, i redattori sono colti dal dubbio sull'effettiva volontà sabauda. Assodata ad esempio la notizia dell'approdo di Garibaldi in Toscana, *A Revolução* si interroga sull'istrionica posizione del governo Piemontese che, se da un lato condanna e proclama

tativa de Garibaldi; contudo em Turim abriu-se uma subscrição em favor da expedição que se dirigiu à Sicília, com o *humanitário* fim de libertar os estados do rei de Nápoles do ominoso jugo de Fernando II” (“Boletim Político”, *A Nação*, 13, n.º 3744 de 16-5, p. 1).

²⁷ “Boletim do Dia”, *A Revolução de Setembro*, 21, n.º 5414 de 19-5-1860, p. 1.

²⁸ *A Revolução de Setembro*, 21, n.º 5409 de 12-5-1860, p. 1.

²⁹ *A Revolução de Setembro*, 21, n.º 5411 de 15-5-1860, p. 1.

³⁰ Cfr. S. J. Wolf, *Il Risorgimento Italiano*, vol. II, Torino, Einaudi, 1981, pp. 682-690.

³¹ *Ib.*

opposizione alla spedizione di Garibaldi, dall'altro disponibilità i porti dei suoi domini³² per permetterne il rifornimento delle navi: “Segundo as participações de Turim [...] corria ali que os navios da expedição de Garibaldi tinham arribado à Toscana para completarem o seu aviamento, e que em seguida partia. Se esta notícia é verdadeira (e nós temos toda a razão de desconfiar a cada passo da veracidade dos telegramas) o governo Piemontês seria cego quanto aos movimentos de Garibaldi, apesar das suas providenciais que parecem contraria-lo”³³.

La diffidenza della condotta piemontese accompagna tutti gli eventi di questa estate che ridisegna le sorti del meridione, fino alla sua conquista, sancita dalla presa di Napoli³⁴ a settembre. L'arrivo in città di Garibaldi e il trionfo sostanziale³⁵ della missione garibaldina fanno emergere lo scoramento del giornale cattolico, il quale si proietta in presagi nefasti sulle sorti del nuovo Re d'Italia, usurpatore dei sovrani legittimi: “[...] Victor Emanuel reinará por muito tempo? Está ao serviço da Revolução, não podem ser nem longos, nem

³² Nel maggio del 1860 la Toscana faceva già parte del Regno di Sardegna, avendo formalizzato l'annessione con i plebisciti dell'11 e 12 marzo. Il doppiogiochismo cavouriano con i governi eruopei e col comando democratico è confermato dalle memorie del garibaldino Giuseppe Guerzoni (raccolte dal Carducci in una memorabile antologia) il quale, rimembrando i giorni dell'imbarco, così ne riveriva: “Già da tempo la Ioseph [una delle navi garibaldine] andava ricevendo a poco per volta delle casse misteriose, degli involti sospetti che avevano le più strane somiglianze di casse di munizioni e di involti di fucili, e di cui ogni polizia che non avesse rinunciato a tutti i cinque i sensi, come quella di quei giorni, avrebbe fiutato dieci miglia lontano il contrabbando. Era quello l'aiuto vero, e non ne scemo il valore, che Cavour dava alla spedizione: non vedere, non udire, non toccare. Senza quell'aiuto, non si partiva per la Sicilia; ma con quel solo aiuto, si poteva anche non arrivarci mai o non tornare più” (G. Guerzoni, “I Mille”, in G. Carducci (org.), *Lecture del Risorgimento italiano* 1749-1870, Bologna, Zanichelli, 1961, p. 458).

³³ “Boletim do Dia”, *A Revolução de Setembro*, 21, n.º 5413 de 17-5-1860, p. 1.

³⁴ “As ambições piemontesas propõem-se a tirar toda a vantagem de um estado de coisas por elas criado em proveito próprio [...] vêem-se os estados romanos incomo-

prósperos os seus dias; ou há de ceder à todas as exigências desta, ou não; no primeiro caso não será rei senão no nome, e nem esse mesmo nome conservará por muito tempo, no segundo pagará às mãos dos revolucionários o modo desleal como se portou para com os outros monarcas de Itália”³⁶.

La testata liberale, invece, sembra porsi una sola (retorica) domanda: “Têm os absolutistas que apresentar muitos exemplos em paralelo com Garibaldi?”³⁷.

L’anno scivola sulle cronache dell’assedio piemontese di Gaeta, tra dubbi e incertezze non riguardanti l’esito militare (alquanto scontato), bensì quello politico, che entrambi i giornali, sebbene partendo da due punti di vista differenti, non riescono a definire. Ma il dado è ormai tratto, il 1860 relega la sua storia negli archivi della memoria, ed è indubbiamente lo spirito ammonitore de *A Nação* ad offrire la chiosa più significativa: “[...] é preciso confessar que o ano de 1860 mais de que algum outro deu provas do que a revolução é, do que são os revolucionários”³⁸.

dados por todos os lados por bandos de invasores. E o Piemonte não é estranho a estas invasões: apesar dos protestos de mr. Cavour, é notório onde elas se tem preparado”, “Boletim Político”, *A Nação*, 13, n.º 3835, 6-9-1860, p. 1.

³⁵ La fuga di Francesco II da Napoli e l’ingresso di Garibaldi in città (in treno, e non a cavallo, come testimonia la statua dell’eroe nizzardo sita nell’omonima piazza della città partenopea, insolitamente *non equestre*) non segnano, di fatto, la resa ufficiale delle istituzioni borboniche. La battaglia continuerà per vari mesi prima nell’area del Volturno e poi nei pressi di Gaeta (nella cui fortezza si era rifugiato il deponso sovrano borbonico), teatro di un lungo ed estenuante assedio. La conclusione delle ostilità giungerà solamente nel febbraio del 1861, con la definitiva sconfitta dell’esercito napoletano e il trasferimento (su un battello francese) della famiglia reale borbonica a Roma, sotto la protezione del Pontefice.

³⁶ “Boletim Político”, *A Nação*, 13, n.º 3841, 13-9-1860, p. 1.

³⁷ “Boletim do Dia”, *A Revolução de Setembro*, 21, n.º 5512, 16-9-1860, p. 1.

³⁸ “O Ano de 1860”, *A Nação*, 14, n.º 3930, 31-12-1860.

BIBLIOGRAFIA DI RIFERIMENTO

a) Primaria

- *A Revolução de Setembro*, ed. resp. J. F. S. Castro, Lisboa, Typ. J.B. da A. Gouveia, anno 21 (1860), i seguenti numeri:

5301 (1/01) - 5309 (12/01) - 5320 (25/01) - 5330 (7/02) - 5339 (17/02) - 5305 (6/01) - 5315 (19/01) - 5389 (19/04) - 5414 (19/05) - 5409 (12/05) - 5411 (15/05) - 4515 (25/05) - 5598 (29/12) - 5413 (17/05) - 5512 (16/09).

- *A Nação*, ed. A. M. C. Lacerda Coronel, Lisboa, I.H.C. Semmedo, anni 12-13 (1859-1860), i seguenti numeri:

3528 (27/08/1859) 3622 (17/12) - 3631 (29/12) - 3640 (10/01/1860) - 3722 (20/04) - 3738 (9/05) - 3741 (12/05) - 3747 (21/05) - 3744 (16/05) - 3835 (6/09) - 3841 (13/09) - 3867 (13/10) - 3868 (15/10) - 3930 (31/12).

b) Secondaria

Campos, H. Ferreira Lima de, "Bibliografia portoghese del Risorgimento", *Rassegna Storia del Risorgimento*, 28, Roma, 1940.

Carducci, G. (a cura di), *Lecture del Risorgimento 1794-1870*, Bologna, Zanichelli, 1961.

Mattoso, J., *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Estampa, 1994.

Pereira, A. X. da Silva, *O jornalismo portuguez. Resenha chronologica de todos os periodicos portuguezes*, Lisboa, Typ. Soares, 1895.

Rossi, P., *Storia d'Italia dal 1815 al 1914*, Milano, Mursia, 1972.

Salvatorelli, L., *Pensiero e azione del Risorgimento*, Torino, Einaudi, 1963.

Salvemini, G., *Scritti sul Risorgimento*, vol. II, Milano, Feltrinelli, 1961.

Tengarrinha, J., *História da imprensa periódica portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, Caminho, 1989.

Id., *Imprensa e opinião pública em Portugal*, Coimbra, Minerva, 2006.

Woolf, S. J., *Il Risorgimento Italiano*, vol. II - *Dalla Restaurazione all'Unità*, Torino, Einaudi, 1981.

PROVE DI LIBERALISMO. MARIA PIA E UMBERTO DI SAVOIA NEL PORTOGALLO DEL 1862

MAURO LA MANCUSA*

Per il Portogallo, il 1861 si era chiuso tragicamente. L'11 novembre moriva, a soli ventiquattro anni, il re D. Pedro V, vittima di una febbre tifoide contratta durante un soggiorno di caccia in Alentejo. Contagiati dallo stesso male morivano anche i fratelli D. João e D. Fernando. Di cinque principi, rimanevano in vita soltanto D. Luís e D. Augusto (che pure era stato contagiato, ma riuscì a sopravvivere). Nonostante la diagnosi ufficiale, a palazzo e per le strade correavano ipotesi di avvelenamento “que o vulgo acreditou facilmente” e che diedero origine ai *tumultos de Natal*¹. Era in queste circostanze che D. Luís I, a soli ventitré anni, diventava re del Portogallo. Il nuovo re non era sposato. Il fratello era un adolescente e non si era ripreso del tutto dal contagio. Riappariva, così, lo spettro della crisi dinastica. A tal proposito, il parlamento approvò alcune leggi per regolare la successione in caso di morte senza eredi del sovrano, che a sua volta si affrettò a prendere moglie per assicurare la discendenza.

* Mauro La Mancusa (Messina, 1988) ha lavorato in quanto stagista del programma Erasmus placement, stabilito tra l'Università di Pisa e l'Università di Coimbra, presso l'Istituto di Studi Italiani di questa Università. Si occupa dei rapporti culturali tra Portogallo e Italia nell'Ottocento.

¹ Damião Peres, *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense/Porto, Livraria Civilização, vol. 7, pp. 357-360.

Il 1862 si apriva dunque con la ricerca di una regina. Ricerca in cui si incrociarono, com'era consueto, fattori di diversa natura, finché la scelta non ricadde sulla quindicenne Maria Pia di Savoia. La candidatura della principessa piemontese era stata caldeggiata fin da subito dal visconte di Sá de Bandeira, ministro della guerra nel governo del partito *histórico* di Loulé. A suo dire, rispetto alle altre opzioni, dall'apporto politico nullo o addirittura controproducente, la scelta di Maria Pia prometteva più di un beneficio. Innanzitutto, i Savoia godevano di grande popolarità tra i liberali portoghesi, che avevano seguito con entusiasmo l'impresa dei Mille e avevano fatto proprio, come vedremo anche più avanti, il mito del Risorgimento. Inoltre, il neonato Regno d'Italia appariva come un alleato prezioso per i destini del Portogallo negli equilibri internazionali. Sá da Bandeira, peccando forse di ottimismo, contava sulla reputazione del neonato Regno d'Italia presso le grandi potenze europee in vista di future dispute coloniali. Tuttavia la questione era ben lungi dall'essere chiusa. Se da un lato i Savoia erano ben visti dal governo liberale, non mancavano pareri contrari, come quello della regina Vittoria, motivato dalla giovanissima età della principessa e, più verosimilmente, dalla politica di Vittorio Emanuele II (e di Napoleone III). Il suo parere, oltre a smentire in parte Sá da Bandeira riguardo alla reputazione dei Savoia, dovette impressionare abbastanza D. Luís I, il quale seguì il consiglio della regina e chiese la mano di Teresa, arciduchessa d'Austria. Infine, in seguito al rifiuto dell'arciduca, si decise per Maria Pia e ne chiese e ottenne la mano, con buona pace della regina Vittoria. Questa non poté fare altro che commentare il fatto compiuto e rinfacciare al giovane re il brusco ripensamento².

² Luís Nuno Espinha da Silveira, Paulo Jorge Fernandes, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 37-42.

Il 4 settembre 1862, convocate le *Cortes Gerais Extraordinárias*, D. Luís I annunciava alle camere la propria decisione, sottolineando che l'unione con la principessa piemontese rinnovava “uma aliança que data da fundação da monarquia portuguesa”³. Con queste parole alludeva ai numerosi legami matrimoniali tra dinastie lusitane e casa di Savoia, che erano iniziati addirittura nel XII secolo con le nozze tra Mafalda di Savoia e Afonso Henriques, fondatore appunto della monarchia portoghese. I precedenti illustri del matrimonio furono ricordati anche da numerosi articoli, saluti e pubblicazioni celebrative che accompagnarono il periodo delle nozze.

Ancor prima dell'annuncio ufficiale, le voci sul matrimonio tra D. Luís e Maria Pia avevano ravvivato il dibattito sulle vicende italiane, che già da qualche tempo infiammava la stampa e l'opinione pubblica portoghese. Se, da un lato, il Portogallo liberale aveva fatto proprio il mito dell'Italia *redimida*, dall'altro la stampa cattolica e conservatrice aveva ingaggiato una battaglia contro Vittorio Emanuele II, colpevole di attentare al potere temporale del papato. *A Nação*, giornale cattolico e conservatore, con toni apocalittici e grande abbondanza di punti esclamativi, ritraeva l'Unità d'Italia come un'autentica rivoluzione che si sarebbe fermata solo con la “conversão da portentosa basílica de S. Pedro de Roma em templo da Deusa Razão”, e temeva la componente radicale del Risorgimento al punto da sostenere che “a revolução italiana é Mazzini e Garibaldi, a inteligênciã e o braço: o governo de Turim não é senão um acessório”⁴. Non va dimenticato che proprio nell'estate del 1862 l'iniziativa di Garibaldi e la giornata dell'Aspromonte avevano riproposto prepotentemente la *questione romana* anche in Portogallo. Date le premesse, è facile immaginare il parere di *A Nação*

³ *Diário de Lisboa*, n.º 200, 5-9-1862.

⁴ *A Nação*, 16-10-1862.

riguardo alla scelta di Maria Pia: “A princesa escolhida é filha dum excomungado. Isto diz tudo”⁵.

Ma c'è dell'altro. Agli occhi di *A Nação*, la popolarità presso i liberali portoghesi della casa di Savoia e del Risorgimento assumeva un significato che andava ben oltre la *questione romana* e riguardava un problema più specificamente portoghese: la questione dell'iberismo. Nella seconda metà dell'ottocento era tornata d'attualità l'idea della fusione con la Spagna, articolata in forme molto diverse (dall'unione dinastica al federalismo repubblicano, senza dimenticare l'internazionalismo socialista e altre utopie ecumeniche)⁶. A quest'idea si opponeva un deciso fronte nazionalista e anti-iberista, di cui faceva parte anche *A Nação*: “Que política é pois a que Portugal adopta com o Piemonte? Será a tão preconizada política das grandes monarquias? Será a da usurpação e roubo dos soberanos vizinhos, e da usurpação sacrílega dos Estados da Igreja?” e ancora: “O iberismo tem tomado diversas cores”⁷. Agli occhi di un giornale come *A Nação*, le annessioni dei Savoia erano una minaccia diretta per il Vaticano e indiretta per il Portogallo, in quanto la politica delle annessioni avrebbe potuto servire d'esempio ai liberali portoghesi. Questi ultimi, infine, venivano accusati di fomentare un iberismo monarchico solo temporaneamente, per poi dedicarsi a un più sovversivo iberismo repubblicano.

Di conseguenza, non sorprende la scelta dello stesso giornale di *boicottare* le nozze e le celebrazioni, limitandosi a un articoletto di poche righe: “Chegou ontem pelo meio dia à barra do Tejo a flotilha, que fora a Genova. Vinha acompanhada de quatro fragatas sardas e um vapor pequeno. Os festejos prosseguem segundo o programa. O povo vê e procura

⁵ *A Nação*, 15-7-1862.

⁶ Fernando Catroga, *Nacionalistas e iberistas, História de Portugal*, ed. José Mattoso, Lisboa, Estampa, s.d., vol. 5, pp. 563-567.

⁷ *A Nação*, 23-10-1862.

ver com curiosidade que é natural, e nada mais”⁸. Il tono dell’articolo colpisce, se si pensa che nelle stesse settimane “toda a imprensa liberal de Lisboa saúda hoje por um modo distintíssimo o régio enlace, e enche as suas colunas com a descrição dos festejos com que a capital da monarquia tomou singular parte nesse solene acto”⁹. Dai giornali liberali, infatti, abbiamo un resoconto dettagliato delle nozze e dei festeggiamenti. Il 20 settembre arrivava a Genova, con la *flotilha* portoghese, il primo ministro Loulé in qualità di plenipotenziario portoghese. Il 27 settembre, nella cappella reale di Torino, aveva luogo il matrimonio per procura. Il 28 Maria Pia salpava per il Portogallo, accompagnata dal fratello, il principe Umberto. Il 5 ottobre la flotta italo-portoghese entrava nel Tago e il 6 ottobre nella chiesa di San Domenico avveniva la ratifica del matrimonio.

Mentre a Lisbona si festeggiavano le nozze e il compleanno della regina, a Coimbra e a Oporto fervevano i preparativi per la visita del principe Umberto. Se la visita ad Oporto, ultima dimora di Carlo Alberto, era annunciata come “um dever pio e sagrado à memoria do seu augusto avô”¹⁰, ben più importante si rivelò il passaggio da Coimbra, per una serie di circostanze di cui il giovane principe doveva sapere poco o nulla.

Pinto Osório racconta che il principe era accompagnato nel suo viaggio da un certo “Miguel de Sá Nogueira, rapaz muito gentil, um dos estudantes (chamava-se o outro João Ferrão Castelo Branco) que, dois anos antes, haviam ido bater-se pela causa da independência e da unidade de Itália, entrando em fogo na batalha de Solferino”¹¹. Allo stesso episodio allude un articolo italiano, tradotto dal gior-

⁸ *A Nação*, 6-10-1862.

⁹ *Diário de Lisboa*, 9-10-1862.

¹⁰ *Diário de Lisboa*, 23-10-1862.

¹¹ Pinto Osório, *Lembranças da mocidade*, Porto, Empresa Literária e Tipográfica, 1907, p. 287.

nale portoghese *A Opinião* e riportato dal *Diário de Lisboa*, in cui si legge che il giovane portoghese in realtà non aveva fatto in tempo a battersi contro gli austriaci, essendo arrivato subito dopo l'armistizio di Villafranca¹². L'adesione di un giovane portoghese alla battaglia per l'indipendenza e per l'unità d'Italia è presentata da entrambe le fonti come una dimostrazione della *solidariedade* che i portoghesi, e in particolare gli studenti di Coimbra, provavano nei confronti dei popoli oppressi come la Polonia e, appunto, l'Italia¹³.

In effetti, l'attenzione alle vicende italiane caratterizza gli studenti di Coimbra prima, durante e dopo il 1862. Più che attenzione, è lecito parlare di entusiasmo, parola che ricorre costantemente nei memoriali. Infatti, se Eça de Queiroz parla di “largos entusiasmos europeus que logo adoptávamos como nossos, o culto de Garibaldi e da Itália redimida, a violenta compaixão da Polónia retalhada, o amor à Irlanda, a verde Erin, a esmeralda céltica, mãe dos Santos e dos Bardos, pisada pelo Saxónio!”¹⁴, Mariano Machado de Faria e Maia racconta che “Para aviventar o nosso ardor revolucionário, concorria a leitura assídua das obras de Proudhon, de Victor Hugo, de Daniel Stern, e mais que tudo o entusiasmo que sentíamos pela epopeia italiana, de que eram protagonistas Garibaldi e os seus camisas vermelhas”¹⁵. Infine, secondo João Machado de Faria e Maia, “todas as simpatias de Antero

¹² “Entusiasta pela causa italiana, veio de Lisboa na época da última guerra da nossa independência contra a Áustria, com a intenção de tomar parte na nossa luta, porém chegou quando acabava de ser assignado o tratado de Villafranca”. Curiosamente, nello stesso articolo si legge che Sá Nogueira era nipote del visconte di Sá de Bandeira, che tanto aveva sostenuto la scelta di Maria Pia (*Diário de Lisboa*, 13-11-1862).

¹³ “Houve dos denodados rapazes, que abandonaram os seus estudos para ir bater-se pela emancipação da Itália! E lá se bateram na batalha de Solferino! Era assim que então a mocidade compreendia e executava a solidariedade!” (Pinto Osório, *Lembranças da mocidade*, p. 25).

¹⁴ Antero de Quental, *In memoriam*, Porto, Mathieu Lugan, 1896, p. 485.

¹⁵ *Ib.*, p. 431.

e da mocidade daquele tempo, entusiasticamente garibaldina, em relação às indecisas questões italianas, convergiam assim naturalmente para a união e acção contra a propaganda autoritária, religiosa e catedrática, que em toda a parte procurava suscitare os mais decididos embaraços à unidade da Itália¹⁶, ovvero proprio la propaganda di *A Nação*. Lo stesso entusiasmo per l'Italia si ritrova in Antero de Quental, studente a Coimbra dal 1858 al 1864. Oltre a conoscere ed ammirare la cultura e la letteratura del nostro paese, Antero ne seguiva le vicende politiche e militari, a cui si riferiscono varie poesie (*À Itália, A Gennaro Perrelli*), prose politiche (*A Questão romana, A defesa da Carta Encíclica de Sua Santidade Pio IX*) e due lettere, corrispondenti a due avventurosi progetti di viaggio in Italia¹⁷.

Di questo mito risorgimentale a Coimbra è interessante ricercare le cause e, soprattutto, le conseguenze nella vita studentesca. Secondo Eça de Queiroz è evidente che gli studenti solidarizzassero con i polacchi, con gli italiani e con gli irlandesi poiché, come loro, si sentivano oppressi da un tiranno, il rettore dell'Università Basílio Alberto de Sousa Teles¹⁸. Ne

¹⁶ *Ib.*, p. 150.

¹⁷ Nella prima, del 1866, Antero invitava l'amico António de Azevedo Castelo Branco ad arruolarsi insieme a lui nei garibaldini. Nella seconda, del 1868, esortava Alberto Sampaio ad entrare addirittura nella guardia pontificia (Antero de Quental, *Cartas*, ed. Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, IN-CM, 2009, pp. 14-16, 109-110, 159-160).

¹⁸ Basílio Alberto de Sousa Teles fu rettore dell'Università di Coimbra tra il 1859 e il 1863. Malgrado il passato da combattente liberale, attirò fin da subito le critiche degli studenti per il conservatorismo formale e per la severità delle misure disciplinari. Tuttavia, la protesta della *Sociedade do Raio* va ben oltre la persona del rettore e s'inserisce nel contesto più ampio del dibattito per la laicizzazione e modernizzazione dell'università di Coimbra, che sembrava incompatibile con le nuove istituzioni liberali. Scrive Teófilo Braga: "Para resistir a todas as modificações do meio social desde o fim do século XII até ao fim do século XIX, a Universidade enquistou-se na sua Tradição: os hábitos clericais, as suas cerimónias ostentosas, as formas escolásticas das suas teses, os préstitos, os juramentos do immaculatismo no começo dos cursos,

consegue che, secondo Mariano Machado, “exaltados como estávamos, resolvemos, em quanto não podíamos actuar na sociedade portuguesa, reagir vigorosamente contra as praxes universitárias e a severidade do reitor, que nos submetia a uma disciplina arbitrária e injustificável”¹⁹. Il mito di Garibaldi e dei carbonari era più che mai presente quando, tra il 1861 e il 1862, Antero de Quental e alcuni altri studenti decisero di organizzarsi contro il *dispotismo universitário*, fondando una società segreta, la *Sociedade do Raio*²⁰.

Sono queste le circostanze per cui la visita di Umberto assunse fin da subito un significato speciale. Anche in questo caso, le testimonianze sono accomunate da una parola chiave: *ocasião*. Per la *Sociedade do Raio*, la visita del principe italiano era un’occasione imperdibile per uscire allo scoperto e manifestare, allo stesso tempo, l’appoggio all’Unità d’Italia e il dissenso con l’università e con il Portogallo conservatore²¹. Concretamente, il momento più propizio era il saluto

as Orações de Sapiência com todo o cortejo de inesgotáveis divagações dialécticas, dão-lhe um aspecto arqueológico precioso para quem investiga as épocas históricas” (*História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1902, vol. 4, p. 498). Altrettanto feroce il ritratto di Eça de Queiroz, che parla del rettore come “Um Czar de borla e capelo” e dell’università come una “opressão teocrática”, “ultra conservadora e ultra católica”, che si trasforma così in una “escola de revolução política” (*Antero de Quental. In memoriam*, pp. 489-490). Sul problema dell’istruzione nel Portogallo liberale: Luís Reis Torgal, *A instrução pública, in História de Portugal*, vol. 5, pp. 609-645.

¹⁹ Antero de Quental. *In memoriam*, p. 150.

²⁰ António Nóvoa, rifiutando letture “folcloristiche” che sminuivano il significato della protesta della *Sociedade do Raio*, ne ha messo in luce aspetti organizzativi e contenuti ideologici tutt’altro che trascurabili, soprattutto se rapportati all’età dei partecipanti. Vedi: “A Sociedade do Raio na Coimbra académica de 1861-63”, in *Universidade(s): História – Memória – Perspectivas*, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, 1991, vol. 3, pp. 277-320; “Em nome da liberdade, da fraternidade e da emancipação da Academia: um importante inédito de Antero de Quental redigido no âmbito das actividades da Sociedade do Raio”, in *Revista de História e Teoria das Ideias*, 13, 1991, pp. 231-269.

²¹ Scrive João Machado de Faria e Maia: “Em 22 de Outubro de 1862, a visita

ufficiale a Umberto. Per piegare il saluto ai propri scopi, la *Sociedade* doveva ottenere un'ampia rappresentanza nella commissione incaricata di redigerlo e declamarlo. Impresa tutt'altro che facile, se si pensa che questo onore era di solito riservato agli *ursos*, gli studenti premiati, mentre il *curriculum* accademico e disciplinare di Antero e di alcuni dei suoi era pessimo²². Tuttavia, alla cattiva reputazione si contrapponeva il grande ascendente che esercitavano su molti studenti che, seppur più moderati, dovevano condividere almeno in parte il loro disagio e avevano pertanto sposato la loro causa²³. Fu così che si ebbe una commissione formata prevalentemente da studenti iscritti alla *Sociedade* e presieduta dallo stesso Antero²⁴. Soltanto una simile commissione poteva trasformare l'elogio al principe straniero nel primo atto della battaglia al rettore e a tutto ciò che rimaneva dell'*ancien régime*, dentro e fuori l'università.

Il principe Umberto arrivò a Coimbra nel pomeriggio del 21 ottobre. Anche qui, l'attendeva l'entusiasmo dei liberali:

de Humberto (actual rei de Itália) veio fornecer mais uma ocasião para um pronunciamento liberal, quer contra as ideias ultramontanas e contra o Reitor, para quem Anthero apontava, como para um phantasma do passado, ao ler o seu discurso ao príncipe, quer a favor da Itália liberta" (*Antero de Quental. In memoriam*, pp. 150-151). Mariano Machado de Faria e Maia: "Outra ocasião houve, em que evidenciámos os nossos sentimentos revolucionários" (*ib.*, pp. 432-433). Teófilo Braga: "A visita do príncipe Humberto a Coimbra em 21 de outubro de 1862 deu ocasião a revelar-se esse espírito novo, que elevava esta singular geração académica" (*História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública* portuguesa, vol. 4, p. 489).

²² Antero, per esempio, nel 1862-1863 ripeteva il quarto anno, e già dal primo, nell'ambito di un processo accademico, era stato segnalato come studente "muito inferior" (Mário Brandão, "Antero de Quental estudante. Documentos", *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 23, 1957, p. 105). Tuttavia, della *Sociedade do Raio* e della commissione incaricata di redigere il saluto fecero parte anche studenti brillanti come José Falcão (Fernando Catroga, "José Falcão. Um lente republicano", *Biblos*, 52, 1976, pp. 275-303).

²³ Teófilo Braga ha descritto così l'influenza del gruppo di Antero sugli altri studenti: "por esse poder, tão pouco estudado, da sugestão mútua, alguns rapazes, uma minoria que pensava e idealizava, transmitiu a sua irradiação a cérebros vulgares,

“Coimbra vestiu-se de gala. [...] Não é ele indiferente a esta cidade ; não é para nós como qualquer outro viajante ainda que pertencente a família real. Por um lado é ele filho do libertador da Italia [...] por outro lado é ele irmão da nossa já adorada Rainha”²⁵. Lo stesso concetto si ritrova nei vari saluti ufficiali, accompagnato dai consueti riferimenti ai legami storici tra Italia e Portogallo. Quello della *Comissão municipal*, per esempio, accostava Carlo Alberto al re portoghese D. Pedro IV per la dedizione alla causa liberale, quello dell’*Academia Dramática*, invece, sottolineava l’affinità culturale e morale tra i due popoli, “irmãos pelas tradições gloriosas, irmãos por Colombo e Gama, irmãos por Camões e Tasso, Italianos e Portuguezes, eis-nos unidos agora em mais estreita aliança pelo enlace do Senhor D. Luís I com a Rainha a Senhora D. Maria Pia, e pelo amor às mesmas crenças”²⁶.

È evidente che questi testi non brillano per originalità. Tuttavia, se accostatati al saluto di Antero, ci permettono di apprezzarne maggiormente le peculiarità e di comprendere le reazioni che suscitò a Coimbra. Per esempio, se nei primi manca qualsiasi riferimento alla figura di Garibaldi, in quello di Antero l’Italia diventa “a pátria de Garibaldi”. Poche settimane dopo la giornata dell’Aspromonte, è difficile credere

levando-os pela imitação a lerem, a pensarem, a discutir sobre interesses mentais e morais” (*História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, vol. 4, p. 505).

²⁴ “Reuniu-se uma assembleia geral, no Teatro Académico, para ser nomeada a comissão, que havia de ir cumprimentar o príncipe italiano em nome da Academia. Contra a praxe de escolher só ursos (estudantes premiados) para essas comissões, conseguimos, pelas disposições que tomámos, calor e energia com que gritámos, eger Antero e, na quasi totalidade, rapazes do seu grupo” (Pinto Osório, *Figuras do passado*, Lisboa, 1815, p. 90). La commissione, oltre che da Antero de Quental, era formata da Antonio Bernardino Cerqueira Lobo, José Falcão, José de Sá Coutinho, Mariano Machado de Faria e Maia, Eduardo David e Cunha, Henrique de Macedo e José da Cunha Sampaio.

²⁵ *O Tribuno Popular*, 22-10-1862.

²⁶ *O Tribuno Popular*, 25-10-1862.

che l'assenza di riferimenti al generale italiano sia una semplice casualità. Forse più casuale, ma non per questo meno significativo, il fatto che nel saluto di Antero non si faccia alcun riferimento a Maria Pia e al matrimonio reale. Segnali di un tono non troppo riverente, riassunto dalla frase: "Não é ao representante da casa de Saboia que vimos prestar homenagem; é ao Filho do Primeiro Soldado da Independencia Italiana"²⁷. Con queste parole, Antero rifiutava esplicitamente il rispetto *incondizionato* per il principe. Questo andava guadagnato con le azioni, ed era soltanto in virtù delle azioni di Vittorio Emanuele II (e di Garibaldi) che Umberto veniva omaggiato. Teófilo Braga racconta che la frase "exercu um prestígio enorme, difundindo em Coimbra uma atmosfera de democracia"²⁸, e che lasciò sbigottito il principe. Scrive Mariano Machado, che faceva parte della commissione: "o príncipe perturbou-se, ruborizou-se e ficou confundido [...] era de ver a indignação que transparecia nas fisionomias de quase toda a comitiva do príncipe pelo nosso atrevimento, o qual só provocou em Cialdini e Pallavicini um mal reprimido sorriso que me pareceu muitíssimo benevolente"²⁹. Nello stesso saluto, Antero indicava (secondo alcuni, anche con lo sguardo o addirittura con un gesto) il rettore dell'università come un *fantasma do passado*. Infine, la sera, nel Teatro Academico, lo studente Fialho Machado leggeva una poesia di Antero in cui il Risorgimento diventava una parabola riv-

²⁷ Il testo completo del saluto, insieme ai nomi degli studenti in commissione, fu riportato da vari giornali, tra cui *O Tribuno Popular* e *O Conimbricense* del 25 Ottobre del 1862 e si trova in Antero de Quental, *Prosas sócio-políticas*, a cura di Joel Serrão, Imprensa Nacional, Lisboa, 1982, pp. 169-170. Sull'intero episodio, oltre alla Storia dell'Università di Teófilo Braga, è prezioso il capitolo sugli anni di Antero a Coimbra in José Bruno Carreiro, *Antero de Quental. Subsídios para a sua biografia*, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1981, 2.^a ed., vol. 1.

²⁸ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, vol. 4, p. 490.

²⁹ *Antero de Quental. In memoriam*, p. 433.

oluzionaria³⁰. La *Saudação ao Príncipe Humberto* si trasformava così nel primo atto della protesta della *Sociedade do Raio*. Poche settimane dopo, gli studenti abbandonavano la *Sala dos Capelos* durante il discorso del rettore e replicavano alle accuse con il *Manifesto dos estudantes da Universidade de Coimbra à opinião ilustrada do País*. La vicenda si sarebbe conclusa qualche mese dopo con le dimissioni del rettore.

Ottenuto l'obiettivo primario, la *Sociedade do Raio* si sciolse; tuttavia, l'episodio del saluto al principe Umberto, insieme agli altri momenti della contestazione studentesca, sarebbe rimasto a lungo nell'immaginario portoghese. Divisi da versioni discordanti, tra dimenticanze, esagerazioni e faziosità, i testimoni concordano soprattutto nell'attribuire a questo avvenimento grande importanza. Giocano un ruolo fondamentale il mito di Antero, il prestigio del principe straniero, l'orgoglio per la protesta studentesca e, ovviamente, l'immane *saudade* per gli anni da studente a Coimbra. Ancora oggi, il saluto al principe Umberto è un evento dal duplice interesse. Da una parte, è un momento decisivo nella storia dell'università di Coimbra e nella biografia di Antero de Quental, dall'altra, insieme alle nozze di Maria Pia, è uno dei tanti punti di contatto tra l'Italia del Risorgimento e il Portogallo liberale. Punti di contatto che, per la loro abbondanza, hanno già propiziato varie ricerche e probabilmente ne propizieranno molte altre.

³⁰ Anche la poesia, intitolata *Itália e Portugal*, fu riportata dal *Conimbricense* del 25 ottobre 1862. Appare, con un titolo diverso (*À Itália*), nella raccolta postuma *Raios de extinta luz*.

RISORGIMENTO, INSORGIMENTO, ANTERO (INGRESSOS À FELICITAÇÃO A UMBERTO DE ITÁLIA, 1862)

PAULO ARCHER DE CARVALHO*

RISORGIMENTO

O céu de Itália!...
esse céu tem, por sol, a liberdade!
Antero de Quental, *À Itália* (1862)

Victor Hugo na assembleia nacional francesa, em 1848, exigira a dissolução dos partidos políticos e a criação de *partidos sociais*. Mas os malogros da II República às mãos do presidente-rei Napoleão III, das Repúblicas Romana (de Mazzini, aclamada em Fevereiro de 1849), Toscana (de Guerrazzi e Montanelli), da insurreição de Praga; a derrota polaca em Posen frente à Prússia; a aniquilação austríaca da revolta húngara de Kossuth; pareciam desdizer Hugo. Esse o paradoxo: como *partido social* o republicanismo rousseauiano falhara e em versões distintas *trade-unions*, a filantropia experimental de Owen em New Lanark ou o *Manifesto do Partido Comunista* (1847-1848), de Marx e Engels, viam na

* Licenciado em História (1985), mestre em História Contemporânea de Portugal (1993) e doutor em Letras (História da Cultura, 2010) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pós-doutoramento na área da especialidade (FCT-CEIS20), autor de artigos, livros e conferências focando a história das representações contemporâneas e dos intelectuais (ideias, mentalidades, historiografia e movimentos culturais).

produção ou nas *lutas de massas* novas formas da mobilização social e política. O desaire da Primavera dos Povos, a vaga revolucionária de 1848-1849, subsumira o rumo republicano da *Giovine Europa* (1834), gerado no sulco de 1830. Não calara, porém, os *sagrados direitos da nacionalidade*, elegidos na Norma de Fraternidade do movimento.

Giuseppe Mazzini, o ideólogo, federando revolucionários e carbonários na *Giovine Italia* (1831), clubes jacobinos genoveses, napolitanos (Lomo, Romo), do Vêneto, pactuando com Filippo Buonarroti, cria o paradigma teórico e prático dos congêneres movimentos de armas e letras que integram universitários e alguns mestres atentos às culturas nacionais, se não são eles a sua alma. *Jovens Checos* de Placky, *Jovem Polónia* de Mickiewicz, *Jovens Alemanha*, *Escandinávia*, *Suíça*, *França*, firmam o nacionalismo internacionalista mazziniano, republicano, laico. *Jovens Turcos* (após a guerra da Crimeia), dos quais Kemal Ataturk será legatário, minam a política religiosa otomana confrontada com guerras e separatismos. E, travado o imperialismo da Rússia na Europa, a potência eurasiática expandindo-se a oriente emancipará os servos (1861). À margem, na década de 1840 a *Jovem Irlanda* antibritânica congrega guerrilheiros republicanos e católicos, base do *Sinn Fein*, clube dos Fenianos, da Confraria Republicana Irlandesa e do seu braço armado (IRA).

A santa aliança dos “Povos livres na terra / e em peitos novos”¹ convoca a fonte da *Grande Revolução* e a luta mais próxima da autonomia Grega (segura em 1829 em Adrianópolis), mítica referência da esquerda liberal europeia, em Byron litania da Hélade e do *berço da civilização* e liberdade – e em Antero (*Saudades Pagãs*², 1863, cotejadas com a poesia de Giosuè Carducci),

¹ Antero de Quental, *À Europa* [1864], *Odes modernas*, Porto, Chardron, 1898, 3.^a ed., p. 157.

² *Primaveras românticas*; cf. Maria Helena da Rocha Pereira, “O legado clássico em Antero de Quental”, *Colóquio. Letras*, 123-124, Antero, 1992, pp. 13-25.

[...] a cidade ideal! a Lei eterna,
 banhava-a sempre uma aurora imensa,
 quando um povo de deuses, radiante
 de mocidade e brilho, caminhava [...]

Luta forjada na *Philiké Hatairia*, confraria secreta que agrega desenraizados, intelectuais, *non garantiti*, carbonários ou *condottieiri*, à burguesia ávida de desfeudalizar fortunas, à semelhança do poente continental. No Sul, o grés das revoltas primárias contra a retraída industrialização acha resistências em imaginários envelhecidos, rurais, analfabetos (Kedurie, Tom Nairn). A kantiana *autodeterminação*, racional guia da razão prática e do livre agir, com Herder e a metafísica social dos discursos nacionalistas, toma a nação como “base natural” da pólis³, relativização política do universal abstracto das Luzes. E dá mediações sociais e linguísticas à lenta dessacralização das sociedades arcaicas (Weber) e à correlata sacralização da instância política nas novas sociedades (Durkheim) que, no curso histórico, operam confluências “deslocamentos da sacralidade” (Chartier), sem os quais é inatendível a contemporânea apreensão (ainda) eurocêntrica do mundo.

A questão das nacionalidades solicita representações da *Kultur*, que nas várias filologias é termo erudito e elitista, *Aufklärer*, agora em uso nos intelectuais liberais. Leito da arcana cultura à cata do tecto político⁴, a Itália será o *topos* para a geração romântica e revolucionária gizar a libertação dos povos na extensa arqueologia do Antigo regime europeu. Relembre-se que a opinião pública liberal se mobiliza no atentado patriótico e condenação de Felice Orsini contra Napoléon-le-Petit em 1858, na Ópera de Paris; nos passos múltiplos da libertação italiana, conduzida pelos camisas vermelhas de Garibaldi, o militante revolucionário, *herói*

³ Ernest Gellner, *Dos nacionalismos*, Lisboa, Teorema, 1994, pp. 78; 77-92.

⁴ Cf. id., *Nações e nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993, pp. 133-162.

de dois mundos e da Marcha dos mil na II libertação; ou no massacre de Perugia (20 de Junho de 1859) pelas hostes pontifícias de Schmidt, agraciado pelo Papa.

Cindido o ultramontanismo dominante pela consciência liberal, as mentalidades católicas são presa de dois mundos, o de um passado que a queda de Metternich e o ascenso do exorcismo anti-racionalista não fechara (na locução de Pio IX, *Maxima quidem*, 1862, anúncio da *Quanta Cura* e do *Syllabus*), e o de um presente, o do *século da ciência*, da liberdade e da *revolução social*, ao qual conceptualmente não se abria⁵.

CLARIDADES DO SUL

Coimbra, outubro de 1862. Lê-se num jornal, “Acha-se depositado na mão de Francisco Maria Martins, ourives, morador na rua Visconde da Luz, um vaso de Sacrário, de prata. *Quem se julgar com direito a ele, poderá reclamá-lo dando provas necessárias de que lhe pertence*”⁶. Promulgara-se nesse ano nova legislação anticongreganista que cerrava as portas dos conventos, premida pela questão das Irmãs de caridade. A amnistia para crimes políticos fora assinada por Loulé, liberalidade em honra de Luís, novo rei desde 14 de outubro de 1861.

Neto de Carlo Alberto, o rei constitucional exilado no Porto, filho de Vittorio Emanuele II, o piemontês unificador da Itália (então ainda sem Roma, os territórios pontifícios e o

⁵ Cf. A. D. Smith, *La identidad nacional*, Madrid, Trama, 1997; E. J. Hobsbawm, *A era das revoluções. 1789-1848*, Lisboa, Presença, 1982, 2.ª ed., pp. 153-99; id., *A questão do nacionalismo. Nações e nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 19-46; Ernest Gellner, *Nações e nacionalismos*; M. L. Salvadori (ed.), *História Universal*, s. l., De Agostini, 2005, XII, “Napoleão e a Restauração. Os movimentos político-sociais do século XIX”, pp. 252-262, 557-568; XIII “As unificações nacionais na Europa [...]”, pp. 15-99; Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva, 1990.

⁶ *O Conimbricense*, n.º 911, 21-10-1862. Itálico meu.

Véneto), Umberto⁷ em visita de Estado vem à cidade. A irmã, Maria Pia de Sabóia (1847-1911), ratificara o casamento a 6 de outubro com D. Luís (1838-1889). O diplomata em Turim, Borges de Castro, volta à rotina dos relatos políticos e militares da guerra e paz, após a azáfama das listas infundáveis de condecorações, comendas e colares a distribuir pela Itália das *famílias* e acertos no protocolo matrimonial e patrimonial⁸.

O pacto das coroas insufla o suão liberal nas duas penínsulas. A política externa de Cavour (1810-1861), depois seguida, casa-se bem com a aliança diplomática, sob suspeição da Espanha dos Bourbons (o revés das Duas Sicílias)⁹ e estratégico patrocínio da Grã-Bretanha vitoriana e vitoriosa. No plano interno, o governo italiano, com Ricasoli e depois Rattazzi, opta pela discreta pressão sobre o papado na *renovação do catolicismo (Igreja livre num Estado livre)*¹⁰, inspirada pelo Gioberti da *Renovação*, acordando Vittorio Emanuele e Napoleão e, como se verá em Mentana (1867), trava os anticlericais *comitati di provvedimento* de Garibaldi (*Estado livre da Igreja*), aquietando a *Igreja livre do Estado*, não ferindo o que resta do seu poder temporal. Após dois séculos inférteis de núpcias políticas na aliança Habsburgo, Rei, governo e Estado português casam com a ex-súbdita do ex-aliado. Abona a reminiscência da segunda pátria, o consolo “che il Portogallo aveva concesso agli ultimi giorni dolorosi di Carlo

⁷ Umberto (nascido em 1844) fora promovido, a 11 de outubro, chefe da brigada de granadeiros da Lombardia. Foi Rei de Itália em 1878, por morte de Vittorio Emanuele II, e morreu às mãos do anarquista Gaetano Bresci, em 1900, no acume da acção directa que visava as cabeças coroadas da Europa e o “poder burguês”.

⁸ Cf. documentação publicada por Eduardo Brazão, “A unificação da Itália vista pelos diplomatas portugueses. 1848-1870”, *Biblos*, 37, 1961, e 38, 1962.

⁹ Relatará o embaixador espanhol em Lisboa: “não há aqui nenhum dos elementos que se reuniram no Piemonte” e “possam influir nos destinos da Espanha”, cit. por Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*, II, Mem Martins, Europa-América, 1986, p. 277.

¹⁰ Cf. A. [Auguste] Vera, *Cavour e libera Chiesa in libero Stato*, Napoli, Stamperia della R. Università, 1871.

Alberto”¹¹. Por cá, é *aura de esperança* para o patuleia Martins de Carvalho, de “paz e quietação para todos os que têm sido vítimas do sistema adoptado pelo actual ministério”¹². Rei dos que auferem benesses, títulos, altos cargos do Estado, funcionalismo e bacharéis que a eles aspiram, era-o menos da massa dos camponeses sem escola e com fé no Trono e no Altar, cuja representação política (não-cidadãos, na teoria social e prática eleitoral) pouco se alterara desde 1834 ou 1847. A indústria urbana do Norte europeu não esfuma o agro meridional, “Ares tão puros, raios de sol brilhantes / com tudo isto à beira do imenso mar”¹³. Mas “poucos países há em que a agricultura esteja tão atrasada”¹⁴. Anos raros de trabalho, melhoramentos materiais, paz civil, *santa Liberdade*, não iludem que o descontrolo que a dívida pública e o défice sofrem, desde c. 1800, são o instável fiel da ilusória autonomia.

Os *sopas*, regeneradores ordeiristas, liderados por Sant’Ana Correia, felicitam D. Luís em nome dos “cordiais sentimentos” académicos e evocam “todas essas épocas de maior glória [...] em que os nossos, dominando os mares, batiam com os escudos à porta do Oriente, para aí hastear em as quinas de Portugal”. Se Maria Pia é “o mais seguro sustentáculo da verdadeira civilização e liberdade”, garantem “a seu augusto pai, à Itália e ao mundo, que os académicos, uma vez alistados debaixo das bandeiras da liberdade, hão-de aderir em todos os tempos aos sentimentos generosos e magnânimos não só do povo que os viu nascer, mas de todos que tomarem a nossa divisa”. A réplica do Rei é a politicamente correcta,

¹¹ Cf. Eduardo Brazão, “A unificação da Itália vista pelos diplomatas portuguesas. 1848-1870”, *Biblos*, 38, 1962, documentos LI-LVII, ano 1862 *varia*.

¹² *O Conimbricense*, n.º 909, 11-10-1862, p. 1, cl. 1.

¹³ Hans Christian Andersen, *Uma visita a Portugal em 1866*, Vila Nova de Gaia, Gailivro, 2003, 4.ª ed., p. 35.

¹⁴ Maria Ratazzi, na sua polémica obra, *Portugal de relance [1876-1879]*, Lisboa, Antígona, 1997, p. 261.

“também eu tenho viva fé no futuro, e conto com toda a mocidade estudiosa para realizar as generosas aspirações da nossa época, progredindo nos melhoramentos que a geração presente encetou, e a que nós devemos dar todo o impulso”¹⁵.

Soldando alianças, o programa coimbrão da visita italiana inclui saraus teatrais, oração de *sapientia* por Mota Veiga, presumivelmente em latim (que o príncipe confunde com português), visitas, vênias, bodas protocolares, esmolas a pobres¹⁶. A Academia Dramática, que integra alguns *sopas*, saúda o “Augusto Filho do Libertador da Itália”, exaltando “cada nova vitória que arrancava um povo à escravidão para o abrigar sob a bandeira dos livres”, no tom das profecias do passado: “Irmãos pelas tradições gloriosas, irmãos por Colombo e Gama, irmãos por Camões e Tasso, Italianos e Portugueses, eis-nos agora unidos em mais estreita aliança”¹⁷. Nacionalismo, toada épica e historicismo melhor quadram a ideologia morigeradora do texto ao estilo do velho *Il Risorgimento*, editado por Camilo Benso e Cesare Balbo (Turim, 1847), adequado ao ordeirismo aristocrático liberal e a Umberto de Sabóia. A prosa careceria ser *arrancada à escravidão*.

(A SOCIEDADE DO) RAIOS DE EXTINTA LUZ

Sagrado nas folhas estudantis e récitas (na homenagem, maio de 1862, a Castilho), Antero a 21 de outubro lidera o grupo académico que intercepta na ponte a comitiva de Umberto. O *Risorgimento* aquece almas aventureiras, radicais

¹⁵ O *Conimbricense*, n.º 909, 11-10-1862, p. 1, cls. 2 e 3.

¹⁶ Mário Brandão, “Antero de Quental estudante. Documentos”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 23, 1957, com extensas notas; José Bernardino, “Anthero de Quental e o príncipe Humberto (uma rectificação)”, *Nova Alvorada*, I, n.º 11, 1-3-1892 [Vila Nova de Famalicão], pp. 105-106, Luís R. H. R. Jardim, *Visita do príncipe Humberto de Sabóia a Coimbra em outubro de 1862*, Angra do Heroísmo, IHIT, 1981; José Bruno Carreiro, *Antero de Quental. Subsídios para uma biografia*, Braga, ICPD/Pax, I, 1981, 2.ª ed., pp. 179-182.

¹⁷ O *Conimbricense*, n.º 912, 25-10-1862, p. 2, cl. 2.

liberais, zelosos dessa genealogia moral e pessoal da luta pela liberdade. No seu hosana, o poeta lê a liberdade política à luz da libertação religiosa e da fraternidade entre os dois povos, “não é ao representante da Casa de Sabóia que vimos prestar homenagem; é ao filho do Primeiro Soldado da Independência Italiana, desse, de quem os reis da Europa aprendem como neste século ainda se pode ser popular sendo-se rei; de quem a Itália espera ressurreição completa; de quem espera a igreja cristã uma nova época de verdadeira grandeza, e liberdade verdadeira”. O “coração da Itália, que o é também o do mundo cristão”, une-se “à pátria de Garibaldi” a reaver “o sagrado património da sua nacionalidade”¹⁸.

O *Conimbricense*, do carbonário de 1848, Martins de Carvalho, omite “ao filho do amigo de Garibaldi”, citado noutras versões do mesmo texto¹⁹. Dito não escrito, dúvida sobre a ocasião, dada a derrota da esquerda e o perdão de Vittorio Emanuele, seria debatido no colectivo que assina o texto e incumbe Antero de o redigir? É que cinco dos oito subscritores integram a Sociedade do Raio²⁰, três dos cinco “chefes de secção” (Antero, José Falcão, José Sampaio, o presidente da Sociedade do Raio). Leia-se o subliminar ataque ao reitor: “À mocidade portuguesa [...] não lhe sofre o espírito, ainda que oprimido por um fantasma do passado [aponta para o reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto], que não vire os olhos para a banda da luz, onde no meio do combate se enlaça o braço do rei ao braço do povo”. No dia seguinte, reforça o *insight* no poema *À Itália*: só “um raio de claridade” varrerá a “treva”. Qualquer membro da Sociedade do Raio bem julga o que noutros soa metáfora. Mas não é enunciado antimónár-

¹⁸ *Ib.*

¹⁹ Cf. António Nóvoa, “Em nome da Liberdade. Um importante inédito de Antero redigido no âmbito das actividades da ‘Sociedade do raio’ (1861-1863)” *Revista de História das Ideias*, 13, 1991, p. 238.

²⁰ Reconhecem-se Eduardo David (e Cunha) e Mariano Machado (de Faria e Maia), *ib.*, pp. 257-259.

quico²¹. Se ele, por um lado, se acerca do federalismo republicano, como na calorosa crítica (1860) a *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, de Henriques Nogueira, e do iberismo de 1868, por outro lado, do republicanismo, regime, não da sua mundividência²², distancia-se na década seguinte, arguindo a sua insuficiência *res publicana* e a falha na abordagem à *questão social*. O que fulgura o texto é o antecipado estrondo do 8 de dezembro na sala dos Capelos e a *parede* académica. Capitólio constitucional de 1822, o reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto tombará. É o triunfo dos inquilinos, sentido icástico mais do que disfórico. A trama urdira-se em casas do bairro propriedade do ex-reitor.

Voam ideias “de independência, de reforma dos regulamentos universitários, de liberdade de ensino”²³ nas asas dos *traças*, “sociedade organizada de noite”, de “ritos maçónicos, juramentos terríveis, fim proveitoso nenhum”²⁴. “Proclamámos uma manhã a libertação da Polónia”, alega Eça a insurreição permanente até à Rolinada (1864), “abandonámos a Universidade, num clamoroso êxodo, para irmos fundar nos arredores do Porto uma civilização mais ou menos em harmonia com o nosso horror aos compêndios”. Criador dessa *cosmogonia*, “vivíamos em espírito e verdade”²⁵, Antero jura na Sociedade do Raio o derrube do “despotismo das instituições académicas, fontes de desmoralização para nós e para o país”. Raízes psicológicas e pessoais do clube, no bra-

²¹ Óscar Lopes, *Antero de Quental. Vida e legado de uma utopia*, Lisboa, Caminho, 1983, p. 123. Cf. o verbete “Antero de Quental”, *Dicionário da I República e do Republicanismo* (CCCCR, no prelo).

²² Fernando Catroga, *Antero de Quental. História, socialismo, política*, Lisboa, Notícias, 2001, p. 200.

²³ Joaquim Martins de Carvalho, *Apontamentos para a história contemporânea*, Coimbra, Imprensa de Universidade, 1868, p. 263.

²⁴ *O Atila*, 3, pp. 17-18; cf. Joaquim de Carvalho, “A evolução espiritual de Antero” [1929; 1955], *Obras Completas*, vol. IV, Lisboa, FCG, 1983, p. 556.

²⁵ Antero de Quental, *Cartas, I, Obras completas*, ed. Ana Maria Almeida Martins Lisboa, UA/Comunicação, 1989, p. 4.

seiro do caso Vieira de Castro, atam-se ao assomo herético e praxístico da Páscoa de 1859 que o leva à prisão académica (e à expulsão por 2 anos de José Sampaio), clamando inocência. *Simpliciter* jurista aprendiz (chumbara no ano anterior), Antero nutre proudhoniana aversão ao Direito (proibidas as Conferências, em 1871, acusa Ávila: *lei, é a opinião armada*). O anacrónico cânone no qual transgressão e norma se fundavam²⁶ elucida o combate ideológico aos *vícios escolásticos* que coartam livre indagação e opinião, desmontados à *opinião ilustrada do país*. Se alguns correlacionam a *carbonária* académica, a Maçonaria e o eventual ascendente d'o Filipe sobre o sobrinho²⁷, Antero não integrará a loja erguida sobre a Sociedade do Raio em 1863.

O MUNDO ORIGINALÍSSIMO DE AVENTUREIROS E A QUESTÃO ROMANA

Ambiente eufórico. A orquestra ataca o hino de Vittorio Emanuele e Fialho Machado recita o poema *À Itália*, na trilogia *Deus-Amor-Liberdade* o cume da emoção da liberdade. Escreve Joaquim de Carvalho: “poeticamente a mais antiga manifestação deste sentimento parece estar associada ao entusiasmo pela gesta de Garibaldi e logo se apresentou vestida a moda parenética e oratória que a Liberdade sempre teve no seu estro”²⁹.

Itália e Portugal! Que duas pátrias!
Ambas tão belas tão amadas ambas!
Uma a pátria do berço; outra a das almas;
uma a das artes! Outra dos combates!

²⁶ Cf. Joaquim de Carvalho, “A evolução espiritual de Antero”, pp. 555-558.

²⁷ Referente epistolar de Filipe do Quental, então a preparar *Actos*, integra a genealogia maçónica da família Quental. Oliveira Marques interroga a efectiva filiação de Antero, no *Dicionário da Maçonaria portuguesa*, Lisboa, Delta, 1986.

²⁸ Membro da Sociedade do raio, Raimundo Capela regista, “Deu um trabalho para o vestir e escovar, e ensaiá-lo nos modos e cortesias. Antero temia de apavorar-se na presença do príncipe, dos camaristas [...]”, cit. em António José Saraiva, *A tertúlia ocidental [...]*, Lisboa, Gradiva, 1995, 2.ª ed., p. 187.

²⁹ Joaquim de Carvalho, “A evolução espiritual de Antero”, p. 565

Antero é instado à tribuna, mas a comitiva está indignada, Umberto “engoliu em seco”³⁰, “não respondeu, não sabia que responder. Corou, balbuciou, cochichou com os cortesãos que lhe faziam lados, e acabou por apertar afectuosamente a mão de Antero e dos seus companheiros, os quais com a graça mais familiar do mundo, lhe entregaram a tradução italiana da alocução, a fim de que sua alteza ficasse bem certo de que a Academia de Coimbra o respeitava somente, por constar ser ele o amigo particular do heróico demagogo, ferido em Aspromonte, pelas balas dos soldados do seu real papá”³¹. Os soldados estavam lá. Cialdini³² e Pallavicini sorriem³³. Garibaldi fora amnistiado e solto por Vittorio Emanuele no *júbilo* pelo casamento da última filha, Maria Pia.

Do “viver quase patriarcal de uma província remota e imersa no seu plácido sono histórico”, Antero aproxima-se do vértice daquela “espécie de revolução intelectual e moral”³⁴. O enunciado da saudação inicial é mais límpido, o canto dobra tiradas formais. *O vinco parenético* notado por Joaquim de Carvalho veste palavras no rito do *sacerdos*. Falta-lhes, aos versículos (ofício sem simulacro na sua poesia), a espessura filosófica do atravessamento da dor, para serem demasiado humanos,

Se é possível que exista um povo – um povo! –
sem ser livre, e sem sol o céu da Itália ?!

³⁰ Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra [...]*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1902, vol. 4, p. 490.

³¹ Raimundo Capela, cit. em António José Saraiva, *A tertúlia ocidental [...]*, p. 188.

³² General que em Forestali, a 29-8-62, vence Garibaldi. Glória do *Risorgimento*, após a rendição de Ancona, Enrico Cialdini migra para Paris e em Portugal combate o miguelismo, tendo sido condecorado por D. Pedro IV, e os carlistas em Espanha. Regressado a Itália, por ocasião da II libertação, derrota as tropas pontificias enquanto Garibaldi toma a Sicília. Participa na queda de Nápoles e chefia a capitulação de Veneza (1866).

³³ José Bruno Carreiro, *Antero de Quental. Subsídios para uma biografia*, p. 181.

³⁴ Antero de Quental, *Cartas a Wilhelm Storck* [1887], Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, 2.^a ed., p. 2.

Itália é a iconologia libertadora, numa Europa no auge do poder mundial firmado desde o século XVI, que 1918-1945 inverterá. O custo, sabe-se, a servidão do mundo, mal a *intelligentsia* paga. O que alicia Antero na Itália, com decepções³⁵, é certo, e também na Alemanha de Heine e Hegel, nos Estados Unidos da América a reconstruírem-se da guerra civil e a desiludirem-no, na França das terapias e de Proudhon, ou na irmã ibérica, é o espelho contemporâneo da *vis* do *progresso*, iluminado pelos *exempla* dos exilados liberais e pelos *exempla* da *evolução*.

Vida e cultura poética italiana (Dante³⁶, Leopardi, Manzoni), música³⁷, poesia da língua³⁸, a estranha *atração* de Roma, aliciam-no. Desafia o amigo, que por sinal era sobrinho de Camilo (e a Alberto para tipógrafo em Paris, no rasto de Michelet e Proudhon), a alistarem-se nos camisas vermelhas. Como no *Pensamento e acção* de Mazzini, evoca que *un bel morir tutta la vita ondra* e, acaso, “pudemos estudar, ver, pensar; há bibliotecas em todas as cidades italianas e espero que se encontrem homens...”. Anos depois, ávido da *Vita nova* de Dante de que tanto carece (após 1872-1874, acentua-se a doença e a falha da vida activa), incita o mais próximo dos manos Albertos (“quantas ilusões nos faltam ainda por perder”) a integrar a guarda papal,

³⁵ Refere ao poeta Canizzarro, em 1887, que “todas as nações latinas, como a Itália, se acham na fase funesta para tudo quanto se diz franqueza de carácter e elevação moral”, *Cartas*, 1921, p. 303.

³⁶ Cf. Amina Di Muno, “Antero de Quental perante a Itália. Alegoria de Beatrice em Dante e na poesia anterior”, *Letras & Letras*, 5, n.º 59 [Porto], 20-11-1990, pp. 9-10.

³⁷ Cf. *A Genano Perrelli, artista e patriota*, Coimbra, I. V. 1862.

³⁸ Escreve, em 1887, ao tradutor (além de Teza e Marco Antonio Canini), Tommaso Canizzarro, elogiando o trabalho “na língua por excelência poética que é o italiano”, “Dou-lhe pois os parabéns, e ainda os dou maiores a mim próprio, por ver os meus pobres versos assim revestidos das galas incomparáveis da métrica italiana”, *Cartas*, 1921, p. 319. O autor de *Garibaldi e Mazzini* (1882) despede-se “In morte di Anthero de Quental”, em *Tramonti*, Messina, Tipi dell’autore, 1892, pp. 203-207.

[...] único plano resistente e que dura há meses já. Por ser extravagante, nem por isso deixa de ser óptimo. É de ir assentar praça de voluntários nos Zuavos pontifícios. No nosso estado, quando se procura a acção, deve ser uma acção estranha bastante, e nesse género parece-me que escolhi bem. Que humorismo profundo em todos os contrastes de uma tal vida! Ateus a manterem guarda no Vaticano! Socialistas a defenderem o poder temporal do Papa! Que há de mais característico em todas as contradições expressivas do nosso tempo? Depois Roma... e o mundo originalíssimo de aventureiros que há dois anos não cessam, de todos os pontos da Cristandade, de correr para Roma. Espero que haverá no meio deles pelo menos uma dúzia de homens com quem nos agradará viver...

O que te parece isto? Por ora não resolvi nada. Se tivesse resolvido já lá estava. [...] ³⁹

Porém, *vê de mais para poder ser activo*⁴⁰. Quer evadir-se para o real, o que não estranha. A carta, do verão de 1868, surge três anos após *Em defesa da Carta Encíclica de S. S. Pio IX contra a chamada opinião liberal* (de janeiro de 1865). Sobre o polémico teor do panfleto, ataque radical à Igreja no paradoxo da mediação histórica da ideação do Absoluto, se “o Cristianismo e o mundo actual são inimigos”⁴¹, releva a retrospectiva, “glorificando o Pontífice pela beleza da sua atitude intransigente em face do século, via nessa intransigência uma lei histórica, rezava respeitosamente um *De profundis* sobre a igreja condenada pela mesma grandeza da sua instituição a cair inteira mas não a render-se, e atacava a hipocrisia dos jornais liberais”⁴², situação *metalógica* que foi a sua em 1862, na saudação a Umberto.

³⁹ Antero de Quental, *Cartas inéditas a Alberto Sampaio*, ed. Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, O Jornal, 1985, p. 23.

⁴⁰ J. P. Oliveira Martins, em Antero de Quental, *Sonetos*, ed. António Sérgio, Lisboa, Sá da Costa, 1984, 7.ª ed., p. LXX.

⁴¹ Maria Fernanda Enes, “O discurso anteriano e a questão laica [...]”, *Revista de História das Ideias*, 13, 1991, pp. 374-375.

⁴² Antero de Quental, *Cartas*, 1921, p. 4.

Imagina(-se) nas opostas barricadas do conflito romano, que era europeu, com Garibaldi contra o Papa, com o Papa contra Garibaldi, *méthys* útil para a abstracção dialéctica, mas árdua na raiz do viver. No passo, autores (Joel Serrão, António José Saraiva, Eduardo Lourenço) leram *Antero contra Antero, fugindo de si próprio*, a cesurar sem refega o princípio da Autoridade e a opinião liberal⁴³. Certo. Talvez se leia melhor nessa época a incisão do impulso destrutivo na construtiva razão, *Ideia e acracia* (nos inícios de 1860, *destruo ut oedificabo* é o seu lema⁴⁴), no sentido proudhoniano de raiz socialista, visto como momento fundador de uma nova antropologia.

Se o apelo à acção imerge na “enfermidade mística”⁴⁵, a reflexão no fundo do lago leva-o à raiz metafísica abstractamente teísta, da qual não se evadira⁴⁶. Questão é saber, antecipando o posterior sentido autocrítico ou auto-irónico, se o originário uso da “ironia transcendental” (nomeou-a Oliveira Martins) é o *penser contre lui-même*⁴⁷ do anti-Fradique, ou se é locução antitética, só dirimida na síntese resolutive. Esse, após sentenciar o proselitismo jesuítico em *A Indiferença em política*, “é o pleito entre o obscurantismo, a intolerância e a tirania, universais inimigos do homem, e a ilustração, a tolerância e a liberdade” (*A Questão romana*)⁴⁸. Em 1862, indaga a reforma da Igreja. Mas os templos são hostis, a rotura ideada é salto no vazio, “nunca chegará a preencher o vazio deixado pela *morte de Deus*”⁴⁹. Após 1864-1865, aclara-se que o imanente Espírito absoluto não se relativiza ou fixa

⁴³ António José Saraiva, *A tertúlia ocidental [...]*, 27, pp. 195-199.

⁴⁴ R. Capela, cit. *ib.*, p. 188.

⁴⁵ Antero de Quental, *Cartas*, I, 1989, p. 199 [XXIV].

⁴⁶ Eduardo Lourenço, *A noite intacta. (I)recuperável Antero*, Vila do Conde, CEA, 2001, pp. 114-115.

⁴⁷ *ib.*, p. 111.

⁴⁸ Antero de Quental, *Obras completas*, III, 1991, pp. 43-51.

⁴⁹ Fernando Catroga, *Antero de Quental. História, socialismo, política*, p. 16.

cedendo ao tempo. Quer inalar novo absoluto, a *igreja da revolução*, religião imanente⁵⁰, promessa, “O novo mundo é toda uma alma nova / um homem novo, um Deus desconhecido!”⁵¹. Por fim, exigida pela inarrável autobiografia do não-devir, advirá a negatividade do tempo, não-ser absoluto, termo da narrativa da qual o relator se ausentou⁵². Na lição espinosiana, para o filósofo a preservação no ser e o questionamento da morte é uma *metafísica* da relação com o mundo⁵³.

FILOSOFIAS DO *RISORGIMENTO* NA HISTORIOSOFIA ANTERIANA

Joaquim de Carvalho, ao instar sobre a mediação de Vera (1813-1885) nas leituras hegelianas de Antero (que o próprio indiciava), não relevava o contributo próprio que o filósofo italiano, juntamente com Rémusat e Rosenkranz, grandes comentadores e divulgadores críticos do autor de *Fenomenologia do Espírito*, dera à filosofia do açoriano. Indagando a via, Catroga credita o alvitre, firmando “o peso da cultura italiana no aprofundamento anteriano das questões da história, tema que muito preocupou a sua geração, boa parte dela entusiasmada com a experiência do Risorgimento”⁵⁴. Antero perspectiva a história filosófica e a historiosofia como superação do transcendentalismo kantiano, ao acolher a antítese fichetiana *eu/não-eu* e a lição do idealismo subjec-

50 Antero de Quental, *A Bíblia da Humanidade de Michelet*; cf. António Sérgio, *Ensaio*, Lisboa, Sá da Costa, vol. IV, 1972, p. 171.

51 Antero de Quental, “Secol’ si rinuova”, VIII, *Odes modernas*, p. 104.

52 No último ancoradouro, o da morte, irmã da noite e da razão, longe da Itália e da *Questão romana* da juventude, Antero nega o tempo, cessando-o, com um tiro “Pelas rugas da fronte que medita” (do soneto *Jura*), desesperada salvação poética da filosofia que buscava (“só os poemas parecem cada vez mais jovens e mais belos”), nela subsume a vida. “Morte, irmã coeterna da minha alma”. Poesia e Filosofia cruzam-se no corredor do coração. Há seis anos que não escrevia poesia, mas publicara os melhores ensaios filosóficos.

53 Cf. Spinoza, *Ética*, IV, 39 *scholium*; (cf. “Despondency”) 56, *sch.*

54 Fernando Catroga, *Antero de Quental. História, socialismo, política*, p. 118.

tivo de Schelling – no exame de Hegel, abertura à história e a todas as formas de existência, lido na *Introduction à la Philosophie d'Hégel* (1855)⁵⁵, de Vera, discípulo de Cousin em França, depois migrado em Inglaterra, por fim voltado a Itália em 1859, em plena unificação, à cátedra de história da filosofia em Milão e Nápoles.

Ao abonar, ínsita finalidade à História, objectivação da Ideia, Antero recorre à teleologia e à periodização das fases históricas que Vera melhor expusera a partir de Hegel (e Herder) em *Introduzione alla filosofia della storia*, caindo na espiral da *história ideal* e no *acabamento* do devir⁵⁶. Com Vera, filiava na *Scienza nuova* de Vico, também por via de Michelet, em articulação, dir-se-á, com Ferrari, a precursora ideia das filosofias da história, espécie de teologia civil que se destinava a suprir no plano antropológico, ao qual só a imanente razão no *feri* histórico pode aceder, o papel transcendente e providencial e suas traduções hierofânicas do passado e do devir. Noutra plano, embora sob influxo das teses martinianas, relevante é a mediação de Vera para relativizar etnocentrismo e o *génio da raça* que o positivismo republicano, mormente na versão de Teófilo, buscara em Schlegel e na mesologia como fundamento da nacionalidade⁵⁷.

O explícito apoio a Vera na liça à transposição das *leis da fatalidade animal* para o mundo humano⁵⁸ de D. Strauss e a ideação da liberdade, autoexigência hegeliana da *verdade do espírito*, melhor expostas pelo filósofo italiano⁵⁹, certificam a leitura. Decisivo é o discurso sobre as teses do socialismo catedrático, na aspiração ética à juridificação do Estado, organismo social, e o repto do princípio progressivo de cidadã-

⁵⁵ *Ib.*, pp. 31-33.

⁵⁶ Cf. *ib.*, pp. 51, 67, 108

⁵⁷ Cf. *ib.*, pp. 126-129.

⁵⁸ Antero de Quental, *Cartas I*, 1989, p. 255.

⁵⁹ Vera, int. a Hegel, *Philosophie de l'esprit*, t. II, Paris, Germer Baillière, 1869, pp. XLIX-LIX.

nia, esteios para compreender o giro que Antero e Martins seguirão no seu ideário, articulando a fonte krausista com a secundarização proudhoniana da *série* política, a que não era estranho o ensinamento de Vera (na *Introduzione*), ao explicitar a organização moderna do Estado como garante da liberdade de todos os cidadãos e superação do atomismo, ordenando no topo as várias esferas que inteiram a sociedade em vista à prossecução dos seus fins ideais⁶⁰.

Não será menor o influxo das leituras de Giuseppe Ferrari (1811-1876), estudioso de Vico (lido na fonte por Antero) e de Proudhon, sobre o qual deixou dispersos. Era crítico do panlogismo hegeliano e vivia desde 1838 exilado em França tendo voltado a Itália, como Vera, em 1859. Entende-se. Para Ferrari, autor da monumental *História das revoluções de Itália* (1856-1858, que o ilhéu possuía) e da *Filosofia della rivoluzione* (1850), a revolução política, a do *Risorgimento*, é indesligável da revolução social e da liberdade originada no princípio revolucionário, *dinamismo* histórico que nega heteronomia e providencialismo. Contra Cavour e o tacticismo de Mazzini, exige emancipar o estado italiano de qualquer tutela religiosa, sobretudo após a subida de Pio IX. E a tese do federalismo democrático encontrará eco no Antero iberista, na fase do idealismo construtivo. Da lição de Ferrari, ao articular a filosofia com a sua própria historicidade, arguindo o fecho do sistema hegeliano, Antero apreendera contudo o mérito da filosofia sintética, expressão superadora dos sistemas precedentes (que será mediada pela *contingência*, de Boutroux, e a *conciliação*, de Fouillée)⁶¹.

Ponte idealista do kantismo e hegelianismo ao positivismo, Ferrari parte do *juízo*, de Kant e Rosmini, arguindo o intelectualismo cartesiano, e conjuga a lição da *scienza nuova*, a imanente teleologia e a periodização, os *corsi e ricorsi*, na

⁶⁰ Fernando Catroga, *Antero de Quental. História, socialismo, política*, pp.163-164.

⁶¹ *Ib.*, p. 34.

teoria dos três tempos do mundo, da espécie e do ser (*teocrático, aristocrático e democrático*)⁶². Dela foi o mais relevante difusor em Itália, por meados do século XIX, com a *lei dos três estados* (teológico, metafísico, positivo) de Comte, que fora gizada sobre Vico, na determinação lógica da *estrutura*⁶³ da historicidade. Ora, Ferrari vira em Vico o precursor da filosofia da história, matriz para desenvolvimento capital da historiosofia anterioriana. Giuseppe Ferrari, em *Vico et l'Italie*, corrigia, em Vico, à semelhança do que fizera Vera, a circularidade do tempo. Para Antero, o tempo cíclico é inconciliável com a dialéctica do devir, mas não com a própria teoria dos três estados, *naturalista, transcendente e imanente*⁶⁴. Relevância maior de Ferrari, no *Essai sur le principe et les limites de la philosophie de l'histoire* (1843), é o *distingo* entre demonstrativa *história ideal* (reconstrução retrospectiva filosófica, a partir do lugar hegeliano da *verdade e do universal*, que racionalmente aspira ao saber absoluto), e *história positiva* naquela subsumida, narrativa, *empíria* das antinomias do real⁶⁵, fundo da concepção anterioriana de história e devir. Em grande parte assenta no núcleo viquiano da cultura historiosófica destes autores italianos, sem obliterar a intensa relação com o Idealismo alemão, o proudhonismo, Michelet e o espiritualismo.

A GORRA DE GARIBALD SOBRE UMA DIEGESE DA CONSCIÊNCIA EM ANTERO

Decerto, Antero aspirou ao Garibaldi que não foi. Mas as armas revoltadas do poeta atiram “extraordinária imaginação especulativa”⁶⁶, alvejando misérias e chagas do mundo

⁶² Giambattista Vico, *Ciência nova*, §§ 36-39, Lisboa, FCG, 2005, trad. Jorge Vaz de Carvalho, pp. 40-43.

⁶³ *Ib.*, § 220; § 238, pp. 135, 140.

⁶⁴ Cf. Fernando Catroga, *Antero de Quental. História, socialismo, política*, pp. 109-111.

⁶⁵ *Ib.*, 107-109.

⁶⁶ Eduardo Lourenço, *A noite intacta. (I)recuperável Antero*, p. 101.

mesmo. Como, ao contrário, o foram os moinhos hostis para Quixote (Cervantes, irmão diacrónico no Palácio da Ventura), os seus são operários de Lisboa (deserdados e não camponeses fabris) que missiona na revolução, cristianismo do mundo moderno que o cristianismo havia salinado, esquecido da própria antiga revolução. Às suas mãos, revolucionário ineficaz, ninguém sacrificou – nem como é uso para *Salvar*. O escrito da juventude, lendo Renan, “a alma da humanidade em cada homem e, na humanidade, a alma do mundo”⁶⁷, não arruinara o denso sentido, mas a sua revolução, depois amadurecida na órbita íntima (*ansich*), identidade do espírito consigo mesmo, querendo volver aos outros, pensá-los próxima irmandade. É revolução que a todos, e no mesmo tempo, não revolta nem revolve, porque no *mesmo tempo* não são irmãos, “Espectros dos meus próprios pensamentos / [...] quem sois vós, meus irmãos e meus algozes?”⁶⁸.

“Optimista dentro do pessimismo”, arguiu o sistema, que o ensinou a pensar, com Hegel, não só pelo *credum* panlógico, mas também por não o educar a sentir. Filosofia e saber racional, como Kant instara contra Platão, não irrompem de um corpo “em repouso” e sem paixões⁶⁹. Não se aprende a sentir senão *sendo*, sentindo, *sentir é criar* (Fernando Pessoa). Da santidade ou *virtù*, pão semiótico não do espírito, mas da existência, Antero cria o paradigma secular. Em português, ninguém no século XIX com essa obsessiva insistência e intencionalidade ousara meditar o *ethos*, higiene búdica para “libertar a alma do ressentimento”, não a superar *bem e mal* que no antípode (*Ecce Homo*) Nietzsche evangeliza, mas a “encarar sereno o abismo”⁷⁰. Exegeses fundas (Lourenço, Castro) negam que *génio* seja expediente retórico da mitifica-

⁶⁷ Antero de Quental, *Obras completas*, III, p. 16.

⁶⁸ Id., *No turbilhão*, *Sonetos*, p. 89.

⁶⁹ Cf. Hannah Arendt, Jüger, *Sur la philosophie politique de Kant*, Paris, Seuil, 2003, pp. 50-51.

⁷⁰ Antero de Quental, *Estoicismo*, *Sonetos*, p. 88.

ção anterior (distante do mito em que o vertiam, inabilitou-o a *virtù* de nele se *converter*⁷¹), conduzida pela geração de 70, Martins e Eça à cabeça, cuja mitografia negativa⁷² tinha em Teófilo o Mefistófeles e depois em Sardinha o anjo salvador. *Ingenuum*, o que se liberta e liberta o génio (*genium*, divindade criadora), convoca o pensamento *sem mácula*, enunciado irresolúvel pois é a *originalidade* do pecado que torna útil o pensar, alfaia teórica do ofício secularizado do pecador, pensador. Mas ao indeferir versões teológicas da sua filosofia, não inabilitou mediações que exigiam a intuição teológica, da *Theologie deutsche* e do misticismo activo, como foi elucidado no *sema* da obra⁷³, campo cuja complexidade analítica, como nenhum outro, suscita afinidades electivas e a sedução ética do ser.

Como Garibaldi no hábil senso, mas ao contrário dele em direcção à ipseidade, o *obbedisco* cingiu-se à voz que em si perscrutou, *insorgimento*, introspectiva consciência da irrenunciável ontologia, “facto íntimo”⁷⁴, voz funda que se dirige a interrogar o ser (Ricoeur, *Réflexion faite*, 1995), espírito, lição hegeliana melhor lida em Vera, se o *cnosce te ipsum* “é o problema mais árduo que o oráculo de Delfos colocou à inteligência” e o espírito a si coloca⁷⁵. Na “absoluta negatividade”, “espírito de eterna negação”⁷⁶, ser e saber são incindíveis, a mais concreta unidade é do mesmo modo a mais imediata e negativa⁷⁷, isto é, só o pensamento, ideia e

⁷¹ Cf., na polémica filosófica e religiosa de 1930-1931, Sílvio Lima que impugna a absurda tese da conversão católica do poeta. Ver Sílvio Lima, *Notas críticas ao livro do sr. Cardeal Cerejeira “A Igreja e o pensamento contemporâneo”*, *Obras Completas*, I, Lisboa, FCG, 2002. A tese insinuara-se nos escritos de António Sardinha, “O verdadeiro Antero”, *Ao princípio era o Verbo*, Lisboa, Portugália, 1924, pp. 91-121.

⁷² Contra a *degenerescência*, ver Sílvio Lima, *Obras completas*, II, pp. 1465-1466.

⁷³ Cf. Fernando Catroga, *Antero de Quental. História, socialismo, política*, pp. 57-64.

⁷⁴ Joaquim de Carvalho, “A evolução espiritual de Antero”, p. 671.

⁷⁵ Augusto Vera, int. a Hegel, *Philosophie de l'esprit*, t. I, 1867, p. XXI e passim.

⁷⁶ Antero de Quental, *Estoicismo, Sonetos*, p. 88.

⁷⁷ Augusto Vera, int. a Hegel, *Philosophie de l'esprit*, t. I, 1867, p. XLII.

consciência, se "demonstra" a si próprio, revelação que coloca, desloca, o ser e a realidade das coisas no ápice de um fluxo "absoluto" e "eterno" que é pensamento⁷⁸. O "drama do ser" é consciência *bipartida*. O princípio de identidade de Fichte (e de Hegel), fundado na igualdade do eu consigo mesmo, entrara em crise. Mas ao consciente devir do espírito, se Justiça é a auto-apreensão proudhoniana do justo, Antero quis dar a expressão simbólica, leia-se *poiética*, à sociedade dos justos⁷⁹, difícil passagem da inconsciência das coisas à consciência do ser⁸⁰.

Semibreves átonas à escala do tempo cósmico, os seres acoçam o ruído apógrafa, na ficção (*u-topos*) da eternidade. No lançamento da escada monadológica de acesso à liberdade, de si *nos* outros, não *sobre* outros, da alteridade como espinosiana consciência de si, Antero abraçou na filosofia a inteligência teórica e o repto metafísico da condição humana a partir da contingência empírica do existir, isto é, da condição histórica⁸¹. A estoíca genealogia anterioriana da *sagesse*, traçada por Unamuno em Santo Agostinho, Rousseau, Leopardi, Amiel, Kleist, Kierkegaard, na filosofia e no sentimento trágico da vida⁸², será esclarecedora se, a par do *Hino à manhã*, abranger nas esparsas clareiras de Nietzsche os *penitentes do espírito* que *nascem entre os poetas* (*Assim falava Zaratustra*, II, "Dos poetas"). Essa procedência radica do lugar. Antero impediu a contemplação da história (ou da filosofia) a partir de *lado nenhum*. Joaquim de Carvalho lera, à luz do método genético-evolutivo, a sua filosofia (e poesia) em função da onticidade inapreensível fora da historicidade. Renunciando ao hedonismo lógico-processual e à tecnologia autista do discurso,

⁷⁸ Cf. *ib.*, p. CXII.

⁷⁹ Eduardo Lourenço, *A noite intacta. (I)recuperável Antero*, pp. 33-34.

⁸⁰ Fernando Catroga, *Antero de Quental. História, socialismo, política*, pp. 56-57.

⁸¹ Paul Ricoeur, *Temps et récit*, III, *Le temps raconté*, Paris, Seuil, 1985, pp. 301-302.

⁸² Miguel de Unamuno, *Del Sentimiento trágico de la vida*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1941, 4.ª ed., pp. 20-21.

métrica do convencimento, a sua sabedoria é a metafísica pergunta pelo ser num tempo que mais anulava essa pergunta. O anseio à novação social e ética do mundo (“Não sei que mão deitou uma semente / escura mas divina, a do Futuro”⁸³) seria inteligência de que os “futuros não realizados são apenas ramos do passado”, escrevia Calvino, “ramos secos”⁸⁴?

Instante aporia foi essa que traduziu, porquanto anterior à matança que, na perspectiva do lugar e da experiência humana, representou o século XX. Ainda o escuta em *Cativos* lúgubres, “Entre sombras, ao longe, vagamente / morrem as vozes na extensão saudosa”⁸⁵ e nos *Pobres*⁸⁶,

que ainda a luz que vê um pobre cego
luzir-lhe em sua noite, e a fantasia
em mundos ideais lhe anda acendendo...

Todavia, não recitou o hodierno e funcional *phantasieren* dos campos-de-concentração de raças, credos. Agora, velhos, refugiados, inadaptados, crianças, pobres. Asilo, guerra, jogo autofágico⁸⁷, exílio algum legitima *isolar* o sendo na ilha do ser. Em 1889, lendo Hegel nas *Tendências gerais da Filosofia*, Antero reavalia a dialéctica metafísica, “é atreita a esquecer que os indivíduos não são abstracções, simples determinações lógicas de uma ideia, mas seres reais, autónomos, cujo princípio de acção reside nas profundezas da própria sua natureza”. Na idade dos profetas (Hegel, Proudhon, Comte, Marx), o pequeno Lassalle refuta as saídas de emergência da razão apodíctica, transmutadas à entrada do século XX na razão apocalíptica do terror. Denuncia no *fieri* filosófico a trágica desrazão (essa seria a sua versão da *Filosofia da miséria*) se o pensamento ilude ou gera a anamnese das “lutas secretas

⁸³ Antero de Quental, «Secol' si rinuova» IX, *Odes modernas*, p. 106.

⁸⁴ Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, s. l., s. ed., 2009, p. 34.

⁸⁵ Antero de Quental, *Sonetos*, p. 257.

⁸⁶ Antero de Quental, *Odes modernas*, p. 162.

⁸⁷ Cf. Umberto Eco, *Cinco escritos morais*, Lisboa, Difel, 1998, p. 23.

da virtude e dos seus dolorosos triunfos”. Mas, com Platão, na exegese da interioridade e da unidade “mística”, superior consciência de si (Hegel, *Enciclopédia* [...], 1817) – dos anos 60, sob a gorra militar de Garibaldi ou na missão revolucionária da poesia, à encenação pacífica da revolução em 70, no desafio da história, útil chão para um espírito justo cultivar –, Antero, “alucinado da metafísica”⁸⁸, navegou pelo cabo do tormento que foi a sua vida na senda da *ética autolibertação* que per-seguiu. Esse combate ético, uma hermenêutica do tempo não deixará de interrogar se é futuro irrealizado.

⁸⁸ Oliveira Martins a Eça de Queirós, *Correspondência*, Lisboa, Guimarães, 1926, p. 161.

